

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	19
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	20
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	25
4.7 - Outras contingências relevantes	28
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	29

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	30
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	32
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	34
5.4 - Outras informações relevantes	35
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	36
6.3 - Breve histórico	37
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	39
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	42
6.7 - Outras informações relevantes	43
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	44
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	45
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	47
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	60
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	61
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	63
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	64
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	65
7.9 - Outras informações relevantes	66
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	67
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	92
8.3 - Operações de reestruturação	93
8.4 - Outras informações relevantes	95
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	96
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	97

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	99
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	152
9.2 - Outras informações relevantes	153
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	154
10.2 - Resultado operacional e financeiro	165
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	170
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	171
10.5 - Políticas contábeis críticas	173
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	177
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	178
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	179
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	180
10.10 - Plano de negócios	181
10.11 - Outros fatores com influência relevante	183
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	184
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	185
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	186
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	189
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	192
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	193
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	194
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	195
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	206
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	207

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	208
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	211
12.12 - Outras informações relevantes	212

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	213
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	216
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	217
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	218
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	219
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	221
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	222
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	223
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	224
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	225
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	226
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	227
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	228
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	229
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	230
13.16 - Outras informações relevantes	231

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	232
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	233
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	234

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	237
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	238
15.3 - Distribuição de capital	274
15.4 - Organograma dos acionistas	275
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	276
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	277
15.7 - Outras informações relevantes	280
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	283
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	284
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	296
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	297
17.2 - Aumentos do capital social	298
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	299
17.5 - Outras informações relevantes	300
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	301
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	302
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	303
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	304
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	305
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	306
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	307

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	308
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	309
18.10 - Outras informações relevantes	310
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	311
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	312
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	313
19.4 - Outras informações relevantes	315
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	316
20.2 - Outras informações relevantes	317
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	318
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	319
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	320
21.4 - Outras informações relevantes	321
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	327
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	328
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	329
22.4 - Outras informações relevantes	330

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

MARIO ALVES BARBOSA NETO

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

MARCIO FELIPE MILHEIRO AIGNER

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/04/2010
Descrição do serviço contratado	i. Auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais de acordo com as normas brasileiras de auditoria; ii. Auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais de acordo com as normas do Conselho de Supervisão Contábil das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (SEC).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários de auditoria: R\$ 632 mil/ano. A Companhia não contrata seus auditores para outros serviços que não os de auditoria.
Justificativa da substituição	A substituição da empresa de auditoria decorre de decisão da Administração da Companhia e visa a unificação dos trabalhos com as demais empresas do grupo controlador ("VALE"), não tendo sido causada por qualquer discordância de opinião ou insatisfação dos serviços em relação à empresa de auditoria que ora é substituída.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wander Rodrigues Teles	01/04/2010	153.211.501-68	AV. FRANCISCO MATARAZZO, 1400, 9ºao10º,13ºao17ºand., ÁGUA BRANCA, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-100, Telefone (11) 36743638, Fax (11) 36742045, e-mail: wander.teles@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Informamos, ainda, que obtivemos a devida anuência da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“DTT”), atual auditoria independente da Companhia, sobre a mudança mencionada acima e prestou serviços à Companhia desde janeiro de 2007.

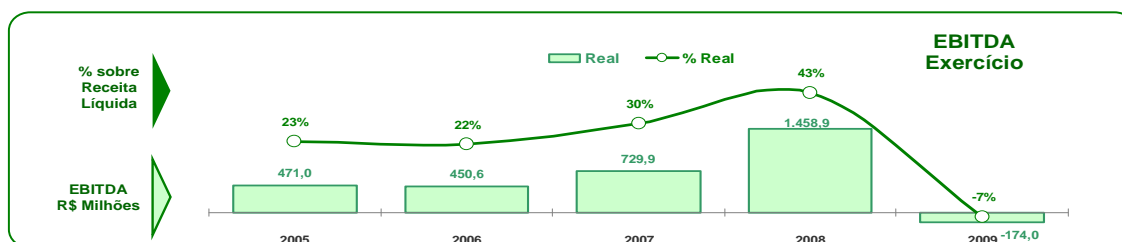
3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	1.771.655.000,00	1.918.003.000,00	1.438.315.000,00
Ativo Total	2.646.904.000,00	4.308.269.000,00	2.548.459.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.460.797.000,00	3.429.472.000,00	2.421.567.000,00
Resultado Bruto	-248.799.000,00	1.492.604.000,00	767.343.000,00
Resultado Líquido	-140.813.000,00	772.659.000,00	443.990.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	422.023.068	422.472.568	106.258.567
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	4,200000	4,540000	13,540000
Resultado Líquido por Ação	-0,330000	1,830000	4,180000

3.2 - Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis;

O EBITDA é definido pela Companhia como lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, da depreciação, amortização e exaustão, do resultado não operacional e do imposto de renda e contribuição social. Este indicador não é previsto nas normas contábeis brasileiras, portanto não foi objeto de revisão do auditor independente e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa, ou ainda como indicador de liquidez.



b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

Demonstração do EBITDA	2009	2008	2007	2006	2005
Lucro operacional	(211.318.000)	1.126.216.000	632.340.000	306.759.000	361.312.000
(+) Depreciação, amortização e exaustão	238.363.000	186.455.000	162.048.000	122.824.000	85.997.000
(+) Despesas financeiras	186.089.000	284.595.000	(5.487.000)	47.398.000	51.670.000
(-) Receitas financeiras	387.103.000	145.478.000	59.050.000	26.354.000	27.957.000
(+) Ajuste do Diferido	-	7.132.000	-	-	-
Valor do EBITDA	(173.969.000)	1.458.920.000	729.851.000	450.627.000	471.022.000
% do EBITDA sobre receita líquida	-7,07%	42,54%	30,14%	21,87%	23,26%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em janeiro de 2010, os acionistas da BPI - Bunge Participações e Investimentos S.A. (Bunge), celebraram acordo para a venda de sua participação direta e indireta na Companhia para uma sociedade controlada pela Vale S.A (Vale). Este acordo prevê a aquisição pela Vale de 100% das ações em circulação da Bunge, uma companhia com ativos de mineração de fertilizantes no Brasil e participação direta e indireta, por meio da Fertifos Administração e Participações S.A. (Fertifos), de 42,3% do capital da Companhia. Adicionalmente, em datas posteriores e como parte do processo de aquisição da Bunge, a Vale celebrou, contratos de opções de compra e venda de ações para adquirir ações de emissão da Companhia detidas direta e indiretamente (por meio da Fertifos) pela Fertilizantes Heringer S.A. (Heringer), Fertilizantes do Paraná Ltda. - Fertipar (Fertipar), Yara Brasil Fertilizantes S.A (Yara) e Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A. (Mosaic).

Após a conclusão da aquisição das participações direta e indireta da Bunge, Heringer, Fertipar, Yara e Mosaic, a Vale deterá 78,90% do capital da Companhia, correspondendo a 99,81% das ações ordinárias e 68,24% das ações preferenciais.

A conclusão do processo de aquisição acordado entre a Bunge, Heringer, Fertipar, Yara e Mosaic, com a Vale, está sujeita à verificação de condições precedentes, incluindo a obtenção de aprovações de autoridades governamentais. O acordo prevê ainda que, uma vez finalizada a operação, a Vale realizará oferta pública para aquisição de ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Companhia, em cumprimento ao artigo nº 254-A, da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 361/02.

Vale conclui etapas importantes da aquisição de ativos de fertilizantes

A Vale SA (Vale) anuncia que concluiu a aquisição, através de sua subsidiária Mineração Naque S.A., da participação direta e indireta de 58,6% no capital social da Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil (Fosfertil) - companhia listada na BM&F Bovespa e maior produtora brasileira de nutrientes de fertilizantes - e dos ativos brasileiros de fertilizantes da Bunge Participações e Investimentos S.A. (BPI) por um total de US\$ 4,7 bilhões.

A Vale adquiriu por US\$ 3,0 bilhões a participação direta e indireta de 58,6% no capital social da Fosfertil, que corresponde a 72,6% das ações ordinárias e 51,4% das ações preferenciais, da Bunge Fertilizantes S.A., Bunge Brasil Holdings B.V., Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Yara), Fertilizantes Heringer S.A. (Heringer) e Fertilizantes do Paraná Ltda. (Fertipar) - equivalente a um preço por ação de US\$ 12,0185. O valor remanescente de US\$ 1,7 bilhão é atribuível à aquisição do portfólio de ativos brasileiros de fertilizantes da BPI, que inclui minas de rocha fosfática e unidades produtoras de fosfatados e não inclui operações de distribuição/varejo.

Nos termos da legislação societária brasileira e normas do mercado de capitais, a Vale realizará oferta pública obrigatória - a ser arquivada junto à CVM, Comissão de Valores Mobiliários - para adquirir 0,19% das ações ordinárias detidas pelos acionistas minoritários da Fosfertil pelo valor de US\$ 12,0185 por ação, convertidos para reais, mesmo preço em dólares pago aos demais acionistas da Fosfertil, como divulgado anteriormente.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Conforme o press release de 10 de fevereiro de 2010, como parte da aquisição da Fosfertil, a Vale mantém contrato de opção de compra com The Mosaic Company (Mosaic), que nos concede a opção de adquirir as participações diretas e indiretas da Mosaic na Fosfertil, correspondendo a 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais e 20,27% do capital social da Fosfertil, por US\$ 1.029.811.129,77, ao preço por ação de US\$ 12,0185. Esta transação deverá ser concluída no futuro próximo.

A aquisição está em linha com a estratégia de nos tornarmos um líder global no mercado de fertilizantes. O desenvolvimento de uma plataforma de criação de valor com ativos de classe mundial está sendo realizado através da combinação entre crescimento orgânico e aquisições.

O atendimento à contínua expansão da demanda por minerais, metais e fertilizantes exigirá consideráveis investimentos na construção de nova capacidade. Limitações de natureza geológica e institucional tendem a contribuir para um ajuste lento do mercado o que deve gerar a necessidade de investir em fontes de custo mais elevado e menor qualidade. A Vale está bem posicionada para se beneficiar dos bons fundamentos de longo prazo do mercado de fertilizantes, em função de seus ativos de classe mundial, de baixo custo e reservas significativas, e múltiplas opções de crescimento proporcionadas por nosso portfólio de projetos de alta qualidade.

Dada a qualidade dos ativos adquiridos e dos bons fundamentos de mercado, esperamos que esta transação produza retornos acima do nosso custo médio ponderado do capital, criando significativo valor para os nossos acionistas.

Em 24 de agosto de 2010, foi arquivado junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fato Relevante, contendo o plano de reorganização societária que consistia na incorporação, pela Companhia, de sua controladora direta, a Fertifos Administração e Participação S.A, e também a alteração da denominação social da Companhia para Vale Fertilizantes S.A.

Todos os documentos foram colocados a disposição dos acionistas de Fertifos e da Companhia nas respectivas sedes sociais nos termos e prazos previstos na legislação aplicável, bem como nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 26 de agosto de 2010.

Em 10 setembro de 2010, foi arquivada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a reorganização societária(atraves da incorporação da Fertifos pela Fosfertil) e a alteração da denominação social da Companhia para Vale Fertilizantes S.A.

Vale consolida a aquisição de ações da Vale Fertilizantes S.A.

A Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) comunica que a Vale S.A. (Vale) concluiu a aquisição por US\$ 1.029.811.129,77 de 20,27% do capital da Vale

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) - anteriormente denominada Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil - detida pela The Mosaic Company (Mosaic).

A Vale exerceu, através de sua subsidiária integral Mineração Naque S.A., opção de compra conforme contrato celebrado com a Mosaic em 10 de fevereiro de 2010. Este contrato era parte do processo de aquisição de 100% do capital da Bunge Participações e Investimentos, conforme divulgado publicamente em 27 de janeiro de 2010.

A aquisição da participação de 20,27% do capital da Vale Fertilizantes, que corresponde a 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais dessa empresa, foi realizada ao preço de US\$ 12,0185 por ação, mesmo preço por ação pago à Bunge Fertilizantes S.A., Fertilizantes Heringer S.A., Fertilizantes do Paraná Ltda e Yara Brasil Fertilizantes S.A., quando da aquisição de suas participações diretas e indiretas na Vale Fertilizantes, conforme anunciado publicamente em 27 de maio de 2010, “Vale conclui etapas importantes da aquisição de ativos de fertilizantes”.

Com a conclusão desta aquisição, a Vale passa a deter 78,90% do capital da Vale Fertilizantes, o que compreende 99,81% das ações ordinárias e 68,24% das ações preferenciais dessa empresa.

De acordo com o comunicado divulgado em 27 de maio de 2010, a Vale submeteu à aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) registro de oferta pública obrigatória (OPA) para aquisição de 0,19% das ações ordinárias detidas pelos acionistas minoritários da Vale Fertilizantes.

A Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil informou que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2010, foram aprovadas: (i) a incorporação da Fertifos Administração e Participação S.A. (Fertifos) pela Fosfertil, nos termos do fato relevante datado de 23 de agosto de 2010, com o intuito de simplificar a estrutura societária, tendo em vista que, após a aquisição indireta do controle da Fosfertil pela Vale S.A, a manutenção da Fertifos não mais se justificava, já que se tratava de um veículo constituído pelos seus antigos acionistas controladores; e (ii) a alteração da denominação social de Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil para Vale Fertilizantes S.A., mantendo-se inalterados todos os seus ativos, suas atividades sociais, bem como sua estrutura societária.

A Vale Fertilizantes S.A. (“Vale Fertilizantes” ou “Companhia”) informa que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, foram aprovadas, dentre outras matérias: (i) a incorporação da Vale Fosfatados S.A. (“Vale Fosfatados”) pela Vale Fertilizantes, nos termos do Fato Relevante datado de 17 de dezembro de 2010; e (ii) o aumento do capital social da Vale Fertilizantes, em decorrência da operação acima citada, no valor contábil do acervo incorporado (que, após a dedução do valor do investimento da Vale Fosfatados na Companhia, corresponde a R\$2.519.439.686,40). Tal aumento de capital será feito mediante emissão de 143.560.195 novas ações ordinárias e é resultante da relação de troca aprovada, de 2,846781 ações da Vale Fosfatados

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

para cada 1 (uma) ação da Vale Fertilizantes, passando o capital social da Companhia dos atuais R\$1.000.000.000,00 para R\$3.519.439.686,40, representado por 566.032.763 ações, sendo 287.880.283 ordinárias e 278.152.480 preferenciais.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Retenção de Lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de aumento de capacidade de produção (projetos), melhoria operacional, manutenção (continuidade operacional) e proteção ambiental e saúde ocupacional, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia:

No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembléia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) apurado na forma do Artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (artigo 29).

Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, poderão ser distribuídos dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, bem como à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Fica o Conselho de Administração autorizado, ainda, a distribuir dividendos por conta do dividendo mínimo obrigatório referido no Artigo anterior, antes da realização da Assembléia Geral Ordinária, mas "ad referendum" da mesma (artigo 30).

O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artº 9º, § 7º, da Lei 9.249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo previsto nos artigos 29 e 30 deste estatuto, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais (artigo 31).

Parágrafo Único – Revertem a favor da sociedade os dividendos e os juros sobre o capital próprio, que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.

3.4 - Política de destinação dos resultados

b. periodicidade das distribuições de dividendos

Anual, exceto quando apresentar prejuízo e ou mediante destinação da retenção de lucros para investimentos através de orçamento de capital.

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia:

Os acionistas terão direito ao recebimento de dividendos em cada exercício social (artigo.29).

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976 (artigo 30).

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por deliberação do Conselho de Administração (artigo 31).

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado	-149.189.000,00	741.724.000,00	431.513.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	33,967352	57,485406
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	17,430795	19,779113
Dividendo distribuído total	0,00	251.944.000,00	248.057.000,00
Lucro líquido retido	0,00	476.938.000,00	172.040.000,00
Data da aprovação da retenção		28/04/2009	25/04/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
		0,00				
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			54.120.000,00	29/08/2008	58.450.000,00	19/03/2008
Preferencial			115.795.000,00	29/08/2008	124.918.000,00	19/03/2008
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária			26.205.000,00	29/08/2008	20.547.000,00	08/10/2007
Preferencial			55.824.000,00	29/08/2008	44.142.000,00	08/10/2007

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Descrição	2009	2008	2007
dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores	0,00	0,00	151.594.897,93

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	875.249.000,00	Índice de Endividamento	0,49000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Flutuante	0,00	0,00	19.744.000,00	0,00	19.744.000,00
Quirografárias	150.375.000,00	0,00	0,00	0,00	150.375.000,00
Total	150.375.000,00	0,00	19.744.000,00	0,00	170.119.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. ao emissor; b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle; c. a seus acionistas; d. a suas controladas e coligadas; e. a seus fornecedores; f. a seus clientes; g. aos setores da economia nos quais o emissor atue; h. à regulação dos setores em que o emissor atue - i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Riscos relacionados ao negócio da Companhia

Dentro do negócio de fertilizantes, as atividades podem ser segregadas como de mineração e de processamento químico. Os produtos nitrogenados, como amônia, uréia, ácido nítrico e nitrato de amônio, são fabricados a partir do processamento químico de derivados de petróleo (gás natural, nafta e resíduo asfáltico). Os produtos fosfatados têm como origem a extração mineral de rocha fosfática, que é posteriormente utilizada no processamento químico para geração de fertilizantes fosfatados. Os produtos potássicos são fabricados a partir da extração mineral de silvinita, que é utilizada em processo de concentração para geração do cloreto de potássio.

A Fosfertil participa desse mercado através da fabricação e comercialização de fertilizantes nitrogenados (N) e fertilizantes fosfatados (P).

A indústria de fertilizantes é exposta às condições da economia mundial e aos respectivos reflexos na renda e na capacidade de compra dos indivíduos. A agricultura mundial é a principal demandante dos produtos fertilizantes (NPK – Nitrogenados, Fosfatados e Potássicos). Cabe ressaltar que a agricultura tem comportamento cíclico e volátil em decorrência da relação de oferta e demanda e dos níveis de estoques ao término de cada safra. Adicionalmente, a agricultura é altamente exposta às condições climáticas que podem afetar significativamente os volumes de produção em nível global.

Diante das características estruturais do setor, verifica-se importante fonte de riscos as condições econômicas dos agricultores no Brasil e no mundo. A redução das cotações internacionais das commodities agrícolas, em especial dos grãos, pode afetar desfavoravelmente os negócios da Companhia. Além disso, a demanda pelos principais produtos da Fosfertil depende da demanda global por alimentos que está diretamente atrelada ao perfil de dieta calórica da população mundial.

O setor brasileiro de fertilizantes se caracteriza como tomador de preços (“price taker”) no mercado internacional, uma vez que cerca de 70% dos insumos são importados e a produção brasileira representa apenas cerca de 2% do total mundial. Assim, os preços praticados pela Fosfertil têm paridade com os produtos importados.

Os investimentos necessários para execução de projetos de expansão na indústria atingem montantes significativos, caracterizando o setor como de capital intensivo. Esta característica estrutural é uma importante fonte de riscos financeiros para o setor.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O desempenho financeiro da Fosfertil pode ainda ser negativamente afetado por condições regulatórias, econômicas e sociais do Brasil. A companhia fabrica no Brasil a totalidade dos seus produtos e aqui realiza cerca de 98% de suas vendas.

Em geral, o setor de fertilizantes segue o movimento dos ciclos da agricultura que de forma correlata posiciona-se em linha com o perfil de crescimento da economia mundial .

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia mantém acompanhamento permanente dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1., tendo em vista que as fontes de matérias-primas básicas permanecem inalteradas e não demonstram sinais de mudanças (mineração e derivados da exploração de petróleo). O mesmo raciocínio aplica-se à principal fonte de demanda da indústria, que é a atividade agrícola.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e sua subsidiária integral são partes envolvidas em processos judiciais que se encontram em instâncias diversas. A Administração constituiu provisões para fazer face à eventuais perdas para os casos em que seus assessores jurídicos consideram baixas as possibilidades de êxito.

Processo 291/2004

a. Juízo	3ª Vara Cível de Cubatão/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	09/06/2004
d. Partes no processo	Autor: União Federal Réu: Ultrafertil S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.660.175,77
f. Principais fatos	<u>Objeto:</u> Imposto de Renda ano base 1995, exercício 1996. Compensação de Prejuízos Fiscais acima do limite de 30%. A nossa defesa baseia-se na tese de que houve somente mera postergação de pagamento de imposto, por isso existe provisão parcial do débito. <u>Fase Processual:</u> Em 28/06/04 foi realizada a penhora do imóvel localizado à Av. Plínio de Queiroz, s/n.º. Após, foi requerido pela Fazenda Nacional a substituição da penhora por créditos em favor da executada existentes no Proc. n.º 1999.61.04.003866-7, em trâmite na 4ª Vara Federal de Santos. Houve despacho do juiz deferindo a substituição como requerido. Após realização de perícia contábil, os autos estão conclusos para sentença. A
g. Chance de perda	Provável: R\$ 4.177.840,78 Possível: R\$ 26.482.334,99
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 4.177.840,78

Processo 2008.38.02.004700-0

a. Juízo	2ª Vara Federal de Uberaba/MG
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	14/10/2008
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Fertilizantes Fosfatados S/A – Fosfertil, FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente e IBAMA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor inestimável
f. Principais fatos	Em 17/11/08, a FEAM protocola manifestação contra o deferimento dos pedidos liminares, ressaltando a regularidade do licenciamento ambiental da empresa; Em 18/02/2009, o IBAMA protocola manifestação alegando sua ilegitimidade; Em 11/05/2010, proferido despacho indeferindo todos os pedidos liminares.
g. Chance de perda	Risco Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	Sem provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Processo 0701.07194152-3**

a. Juízo	3ª Vara Cível de Uberaba/MG
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	Distribuído em 11/06/01
d. Partes no processo	Autor: Cooperativa Agrícola de Cotia (Massa Liquidanda) Réu: Fertilizantes Fosfatados S/A - FOSFERTIL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Cobrança de aluguéis de imóvel
f. Principais fatos	O processo foi distribuído pelo Autor na Comarca de São Paulo/SP no início do ano de 2006. Neste momento, iniciou-se discussão sobre a competência territorial para julgamento do processo, o qual foi remetido, depois de anos, à Comarca de Uberaba/MG. Fosfertil apresentou sua defesa no processo já distribuído em Uberaba e o processo se encontra na fase de instrução, aguardando a execução da prova de engenharia.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 20.199.380,28

24/93

a. Juízo	Vara Única de Araxá
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15/01/1993
d. Partes no processo	Reclamante: SIMA Reclamada: Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfertil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.127.054,64
f. Principais fatos	Reclamação trabalhista movida pelo Sindicato, representando 236 substituídos. Ação julgada procedente condenando a implementação da 5ª turma e horas extras acima da 6ª hora trabalhada. Processo em fase de execução e em 01/03/2010 foram homologados os cálculos do perito em R\$4.912.500,48. Embargos à execução interpostos em 28/05/2010.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 5.127.054,64

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Processo 35.558.436-0**

a. Juízo	INSS (atualmente RFB)
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	07/10/2003
d. Partes no processo	Autor: INSS (atualmente RFB) Réu: Ultrafertil S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.473.648,39
f. Principais fatos	<u>Objeto:</u> NFLD referente ao resultado de fiscalização previdenciária que considerou que o código lançado na GFIP deveria ser o "4" e que deveria ter havido o recolhimento do SAT considerando a majoração da alíquota para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais – art. 22, inc. II da Lei 8.212/91. A Ultrafertil apresentou defesa além de documentos. <u>Fase Processual:</u> aguardando julgamento do Recurso Administrativo.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Primeiramente a interposição de ação judicial para anulação da NFLD, com pedido de suspensão dos efeitos. Se não forem suspensos, a necessidade de alterar a forma de preenchimento da GFIP.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 15.473.648,39

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos desta natureza.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos dessa natureza.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

a. Juízo	Departamento Nacional de Produção Mineral
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	2009
d. Partes no processo	Autuante: DNPM Autuados: Fertilizantes Fosfatados S/A – Fosfertil e Ultrafertil S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 109.877.039,02
f. Principais fatos	<u>Objeto</u> : CFEM. Autuações administrativas lavradas pelo DNPM. Em Catalão houve uma fiscalização in loco, enquanto as autuações referentes a Tapira e Patos de Minas houve somente cobranças baseadas no RAL, sem levar em conta os pagamentos realizados pela Fosfertil no período autuado. Em todos os casos a empresa apresentou defesa administrativa, além de documentos e laudos contábeis. <u>Fase Processual</u> : aguardando julgamento em 1ª instância administrativa.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

a. Juízo	Receita Federal
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	2008, 2009 e 2010
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal Autuada: Fertilizantes Fosfatados S/A – Fosfertil e Ultrafertil S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.641.926,63
f. Principais fatos	<u>Objeto</u> : Autuações de PIS/COFINS decorrentes de fiscalizações promovidas pela Receita Federal nas empresas FF/UF, decorrentes de pedidos de compensação de créditos acumulados de PIS/COFINS entre 2004 e 2007. <u>Fase processual</u> : apresentamos defesa em todos os processos, que aguardam julgamento em 1ª instância administrativa.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

a. Juízo	Justiça Cível
b. Instância	1ª, 2ª e 3ª instâncias
c. Data de instauração	Distribuído em 04/11/85
d. Partes no processo	<p>Processo Principal: Autor: Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfertil Réu: Euler Gomes e Freud Gomes</p> <p>Demais processos e medidas correlatas: As mesmas partes, mas alternando entre autor e réu.</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Possesória de área de Uberaba e indenização por perda da posse/propriedade
f. Principais fatos	<p>Ação de Manutenção de posse ajuizada pela Fosfertil que foi julgada pela improcedência.</p> <p>Atualmente, discute-se a extensão da área em litígio e/ou conversão da devolução da área em indenização. Estas discussões geraram inúmeras medidas e recursos correlatas ao processo principal, assim como ações principais, como reivindicatória e rescisória capazes de mitigar as consequências da decisão desfavorável contra a Fosfertil.</p> <p>Último Status: Fosfertil ajuizou ação rescisória buscando reformar decisão que definiu a área de litígio. Esta ação aguarda citação de todos os réus.</p>
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.</p>
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.610.927,40

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos 828/2002; 518/2006 e 983/2009 (Adicional de Insalubridade e Periculosidade)

a. Juízo	Varas do Trabalho da Comarca de Uberaba/MG
b. Instância	1ª Instância e Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	03/05/2002, 02/05/2006 e 12/06/2009
d. Partes no processo	Autor: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Uberaba e Região - Stiquifar Réu: Fosfertil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.859.344,26
f. Principais fatos	<p>828/2002 - Ação Julgada procedente em parte, condenando à Fosfertil ao pagamento dos adicionais de Insalubridade e Periculosidade. No TRT ficou decidido que a Insalubridade deverá incidir sobre o Salário Normativo, motivo pelo qual a Fosfertil Recorreu ao TST por Recurso de Revista e sendo assim, o processo encontra-se para julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (cls. desde 09/12/2008). Não iniciada a fase de liquidação até o presente momento.</p> <p>518/2006 – Ação julgada procedente em parte, condenando a Fosfertil ao pagamento de Adicionais de Periculosidade de 30% sob o respectivo salário base e Adicional de Insalubridade calculado sobre o salário normativo dos empregados. A Fosfertil recorreu e obteve êxito apenas para excluir a condenação em Honorários, pois a 5ª Turma do TRT manteve a condenação. Atualmente os autos encontram-se no TST (4ª Turma - RR) para aplicação do salário mínimo como base de cálculo no adicional de insalubridade (cls. ao relator desde 16/04/2009).</p> <p>983/2009 - Processo ainda em fase de conhecimento. Em Audiência(10/07/2009) o sindicato requereu o adiamento da inicial para inclusão de novos substituídos. Após realização de nova audiência (31/07/2009) a mesma foi adiada sine-die, pois o processo foi remetido ao perito para elaboração do laudo. Processo encontra-se com o expert desde 29/09/2009.</p>
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 10.859.344,26

a. Juízo	Justiça do Trabalho de Cubatão
b. Instância	Variada
c. Data de instauração	Após a EC 45
d. Partes no processo	Autor: Diversos Réu: Ultrafertil S/A
e. Valores, bens ou direitos Envolvidos	R\$ 39.913.053,72
f. Principais fatos	<u>Objeto:</u> Ações com pedidos de danos morais e materiais em virtude de acidente do trabalho, em sua maioria questões relativas à perdas auditivas. <u>Fase Processual:</u> Variado.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso venhamos a perder diversos processos que envolvam valores substanciais para os quais não temos provisões, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter impacto negativo material em nossa posição financeira e nos resultados operacionais. No entanto, a Fosfertil não acredita que uma decisão isolada, desfavorável aos seus interesses, causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira.
j. Valor provisionado, se houver Provisão	R\$ 3.770.119,28

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos; b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários; c. hipóteses de cancelamento de registro; d. outras questões do interesse dos investidores

Não se aplica à Companhia

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Fosfertil tem seu desempenho exposto a variáveis macroeconômicas como taxa de câmbio e taxa de juros, além de estar também exposto à oscilação dos preços de fertilizantes e commodities agrícolas e ainda ao preço dos insumos necessários ao seu processo produtivo.

Câmbio e Taxa de Juros

Parcela superior a 95% das receitas da empresa é atrelada a produtos que têm seus preços cotados internacionalmente e referenciados em dólares americanos. A quase totalidade de custos fixos e parte dos custos variáveis são, entretanto, referenciados em R\$, gerando um descasamento de moedas que pode impactar negativamente o resultado da empresa no caso de valorização do real frente ao dólar americano.

Cerca de 90% do endividamento da Fosfertil é vinculado ao dólar americano, o que faz com que variações do real frente ao dólar tenham impacto sobre o saldo e o serviço de dívida. Tais impactos de variação cambial sobre a dívida em dólar, quando somados aos impactos que essa mesma variação tem sobre os custos variáveis dolarizados, compensam parte da perda (ou anulam parte do ganho) na receita da companhia conforme descrito no parágrafo anterior.

A Fosfertil está exposta a variações nas taxas de juros, uma vez que seus empréstimos estão indexados à taxa libor ou à TJLP em sua maioria. Assim, variações nessas taxas podem influenciar o total de dispêndio com o serviço da dívida.

Saldo da dívida		31/dez/09	30/jun/10	taxa referência
BNDES	R\$ mil	15.933	19.621	TJLP
BNDES (captado em R\$ mas indexado ao US\$)	US\$ mil	2.189	2.748	Cesta de moedas
Financiamento de importação	US\$ mil	85.880	87.265	Libor
total indexado ao Real	R\$ mil	15.933	19.621	
total indexado ao dólar americano	US\$ mil	88.069	90.013	

Preços de fertilizantes e de commodities agrícolas

O setor brasileiro de fertilizantes é tomador de preços (“price taker”) no mercado internacional, uma vez que a produção e o consumo brasileiros representam, respectivamente, apenas 2% e 7% do total mundial, e a forte necessidade de importação inibe a capacidade de determinação de preços no mercado doméstico pelos produtores nacionais. Além desses fatores, o fato dos preços internacionais de fertilizantes estarem fortemente atrelados às commodities agrícolas (especialmente soja, milho, trigo e açúcar) o, que são transacionados em bolsas específicas) torna o resultado da Fosfertil dependente também das variáveis de

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

macroeconomia, de oferta e demanda , de competição e outras que determinam a oscilação desses preços no mercado.

Preços e disponibilidade de insumos

Parte relevante dos custos variáveis de produção da Fosfértil está atrelada a matérias-primas importadas e/ou precificadas no mercado internacional, tais como enxofre, amônia e derivados de petróleo. No ano de 2009, por exemplo, os itens de enxofre, amônia , gás e resíduo asfáltico (Rasf, atrelado ao petróleo) representaram quase 60% dos custos variáveis de produção da Fosfértil. Oscilações nos preços desses insumos têm, portanto, impacto sobre a matriz de custos e, conseqüentemente, sobre o resultado da empresa.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Fosfertil gerencia os riscos a que está exposta visando avaliar não apenas os riscos de mercado (como juros, câmbio, preço de commodities agrícolas e insumos), mas também os de crédito e os operacionais. Os fatores de risco, seus impactos potenciais e a política de mitigação são avaliados de forma colegiada pela Diretoria de forma periódica.

a. Riscos para os quais se busca proteção

Risco de Câmbio: de acordo com a política de gestão de riscos da Companhia, a exposição da empresa ao câmbio R\$/US\$ pode ser mitigada através da contratação de instrumentos derivativos (hedge), que é disparada a partir do ponto em que a exposição atinja um determinado patamar estabelecido pela administração da Fosfertil. No exercício findo em 2009, assim como no encerramento do 2º trimestre 2010, não houve decisão pela contratação de derivativos para hedge de câmbio.

Risco de Crédito: embora a maior parte das vendas da Fosfertil seja realizada à vista (não necessitando, portanto, de medidas específicas de proteção), a parcela referente à venda de matérias-primas para indústria química I é comumente feita a prazo, implicando na necessidade de análises de riscos e limites de exposição para cada comprador. Os esforços são concentrados na análise detalhada e continuada dos compradores de maneira individual, bem como na alocação da proporção das vendas a crédito em relação à receita total. Além disso, sempre que a análise individual dos clientes recomendar, são obtidas garantias reais como lastro para o crédito concedido.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Fosfertil pode vir a utilizar, de acordo com sua política de mitigação de riscos, instrumentos financeiros para minimizar o risco de exposição cambial quando um determinado patamar de descasamento entre ativos e passivos em dólares é atingido

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Fosfertil não utiliza atualmente hedge para proteção patrimonial, podendo fazer uso conforme disposto no item a. Apesar da companhia não vir se utilizando desses instrumentos, a contratação de swaps cambiais e/ou compras e vendas de moeda no mercado futuro poderiam ser alternativas consideradas caso a Fosfertil decida por se utilizar de instrumentos de hedge.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O descasamento entre ativos e passivos em dólares é o parâmetro utilizado para monitorar o risco cambial, sendo feito semanalmente pela Diretoria Financeira e apreciado pela Diretoria Executiva

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

É proibida ,pela política de gestão de risco da Fosfértil. a contratação de instrumentos financeiros com outros objetivos que não a proteção patrimonial (hedge)

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Os fatores de risco, seus impactos potenciais e a política de mitigação são avaliados periodicamente junto à Diretoria Executiva.. A Fosfértil, em seu processo de melhoria contínua das práticas de Governança, estuda a criação de Comitê para Gestão de Risco no curto prazo..

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Quaisquer operações de hedge decorrentes das políticas adotadas, se concretizadas, são controladas através de registros documentais, contratos firmados, notas de negociação, monitoramento contínuo das marcações de mercado e registros no sistema da empresa..

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não houve alterações significativas nos principais riscos da Companhia no último exercício social.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	14/02/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/08/1992

6.3 - Breve histórico

A Vale Fertilizantes S.A. (antiga Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfértil) tem por objetivo a fabricação de fertilizantes e outros produtos para a agricultura por meio do aproveitamento de jazidas minerais próprias e, ainda, o comércio, o transporte, a exportação e a importação desses produtos, o agenciamento por conta de terceiros, a prestação de serviços de industrialização a terceiros e a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista. A subsidiária integral Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil" ou "subsidiária integral") tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos e a operação de terminal portuário próprio de uso misto.

A Vale Fertilizantes S.A foi constituída em fevereiro de 1977, para dar continuidade ao projeto Fosfato de Patos de Minas, iniciado em 1974 pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM, e ainda, com o objetivo de substituir a importação de fertilizantes fosfatados. Incorporou mais tarde duas empresas, a VALEFERTIL, em Uberaba - MG, e a VALEP, em Tapira - MG.

Desta incorporação resultou uma empresa integrada verticalmente que se tornou líder no fornecimento de matérias-primas para o setor de fertilizantes fosfatados na América Latina. De acordo com o Programa Nacional de Desestatização, Decreto n.º 99.523 a companhia foi privatizada através de leilão realizado em 12 de agosto de 1992.

O controle acionário foi assumido pela FERTIFOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A. que é composta pelas seguintes empresas: BPI – BUNGE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A, MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL S.A, MOSAIC FERTILIZANTES LTDA, YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A, FERTILIZANTES HERINGER S.A. e FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA - FERTIPAR. A FOSFERTIL detém reservas expressivas de fosfato localizadas no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Tapira (Jazida de Tapira), Patrocínio (Jazidas de Salitre) e Patos de Minas (Jazida de Rocinha). As duas primeiras são de origem ígnea e a última é de origem sedimentar. A Jazida de Salitre encontra-se em fase de pesquisa e caracterização mineralógica.

A Vale Fertilizantes S.A fornece matérias-primas e produtos intermediários fosfatados e nitrogenados para a produção de fertilizantes e matérias-primas destinadas às indústrias químicas.

Em outubro de 1992, a FOSFERTIL adquiriu, através de leilão de privatização, a Goiás Fertilizantes S.A. - GOIÁSFERTIL. Em junho de 1993, a FOSFERTIL adquiriu, através de leilão de privatização, o controle acionário da ULTRAFERTIL S.A., uma das maiores produtoras de fertilizantes nitrogenados do país. Em dezembro de 1995, a GOIÁSFERTIL, incorporou a ULTRAFERTIL e passou a adotar o nome de ULTRAFERTIL S.A.

A Vale Fertilizantes S.A possui um Terminal Marítimo da Vale Fertilizantes S.A, localizado em Santos (SP), é um dos maiores do mundo para descargas de enxofre e fertilizantes, o que permite agilidade no desembarque de insumos e produtos. Sua capacidade de movimentação de produtos - amônia e granéis sólidos - é de 2,2 milhões de toneladas por ano. Seu descarregador permite receber, por hora, 1.200 toneladas de granéis sólidos. O equipamento, fabricado na Alemanha e montado no próprio terminal, é único em toda a América do Sul.

6.3 - Breve histórico

Em 27 de maio de 2010, a Vale S.A. (Vale) anunciou a conclusão da aquisição, através de sua subsidiária Mineração Naque S.A., da participação direta e indireta de 58,6% no capital social da Fosfértil, companhia listada na BM&F Bovespa e maior produtora brasileira de nutrientes de fertilizantes - e dos ativos brasileiros de fertilizantes da Bunge Participações e Investimentos S.A. (BPI) por um total de US\$ 4,7 bilhões.

Em 10 setembro de 2010, foi comunicado ao mercado que a Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, aprovou: (i) a incorporação da Fertifos Administração e Participação S.A. (Fertifos) pela Fosfértil, nos termos do fato relevante datado de 23 de agosto de 2010, com o intuito de simplificar a estrutura societária, tendo em vista que, após a aquisição indireta do controle da Fosfértil pela Vale S.A., a manutenção da Fertifos não mais se justificava, já que se tratava de um veículo constituído pelos seus antigos acionistas controladores; e (ii) a alteração da denominação social de Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil para Vale Fertilizantes S.A., mantendo-se inalterados todos os seus ativos, suas atividades sociais, bem como sua estrutura societária.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação.

A Vale Fertilizantes S.A. (antiga Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfértil), a pedido da Vale S.A. (Vale), comunicou aos seus acionistas e ao mercado, através de Fato Relevante em 27 de maio de 2010, nos termos e para os fins da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº. 358/02, o que segue.

A Vale S.A. (Vale) concluiu nesta data, por meio da sua subsidiária Mineração Naque S.A. (Naque), a aquisição de participação societária direta e indireta de 58,6% do capital total da Fosfertil, sendo 72,6% das ações ordinárias e 51,4% das ações preferenciais. Referidas ações foram adquiridas de Bunge Fertilizantes S.A., Bunge Brasil Holdings B.V., Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Yara), Fertilizantes Heringer S.A. (Heringer) e Fertilizantes do Paraná Ltda. (Fertipar) pelo preço total de US\$3,0 bilhões, equivalente ao preço por ação de US\$12,0185.

Conforme a legislação societária e regulamentos aplicáveis, a Vale realizará oferta pública obrigatória – a ser arquivada junto à CVM, para adquirir a participação remanescente de 0,19% das ações ordinárias de titularidade dos acionistas não controladores da Fosfertil por US\$12,0185, convertido para reais, mesmo preço em dólares pago aos demais acionistas da Fosfertil, como divulgado anteriormente

Como anunciado pela Vale em 10 de fevereiro de 2010, no âmbito da operação ora noticiada, a Vale contratou uma opção com a The Mosaic Company (Mosaic), pela qual a Vale tem o direito de adquirir a participação direta e indireta da Mosaic na Fosfertil representando 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais, correspondentes a 20,27% do capital total da Fosfertil, pelo preço total de US\$1,029 bilhão, equivalente ao preço por ação de US\$ 12,0185. A Vale acredita que esta aquisição adicional será concluída no futuro próximo.

Em 10 de setembro de 2010, foi comunicado ao mercado que a Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, aprovou: (i) a incorporação da Fertifos Administração e Participação S.A. (Fertifos) pela Fosfertil, nos termos do fato relevante datado de 23 de agosto de 2010, com o intuito de simplificar a estrutura societária, tendo em vista que, após a aquisição indireta do controle da Fosfertil pela Vale S.A, a manutenção da Fertifos não mais se justificava, já que se tratava de um veículo constituído pelos seus antigos acionistas controladores; e (ii) a alteração da denominação social de Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil para Vale Fertilizantes S.A., mantendo-se inalterados todos os seus ativos, suas atividades sociais, bem como sua estrutura societária.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) comunicou ao mercado em 21 de dezembro de 2010, que a Vale S.A. (Vale), através de sua subsidiária Mineração Naque S.A. (Mineração Naque), anunciou o resultado do leilão de oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) remanescentes no mercado (OPA).

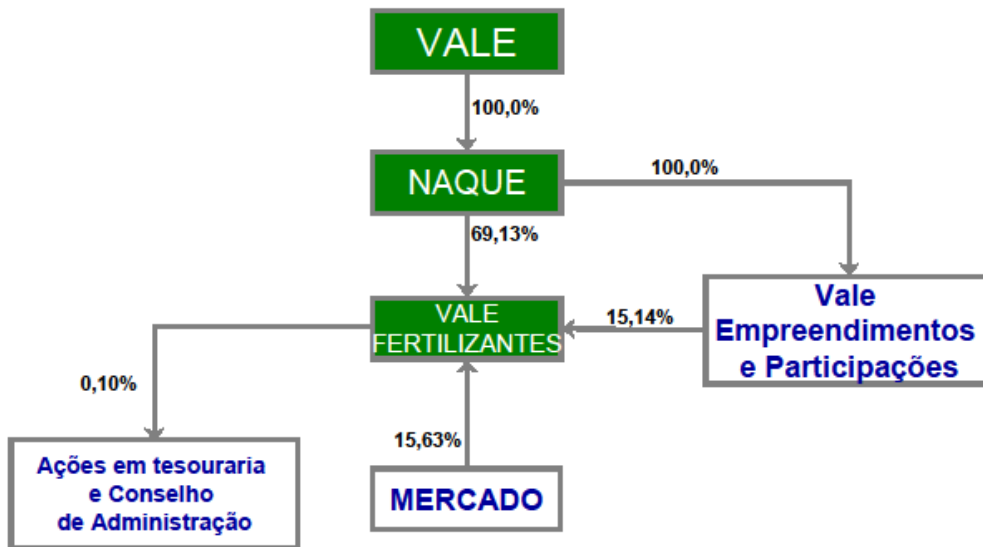
A OPA começou em 18 de novembro de 2010 com a publicação do Edital e encerrou-se ontem, mediante a realização do leilão, no qual foi ofertado o valor de R\$ 23,50 por ação ordinária de emissão da Vale Fertilizantes. No leilão foram adquiridas 20.317 ações ordinárias da Vale Fertilizantes. A liquidação financeira ocorrerá no dia 23 de dezembro de 2010.

A Vale elevará sua participação direta e indireta na Vale Fertilizantes para 99,83% do total de ações ordinárias e 78,92% do capital total.

Em 18 de janeiro de 2011, A Vale Fertilizantes S.A. (“Vale Fertilizantes” ou “Companhia”) informou que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foram aprovadas, dentre outras matérias: (i) a incorporação da Vale Fosfatados S.A. (“Vale Fosfatados”) pela Vale Fertilizantes, nos termos do Fato Relevante datado de 17 de dezembro de 2010; e (ii) o aumento do capital social da Vale Fertilizantes, em decorrência da operação acima citada, no valor contábil do acervo incorporado (que, após a dedução do valor do investimento da Vale Fosfatados na Companhia, corresponde a R\$2.519.439.686,40). Tal aumento de capital será feito mediante emissão de 143.560.195 novas ações ordinárias e é resultante da relação de troca aprovada, de 2,846781 ações da Vale Fosfatados para cada 1 (uma) ação da Vale Fertilizantes, passando o capital social da Companhia dos atuais R\$1.000.000.000,00 para R\$3.519.439.686,40, representado por 566.032.763 ações, sendo 287.880.283 ordinárias e 278.152.480 preferenciais.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Após os eventos societários em decorrência da transferência de controle da Companhia, a estrutura societária apresenta-se da seguinte forma:



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

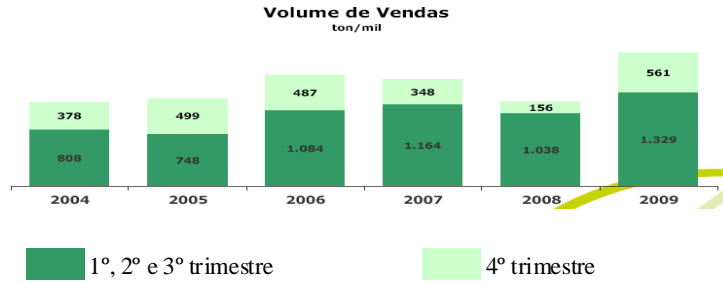
A Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil (“Fosfertil” ou “Companhia”) tem por objetivo a fabricação de fertilizantes e outros produtos para a agricultura por meio do aproveitamento de jazidas minerais próprias e, ainda, o comércio, o transporte, a exportação e a importação desses produtos, o agenciamento por conta de terceiros, a prestação de serviços de industrialização a terceiros e a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

A subsidiária integral Ultrafertil S.A. (“Ultrafertil” ou “subsidiária integral”) tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos e a operação de terminal portuário próprio de uso misto.

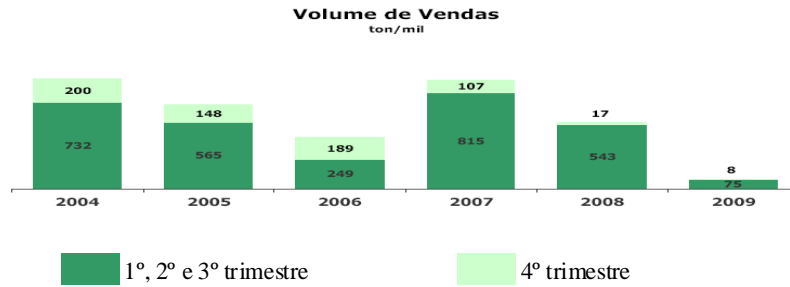
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos comercializados

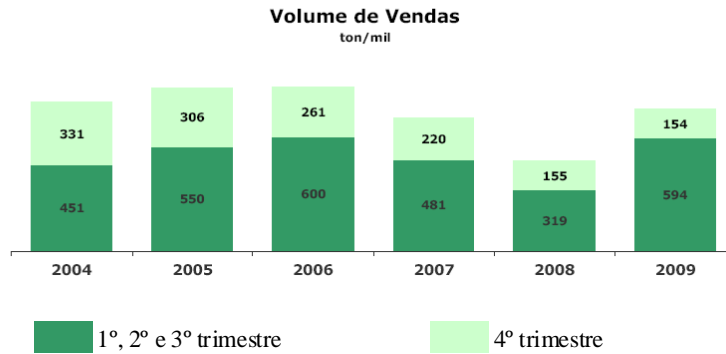
. Fertilizantes Fosfatados de Alta Concentração



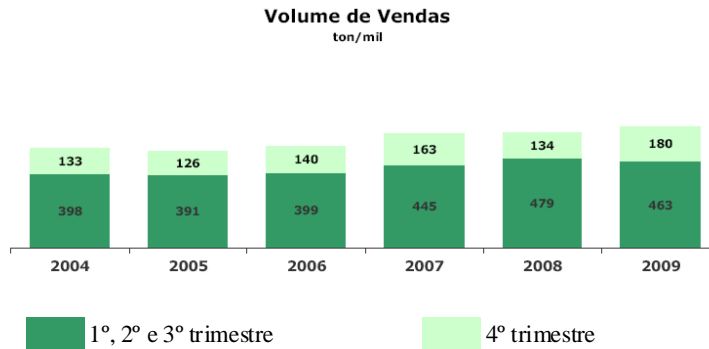
. Fertilizantes Fosfatados de Baixa Concentração



. Fertilizantes Nitrogenados



. Químicos



7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A Companhia atua apenas no segmento de fertilizantes. As informações de produtos de baixa concentração, alta concentração, nitrogenados e químicos são elaboradas para fins gerenciais e análises de performance desses produtos comercializados.

Demonstrativo do Volume de Vendas

Mil t

	1T04	1T05	1T06	1T07	1T08	1T09	1T10
Fertilizantes - Fosfatados de Alta	243	176	223	388	324	273	418
Fertilizantes - Fosfatados de Baixa	108	103	39	172	156	13	16
Fertilizantes - Nitrogenados	96	142	155	138	48	293	155
Químicos	115	126	117	128	139	138	174
TOTAL	562	547	535	826	667	716	763

	2T04	2T05	2T06	2T07	2T08	2T09	2T10
Fertilizantes - Fosfatados de Alta	202	117	279	376	362	351	310
Fertilizantes - Fosfatados de Baixa	249	227	83	335	233	24	23
Fertilizantes - Nitrogenados	103	197	134	132	122	149	76
Químicos	125	136	135	153	167	149	181
TOTAL	678	676	630	996	884	673	589

	1S04	1S05	1S06	1S07	1S08	1S09	1S10
Fertilizantes - Fosfatados de Alta	445	293	502	764	686	624	728
Fertilizantes - Fosfatados de Baixa	357	330	122	507	389	37	39
Fertilizantes - Nitrogenados	198	340	289	269	170	441	230
Químicos	240	262	251	281	306	287	355
TOTAL	1.240	1.224	1.165	1.821	1.550	1.389	1.352

	9M04	9M05	9M06	9M07	9M08	9M09
Fertilizantes - Fosfatados de Alta	808	748	1.084	1.164	1.038	1.329
Fertilizantes - Fosfatados de Baixa	732	565	249	815	543	75
Fertilizantes - Nitrogenados	451	550	600	481	319	594
Químicos	398	391	399	445	479	463
TOTAL	2.389	2.254	2.332	2.906	2.379	2.461

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Fertilizantes - Fosfatados de Alta	1.186	1.247	1.571	1.512	1.194	1.890
Fertilizantes - Fosfatados de Baixa	932	713	438	922	559	83
Fertilizantes - Nitrogenados	782	856	861	701	474	748
Químicos	531	517	539	608	613	643
TOTAL	3.431	3.333	3.409	3.743	2.840	3.364

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não se aplica, vide item 7.2b.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O setor de fertilizantes caracteriza-se por alta sazonalidade na comercialização de seus produtos, tendo em vista que a época de plantio das culturas que empregam maior quantidade de fertilizantes tem início a partir do segundo semestre, ocasião em que a demanda se intensifica.

Seus produtos não estão sujeitos a controle de preços, cingindo-se à política econômica e a acirrada concorrência com o mercado internacional, uma vez que as importações são livres e com alíquotas de impostos próximo de zero.

As empresas de fertilizantes não dependem de concessão do Estado para funcionamento, a não ser àquelas unidades onde se opera com lavra e beneficiamento de minério e que possuem o direito de exploração de jazidas de minérios utilizados na fabricação de matérias primas para fertilizantes fosfatados.

Fosfertil e Ultrafertil, produtoras de matérias-primas para produção de fertilizantes fosfatados com origem em suas minas e de fertilizantes nitrogenados a partir de matérias-primas derivadas de petróleo, atuando ainda como importadoras têm como principais clientes os fabricantes de fertilizantes, com formulações variadas, de acordo com a necessidade do solo e da cultura a ser plantada.

Complexo Industrial de Uberaba:

O complexo de fertilizantes fosfatados possui a sua capacidade mensurada em termos da produção anual de fósforo expressa em toneladas de P_2O_5 .

A produção de fertilizantes fosfatados de alta concentração requer a produção intermediária de ácido fosfórico. Desta forma, praticamente todo o ácido fosfórico produzido é destinado à produção de fertilizantes como fosfato de monoamônio (MAP) e superfosfato triplo (TSP).

A rota de processo adotada para a produção de ácido fosfórico é via úmida, processo di-hidrato, obtendo-se ácido fosfórico e gesso (sulfato de cálcio di-hidratado) a partir do ataque do concentrado fosfático pelo ácido sulfúrico.

O ácido sulfúrico é produzido internamente a partir de enxofre importando, pelo processo de duplo contato com catalisadores à base de vanádio.

A maior parte do concentrado fosfático utilizado para produzir ácido fosfórico é recebido via mineroduto, com extensão aproximada de 120 km, do complexo de mineração de Tapira (CMT).

Os principais produtos fertilizantes produzidos no complexo industrial de Uberaba são:

- Superfosfato triplo pó (TSP-ROP);
- Superfosfato triplo granulado (TSP-G)
- Superfosfato simples pó (SSP-ROP);
- Superfosfato simples granulado (SSP-G);
- Fosfato de monoamônio pó (MAP-pó);
- Fosfato de monoamônio granulado (MAP-G);

As unidades industriais do complexo industrial de Uberaba são:

- ✓ Três unidades para produção de ácido sulfúrico, via queima de enxofre, sendo duas de 1978 com tecnologia LURGI/Alemanha (atual OUTOTEC), e uma de 1998 com tecnologia MONSANTO/EUA (atual MECS). A capacidade da unidade

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

MONSANTO foi ampliada no ano de 2005, elevando a capacidade instalada global de 1.762.800 toneladas/ano para 1.915.000 toneladas/ano de H₂SO₄.

- ✓ Três unidades de produção de ácido fosfórico diluído (seções de ataque e filtração), e quatro seções de concentração, utilizando tecnologia Rhone Poulenc/França (atual Technip). A capacidade instalada foi ampliada de 496.000 toneladas/ano para 675.000 toneladas/ano de P₂O₅. O processo de produção é o de via úmida, obtendo-se ácido fosfórico a partir do ataque do concentrado fosfático pelo ácido sulfúrico;
- ✓ Uma unidade de super fosfato triplo pó (TSP-ROP), tecnologia Gulf-Badger/EUA (atual RAYTHEON), com capacidade de 435.000 toneladas/ano, obtido pela reação da rocha fosfática com ácido fosfórico;
- ✓ Uma unidade de super fosfato triplo pó (TSP-ROP), tecnologia adaptada pela Fosfertil, com capacidade de 350.0000 toneladas/ano, instalada no ano de 2005.
- ✓ Uma unidade de granulação de super fosfato triplo (TSP-G), tecnologia Gulf-Badger/EUA (atual Raytheon), com capacidade instalada de 330.000 toneladas/ano;
- ✓ Uma unidade de fosfato monoamônio granulado (MAP-G), tecnologia Gulf-Badger/EUA (atual Raytheon), com capacidade instalada de 460.000 toneladas/ano, obtido pela reação do ácido fosfórico com amônia;
- ✓ Uma unidade de fosfato de monoamônio granulado (MAP-G), tecnologia Incro/Espanha, com capacidade instalada de 350.000 toneladas/ano, instalada no ano de 2005
- ✓ Uma unidade de fosfato monoamônio pó (MAP-pó), tecnologia Gulf-Badger/EUA (atual Raytheon), com capacidade instalada de 150.000 toneladas/ano.

Além das unidades citadas acima, o complexo industrial de Uberaba possui em sua UNIDADE II (adquirida da Cooperativa Agrícola de Cotia em 1995) as seguintes unidades:

- ✓ Uma unidade de granulação de fertilizantes diversos com capacidade de 240.000 toneladas/ano.
- ✓ Uma unidade de produção de SSP pó (SSP-ROP), tecnologia Jeatech/Brasil, utilizando concentrado ultrafino em forma de polpa e ácido sulfúrico, com capacidade de 280.000 toneladas/ano.

Complexo de Mineração de Tapira:

O Complexo de Mineração de Tapira produz concentrado fosfático convencional com teor de 35,8% de P₂O₅ que é enviado por mineroduto (120 km) ao terminal de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

rocha do Complexo Industrial de Uberaba (CIU) e concentrado fosfático ultrafino com teor de 35,2% de P_2O_5 que é enviado por transporte rodoviário, destinados à produção de ácido fosfórico e fertilizantes.

Estes concentrados são obtidos a partir de um minério fosfático da chaminé alcalina de Tapira, através de um processo de moagem e deslamagem, seguido por flotação, utilizando-se reagentes coletores vegetais (ácidos graxos) e sintéticos.

As reservas de fosfatados nas regiões de Tapira e Salitre em poder da FOSFERTIL/CVRD totalizam 2.207 milhões de toneladas e, deste total, 730 milhões de toneladas são integrantes do Consórcio de Mineração FOSFERTIL/CVRD (Decreto nº 98.962 do dia 16/02/90), 207 milhões de toneladas sob termo de compromisso para integração ao consórcio de 1.270 milhões de toneladas adquiridas conjuntamente da Companhia Meridional de Mineração em dezembro de 1989 e, já integrados ao Consórcio.

O nível de produção de concentrado fosfático convencional vem se elevando ao longo dos anos, alcançando-se a marca de 1.930.000 toneladas em 2006, e com a perspectiva de ultrapassar 1.930.000 de toneladas em 2007, com qualidade compatível à produção de ácido fosfórico no CIU. O nível de produção de concentrado fosfático ultrafino alcançou a marca de 94.000 toneladas em 2006, com perspectiva de ultrapassar a marca de 100.000 toneladas em 2007.

As características mineralógicas da jazida de Tapira mostram dois tipos de minérios: friáveis e granulados, cujo comportamento frente ao processo de flotação são diferenciados, tendo exigido estudos técnicos para permitir a sua concentração. Com base nos estudos de processo foi possível executar projeto de otimização, elevando-se a capacidade do CMT da quantidade anual de 900.000 toneladas para 1.600.000 toneladas em 1998 e 2.030.000 em 2006.

Para flexibilizar o processo de produção dos concentrados fosfáticos, implantou-se circuitos de deslamagem, colunas de flotação e separação magnética de alto campo no beneficiamento. Isto possibilitou também a flexibilização da lavra da mina com blendagem de minérios mais pobres e de difícil tratamento. A flexibilização da lavra foi possível graças introdução do software Datamine e de um processo de caracterização tecnológica, que possibilitou melhorias na confiabilidade do planejamento.

Visando a modernização tecnológica, implantou-se um sistema supervisorio na usina de concentração, bem como o “up grading” dos sistemas controladores programáveis, visando melhor disponibilidade e supervisão operacional dos equipamentos produtivos.

Em seqüência aos trabalhos de melhoria operacional em Tapira, desenvolveu-se novo projeto, implantado no decorrer de 2005 e 2006, buscando a elevação do nível de produção até o limite operacional do mineroduto, que possui a capacidade de transporte de concentrado fosfático convencional de 1.930.000 t/a. Foram adequadas as etapas de fragmentação, colocando nova etapa de britagem secundária e uma nova etapa de processo, a separação magnética de alta intensidade.

Complexo Industrial de Araucária:

No Complexo Industrial de Araucária (CAR) são fabricados os seguintes produtos: Amônia Anidra (U-18), Uréia Técnica e Uréia Fertilizante (U-33). O

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Metanol (U-20) produzido no Complexo é reutilizado na própria planta ou revendido ao mercado. O Enxofre (U-21) é produzido a partir de gases residuais ácidos separados em determinada fase do processo.

A capacidade produtiva das unidades é a seguinte:

- 1200 (nominal) / 1303 (atual) ton/dia de Amônia ou 438.000 t/ano;
- 1500 (nominal) / 1975 (atual) ton/dia de Uréia ou 630.000 t/ano;
- 58 (nominal) / 6 (atual) ton/dia de Enxofre;
- 24 (nominal e atual) ton/dia de Metanol.

Matéria Prima	Produto Acabado	Nº de fornecedores	Estoque de segurança (tempo)
Nitrogênio (N2)	Amônia anidra	Ar atmosférico	-
Hidrogênio (H2)	Amônia anidra	Ar atmosférico e resíduo asfáltico	-
Resíduo Asfáltico (RASf)	Amônia Anidra	REPAR/Petrobrás	3 dias
Amônia	Uréia Fertilizante e Uréia Técnica	CAR/Fosfertil	-
Gás de Síntese (U-18)	Metanol	CAR/Fosfertil	-
Metanol	Uréia Fertilizante e Uréia Técnica	CAR/Fosfertil	-

A produção de 1.303 toneladas diárias de Amônia é destinada ao processo de fabricação de Uréia, sendo para isso necessário um total de 1.145 toneladas por dia. O restante dessa produção, o equivalente a 158 toneladas, é comercializado diretamente aos consumidores.

O resíduo asfáltico utilizado serve de fonte de Gás Carbônico e Hidrogênio, O Hidrogênio juntamente com o Nitrogênio proveniente da atmosfera são empregados como matéria-prima na produção de amônia. Este resíduo asfáltico é comprado como excedente da REPAR/Petrobrás. A Amônia e o Gás Carbônico são empregados como matéria prima na produção de Uréia. Na fabricação de metanol é utilizado o próprio gás de síntese produzido na planta de amônia. Este produto é utilizado no Processo de Rectisol para a purificação do gás de síntese de amônia.

O Complexo Industrial foi projetado pela UHDE-LURGI, as mesmas empresas de engenharia que projetaram e construíram o conjunto similar operado pela VEBA-CHEMIE na Alemanha, e outros dois implantados na Índia.

A Planta de Amônia utiliza a tecnologia do processo de oxidação parcial da LURGI/UHDE e foi partida em 1982. A Planta de Uréia utiliza a tecnologia do processo de esgotamento por CO2 da STAMICARBON BV, foi partida em 1982 e sofreu ampliação para aumento de capacidade em 1997.

O Complexo de Araucária possui uma capacidade de armazenamento de Uréia de 120.000 toneladas, sendo composto de 2 armazéns de 60.000 toneladas cada, além

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de um tanque para estocagem de amônia criogênica com capacidade de 10.000 toneladas.

Complexo Industrial de Piaçaguera:

O Complexo Industrial de Piaçaguera possui:

- ✓ Uma unidade para produção de amônia anidra, a partir do HLR (hidrocarboneto leve de refinaria ou Gás Natural), com tecnologia original FOSTER WHEELER, entrou e operação em 1970 sendo modernizada no ano de 2001, com tecnologia CASALE, sua capacidade de produção é de 191.000 toneladas/ano.
- ✓ Duas unidades de ácido nítrico, obtidos a partir da oxidação da amônia, sendo uma de 53 % de concentração, com tecnologia D. M. WEATHERLY COMPANY e capacidade de produção de 198.000 toneladas/ano, entrou em operação em 1970 e a segunda com 61% de concentração, com tecnologia GRANDE PAROISSE, entrou em operação em 1989 e capacidade de produção de 90.000 toneladas/ano.
- ✓ Uma unidade de Nitrato de Amônio, obtido pela reação da amônia anidra com o ácido nítrico e posteriormente perolado, com tecnologia D. M. WEATHERLY COMPANY, entrou em operação em 1970, ampliada em 1984 e modernizada em 2003 com capacidade de produção de 406.000 toneladas/ano.
- ✓ Uma unidade de ácido sulfúrico, obtido a partir da queima do enxofre, com tecnologia DOOR OLIVER ENGINEERING LTD, entrou em operação em 1970, ampliada e modernizada em 1996 e capacidade de produção de 400.000 toneladas/ano.
- ✓ Uma unidade de ácido fosfórico, obtido a partir da reação do P2O5 contido na rocha fosfática com o ácido sulfúrico, com tecnologia DOOR OLIVER ENGINEERING LTD, entrou em operação em 1970, ampliada e modernizada em 1999 e capacidade de produção de 128.000 toneladas/ano.
- ✓ Uma unidade de fosfato monoamônio, obtido a partir da reação do ácido fosfórico com a amônia anidra e posteriormente granulada, com tecnologia D. M. WEATHERLY COMPANY, e capacidade de produção de 261.000 toneladas/ano.
- ✓ O complexo possui as seguintes capacidades de armazenagem :

Amônia criogênica – 14.000 t

Rocha Fosfática - 30.000 t

Enxofre – 30.000 t

Fertilizantes – 18.000 t

MAP – 30.000 t

Nitrato de Amônio – 40.000

Complexo Industrial de Cubatão:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O Complexo Industrial de Cubatão possui:

- ✓ Duas unidades para produção de Ácido Nítrico diluído UAN e UNAN, pelo processo de oxidação da amônia, com tecnologia UHDE e GRANDE PAROISSE. A unidade de produção UHDE entrou em operação em 1958, com capacidade de 64.092 toneladas/ano (100% HNO₃). A unidade de produção GRANDE PAROISSE entrou em operação em 1974, com capacidade de 77.504 toneladas/ano (100% HNO₃). A capacidade atual total de produção é de 166.000 toneladas/ano (100% HNO₃).
- ✓ Duas unidades para produção de Ácido Nítrico Concentrado UCAN I e II, pelo processo de destilação extrativa com Nitrato de Magnésio através da tecnologia Hercules. A unidade UCAN I entrou em operação em 1974 e UCAN II em 1989 com capacidade atual de produção total de 80.000 toneladas/ano (100% HNO₃).
- ✓ Uma unidade de produção de Nitrato de Amônio de Baixa Densidade UNAP, com duas tecnologias no setor de produção de Solução de Nitrato de Amônio tecnologia UHDE, para o Nitrato Perolado de Baixa Densidade tecnologia KALTENBACH - THURING. A unidade de Solução entrou em operação em 1958 com capacidade de 107.511 toneladas/ano, atualmente sua capacidade é de 1523.000 toneladas/ano de Solução de Nitrato de Amônio, já a unidade de Nitrato de Amônio Perolado de Baixa Densidade entrou em operação 2000 com capacidade de 79.811 toneladas/ano, atualmente sua capacidade é de 84.000 toneladas/ano.
- ✓ A produção de Ácido Nítrico é direcionada para a produção de Nitrato de Amônio Solução e Perolado. O excedente é vendido ao mercado.

Capacidade de Estocagem (toneladas)

Amônia	580*
Ácido Nítrico Diluído	1.720
Ácido Nítrico Concentrado	1.250
Nitrato de Amônio Solução	290
Nitrato de Amônio Perolado	4.500

* quantidade prevista para 2 dias de autonomia caso ocorra uma interrupção no fornecimento de Amônia.

O Complexo de Cubatão produz Ácido Nítrico e Nitrato de Amônio e atua no setor de insumos químicos.

Terminal Marítimo:

O Terminal Marítimo de Uso Privativo Misto da Ultrafertil é destinado ao recebimento de matérias-primas (Amônia e Enxofre) e fertilizantes (Cloreto de Potássio, Sulfato de Amônio, Uréia, MAP, TSP, dentre outros) que são distribuídos para as outras Unidades e clientes de empresas instaladas no Pólo Industrial de Cubatão, no Estado de São Paulo, bem como outras regiões do país.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O Píer foi construído em 1967 e tem dimensões de 177m de comprimento e 23 m de largura. Sua estrutura em conjunto com planos de estacas inclinadas foram projetadas e reforçadas para absorverem os esforços decorrentes da acostagem e atracação de navios com comprimento de 229m e 33m de boca, com peso de 67 mil toneladas (peso do navio + carga + tripulação + víveres). Esse píer é munido ainda de descarregador de granéis sólidos e correia transportadora.

O Terminal ainda recebe cargas de granéis líquidos, a Amônia Anidra, refrigerada (na faixa de -32°C a -33°C) com até 19.000 t por navio, transferindo o produto deste para o tanque de estocagem existente no Terminal Marítimo, o qual possui uma capacidade de armazenagem nominal de até 20.000 t do produto. A utilização e distribuição da Amônia Anidra ocorre no Complexo Industrial de Piaçaguera da empresa localizado a 8 km de distância, sendo a transferência realizada por bombas através amonioduto.

Principais expansões: Com investimentos de aproximadamente US\$ 53.000.000,00 foram realizadas nos anos de 2000/2001 algumas modificações e expansões no Terminal Marítimo, as quais seguem:

- Armazém coberto com dimensões de 64,5m X 160,0m para a estocagem para estocagem de fertilizante com capacidade estática para até 60.000 toneladas de produto, dependendo da densidade. Internamente, os diferentes tipos de fertilizante são estocados em 13 (treze) celas, separadas por divisórias de madeira, sendo piso pavimentado com paralelepípedos e em nível superior ao carregamento rodoviário.
- Pátio de armazenagem de Enxofre com dimensões de 250,0m X 63,0m com capacidade estática de 60.000 toneladas, sendo a céu aberto e com muro de alvenaria ao redor da pilha de enxofre, com piso pavimentado com paralelepípedos.
- Prédios administrativos e de manutenção.
- Descarregador (“GRAB”) de granéis sólidos de navios, fabricado pela Krupp Fordertecnick com capacidade de descarga de 1.200 t/h.

CAPACIDADE

O Terminal Marítimo, após as obras realizadas em 2000/2001, passou a ter uma capacidade de descarga de 2.200.000 t/ano, compreendendo: graneis sólidos (enxofre e fertilizantes em geral) e amônia anidra líquida.

DESCARGAS REALIZADAS NOS ANOS DE: 2007, 2008 E 2009 Base – Quantidades Manifestadas em toneladas

2007	2008	2009
2.449.614	2.193.304	1.934.199

Outros Equipamentos

- **2 (duas) unidades de refrigeração com capacidade para 170.000 Kcal/h cada uma**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- **2 (duas) unidades de refrigeração com capacidade para 250.000 Kcal/h cada uma**
- 2 (dois) geradores de 315 KVA.
- 1 (um) gerador de 2MVA.
- 6 (seis) compressores de Ar.
- 2 (duas) bombas de transferência de Amônia.
- 1 (uma) torre de refrigeração.
- 3 (três) bombas de refrigeração.

Energia Elétrica

A energia elétrica é recebida da Concessionária, através de uma linha de transmissão de 13.8 KV, sendo rebaixada para 440/220 e 110 V, através de 3 (três) subestações existentes no interior da planta.

- **Subestação/Transformadores**
 C-15 1 X 750 KVA (Óleo)
 C-23 3 X 750 KVA (Óleo)
 1 X 2 MVA (Óleo) 1 X 500 VA (Óleo)
- **Geradores**

A Tancagem de Amônia conta com dois grupos geradores movidos a motor diesel com potência de 315 KW, destinados a alimentar parcialmente os pontos críticos (instrumentação/ controle) e iluminação, em caso de falta de energia elétrica.

Complexo Mineró-químico de Catalão (GO)

O Complexo Mineróquímico de Catalão – CMC, pertencente à FOSFERTIL está composto por:

- a) Mina de minério fosfatado,
- b) Usina de beneficiamento e concentração,
- c) Mineroduto,
- d) Terminal rodo-ferroviário de manuseio de concentrados e expedição de rocha fosfática,
- e) Unidades de acidulação e granulação de fertilizantes.

A mina e a usina de beneficiamento se encontram instaladas na região do Chapadão a cerca de 20 km da cidade de Catalão. O Terminal Rodo-Ferroviário situa-se às margens da rodovia BR-050, próximo à cidade de Catalão-GO.

Os concentrados de rochas fosfática – convencional e ultrafino – produzidos na usina de beneficiamento são bombeados via mineroduto, com 14,4 km de extensão, ao terminal rodo-ferroviário de manuseio de concentrado e expedição de rocha fosfática, onde passa por operações de classificação, filtragem e secagem.

Os concentrados convencional e ultrafino produzidos no Chapadão são recebidos no Terminal rodo-ferroviário onde são filtrados e estocados nas formas de rocha

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

úmida e rocha ultrafina respectivamente. Com posterior secagem de parte da rocha úmida.

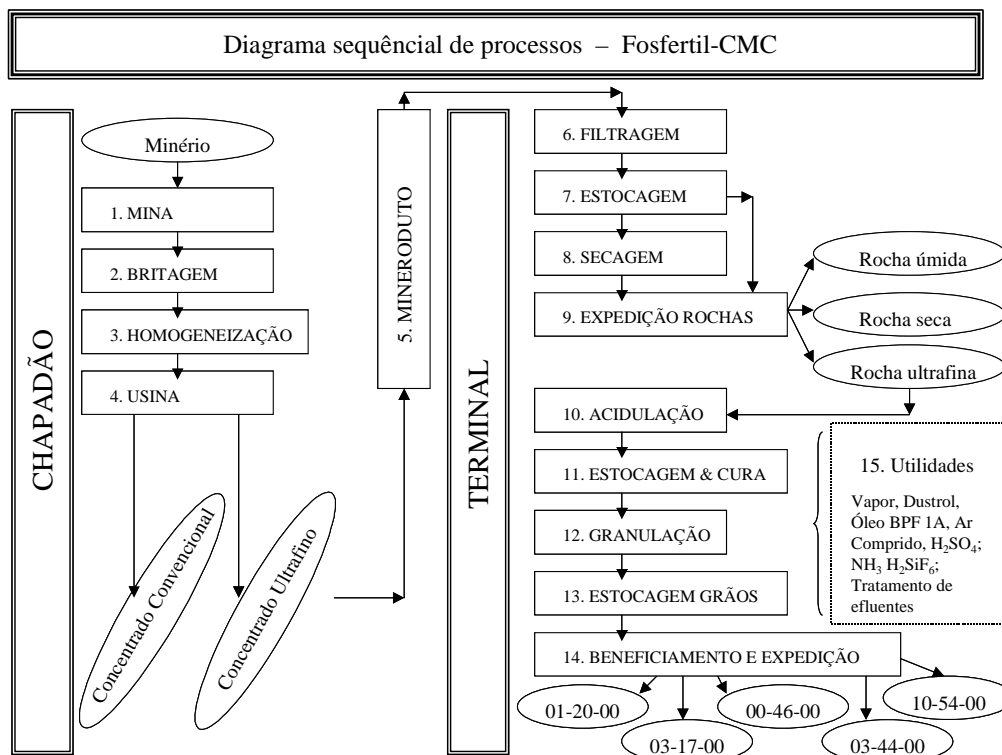
A rocha úmida é transportada através de vias rodoviária e ferroviária para os complexos industriais da Fosfertil em Uberaba-MG (CIU) e Piaçaguera-SP (CPG) para a produção de fertilizantes e/ou produção de ácido fosfórico.

A rocha seca, também transportada através de vias rodoviária e ferroviária é vendida externa aos complexos da Fosfertil.

Parte da rocha ultrafina é destinada à unidade de produção de fertilizantes do Complexo Mineraloquímico de Catalão (CMC), parte é transportada para os CIU e CPG para a produção de fertilizantes ou blendagem no processo de produção de ácido fosfórico.

As rochas úmida e ultrafina também podem ter comercialização externa, conforme demandas do mercado.

O diagrama abaixo mostra de forma simplificada a seqüência dos processos da unidade da Fosfertil-CMC.



A jazida de Catalão apresenta reserva lavrável em torno de 195 milhões de toneladas com teor médio de 9% de P₂O₅ apatítico (mineral útil a ser utilizado para fabricação de fertilizantes). A mina é formada por duas cavas a céu aberto, em encosta, distanciadas entre si por aproximadamente 1800 metros. Os *pits* (cava do depósito mineral), denominados por frente 01 e frente 04, são lavrados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

simultaneamente e em proporções equivalentes. A movimentação anual de material é da ordem de 12 milhões de toneladas com relação estéril/minério de 1,00. A escala anual de *run of mine* (material ou minério que sai da mina) é de aproximadamente 6 milhões de toneladas com 15% de umidade média.

O minério atualmente lavrado em Catalão foi formado através de intemperismo químico em rochas carbonatíticas e foscoríticas do Complexo Carbonatítico de Catalão I. A porção mais superficial do perfil intempérico da mina é a aloterita, de caráter estéril para a lavra. Logo abaixo tem-se a isalterita, horizonte mineralizado, que é subdividida por sua vez nos horizontes oxidado, micáceo oxidado, micáceo de topo, micáceo médio e micáceo de base; abaixo da isalterita tem-se a rocha alterada, que é uma tipologia cuja rota de processo está sendo pesquisada; por fim tem-se o horizonte de rocha fresca, base do perfil de intemperismo, que atualmente também não é lavrado. Os minérios oxidado, micáceo oxidado, micáceo de topo, micáceo médio e micáceo de base são blendados para a formação de pilhas de homogeneização em atendimento às especificações físico-químicas vigentes na empresa. As pilhas de homogeneização, por sua vez, são retomadas e beneficiadas na usina de concentração.

O minério fosfático extraído da mina é transportado para as instalações da britagem primária onde se faz a redução granulométrica para 4 polegadas com produção média de 1.050 toneladas/hora.

O estéril, composto pelo capeamento com teor de P_2O_5 apatítico abaixo de 6%, é transportado para duas áreas de disposição com bancos de 10 metros de altura e bermas de 12 metros de largura.

De forma resumida pode-se descrever as capacidades quantitativas de cada fase do processo:

- reserva mineral = aproximadamente 195 milhões de toneladas de minério;
- mina = lavra de 12 milhões de toneladas/ano, sendo metade minério e metade estéril;
- usina = beneficiamento de 6 milhões de toneladas/ano, com produção de 1,2 milhões de t/ano de concentrados. E geração de 4,8 milhões de t/ano de rejeitos;
- terminal = manuseio de 1,2 milhões de t/ano de rochas fosfáticas;
- capacidade nominal de estocagem de rochas:
 - rocha úmida = 143.000 t
 - rocha ultrafina = 9.000 t
 - rocha seca = 40.000 t
- vida útil da barragem de rejeitos = até final do ano 2.036, com as atuais capacidades do projeto instalado.

A capacidade instalada da usina é de 1.160.000 t/ano.

O Complexo Mineroquímico de Catalão produz concentrado fosfático convencional e ultrafino com teor de 36,0 % e 35,20 % de P_2O_5 , respectivamente. Os concentrados são enviados via mineroduto ao Terminal.

Visando a modernização tecnológica, implantou-se um sistema especialista na usina de concentração visando melhor disponibilidade e supervisão operacional dos equipamentos produtivos. Em função da necessidade de inclusão das

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

modificações realizadas nos circuitos da usina será feita uma manutenção do sistema especialista.

O Complexo Mineroquímico de Catalão conta com uma unidade de produção de superfosfato simples, com capacidade de 350.000 t/ano, instalada em 2001 com tecnologia Technip. A unidade de granulação apresenta igualmente 350.000 t/ano e pode granular superfosfato triplo.

A capacidade de armazenagem de superfosfato simples é de 40.000 t.

a. características do processo de distribuição

Distribuição:

Os produtos da FOSFERTIL são distribuídos para dois canais de vendas, segmentados conforme abaixo:

1) Canal de Fertilizantes:

Composto por indústrias produtoras de adubos, integrados e semi-integrados e indústria misturadoras e cooperativas.

2) Canal de químicos:

Compreende as indústrias químicas em geral, que utilizam ácidos, explosivos e produtos químicos diversos (uréia, map pó, gás carbonico, etc.), indústrias cimenteiras (gesso sintético) e empresas de saneamento (ácido fluossilícico).

3) Canal de pecuário:

Nutrição animal.

4) Distribuição física: transporte rodo-ferroviário.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

Seus produtos não estão sujeitos a controle de preços, cingindo-se à política econômica e a acirrada concorrência com o mercado internacional, uma vez que as importações são livres e sem alíquotas de impostos.

Fosfertil e Ultrafertil, produtoras de matérias-primas para produção de fertilizantes fosfatados com origem em suas minas e de fertilizantes nitrogenados a partir de matérias-primas derivadas de petróleo, atuando ainda como importadoras têm como principais clientes os fabricantes de fertilizantes, com formulações variadas, de acordo com a necessidade do solo e da cultura a ser plantada.

No mercado químico, a empresa apresenta uma linha bem diversificada de produtos comercializados numa parcela significativa da indústria química, com exportações para diversos países da América do Sul e Angola na África.

A comercialização de seus produtos no setor químico possibilita melhor fluxo de caixa, visto que as vendas são praticamente lineares durante o ano, diferentemente daquelas efetuadas no setor de fertilizante que possui elevada sazonalidade.

i. participação em cada um dos mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercados

O mercado da empresa atinge principalmente as regiões centro e sudeste do país, compreendendo os Estados de MG, SP, PR, GO, MT, MS, DF, RJ e ES.

O mercado de fertilizantes é significativamente afetado pela sazonalidade da agricultura brasileira que corresponde aproximadamente a 35% no primeiro semestre e 65% no segundo semestre.

Sendo o único produtor de fertilizantes nitrogenados da região sudeste do Brasil, dispondo ainda de terminal privativo, capacitado a operar com amônia anidra, estando suas instalações industriais em localizações privilegiadas quanto à infraestrutura rodo-ferroviária, sendo competitiva na região sudeste, centro-oeste e parte da região sul.

Atualmente, no mercado químico, aproximadamente 23% de suas vendas (receita em USD) estão dirigidas às indústrias químicas com venda de produtos intermediários originários de sua atividade principal.

Não tendo seus preços controlados pelo governo, seu desafio maior é manter preço e qualidade de seus produtos ao nível do produto importado.

ii. condições de competição nos mercados

A FOSFERTIL S.A. atuando quase que exclusivamente no mercado de fertilizantes fosfatados de alta concentração, tem como seu maior concorrente no mercado o produto importado.

Tal competitividade se acirra ainda mais em razão da sazonalidade do mercado, tendo em vista a sobra de fertilizantes nos países do hemisfério norte no momento em que os agricultores brasileiros iniciam o plantio.

A empresa busca sua competitividade através o fornecimento de produtos de alta qualidade e mantendo seus preços ao nível de mercado internacional.

d. eventual sazonalidade

O mercado de fertilizantes caracteriza-se por alta sazonalidade na comercialização de seus produtos, tendo em vista que a época de plantio das culturas que empregam maior quantidade de fertilizantes tem início a partir do segundo semestre, ocasião em que a demanda se intensifica. Caracteriza-se por uma sazonalidade bastante acentuada.

O consumo se dá fortemente no período de julho a novembro com o pico acontecendo nos meses de setembro e outubro. No período de dezembro a junho, o consumo é pequeno, atingindo os níveis mais baixos no período de fevereiro a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

abril. Isto obriga as empresas produtoras a se estocarem durante um longo período para que disponham dos produtos na época do pico.

As condições climáticas, as políticas de crédito agrícola, preços mínimos, além dos preços internacionais das commodities agrícolas podem alterar a distribuição da sazonalidade.

SAZONALIDADE PERCENTUAL POR TRIMESTRE 2009 (Fosfertil / Ultrafertil)				
Produto	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
MAP	21 %	17 %	29 %	33 %
TSP	15 %	20 %	34 %	31 %

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia no relacionamento com seus fornecedores tem como diretriz priorizar as empresas nacionais e de bens e serviços dentro de uma margem competitiva. Mantém cadastro corporativo desses fornecedores e contempla requisitos técnicos, econômicos, legais e gerenciais, além de requisitos de Segurança, Meio-Ambiente e Saúde, específicos para o segmento de prestação de serviços. O cadastro é revisado periodicamente com o objetivo de manter as melhores relações com esses fornecedores.

Os padrões de contratação e as diretrizes contratuais da Companhia constam de Procedimentos específicos.

Não há dependência relevante de poucos fornecedores, ainda que para o segmento de fornecimento de equipamentos seja reduzido.

A Companhia está atrelada em grande parte dos seus custos ao fornecimento de matérias-primas essenciais às suas operações de produção. Alterações significativas no preço dessas matérias-primas podem implicar em aumento nos custos de seus produtos finais.

Insumos para Fosfatados → Amônia Anidra , Rocha Fosfática e Enxofre.
 Insumos para Nitrogenados → Gás , Rasf e Óleo 8A.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. montante total de receitas provenientes do cliente**

Cliente	Valor total da receita líquida de vendas	Participação do cliente na receita líquida de vendas	% do cliente na receita líquida de vendas
Bunge Fertilizantes S.A.	2.713.939.948,75	818.848.455,32	30,2%

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Segmento de Fertilizantes

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não há

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Fosfertil tem compromisso permanente com a sustentabilidade de sua atuação, em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. Isso se reflete em iniciativas para a melhoria contínua dos processos e procedimentos, incluindo ações voltadas à proteção do meio ambiente, à economia de recursos naturais e à conscientização ecológica de colaboradores e comunidades próximas.

No Complexo Industrial de Piaçaguera, em Cubatão (SP), foram investidos R\$ 89 milhões na parada de manutenção preventiva e corretiva, que trouxe importantes melhorias ambientais. Desse total, R\$ 45 milhões se destinaram a novos equipamentos, com desempenho superior, outros R\$ 15 milhões a melhorias de processo e o restante à manutenção.

A Fosfertil foi pioneira no Pólo Industrial de Cubatão na Venda de Certificados de Créditos de Carbono - CERs (conforme estabelece o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL do Protocolo de Kyoto), em 2009 foram implementadas inúmeras ações para reduzir a emissão gasosa de óxido nitroso (N₂O) nas unidades de ácido nítrico dos complexos industriais de Piaçaguera e Cubatão (SP). Os recursos a serem obtidos, descontados os custos com a manutenção do projeto, serão investidos em melhorias ambientais nas unidades da Fosfertil e em projetos sociais para a comunidade local.

O projeto de ampliação do complexo industrial de fosfatados em Uberaba (MG) foi concebido e está sendo executado dentro dos mais rígidos padrões de desempenho ambiental. A nova unidade de ácido sulfúrico terá baixa emissão de óxidos de enxofre (SO_x), e a nova unidade de ácido fosfórico solubilizará 95% do fósforo (P₂O₅) contido no concentrado fosfático, ou seja, utilizará ao máximo o recurso mineral e diminuirá a geração de resíduos na etapa de tratamento de efluentes líquidos.

Para garantir o monitoramento do meio ambiente no entorno das unidades produtivas, continuaram em 2009 os estudos da avifauna em regiões da Baixada Santista e no cerrado mineiro e goiano, bem como o trabalho de identificação e acompanhamento da ictiofauna (peixes que habitam a região) nos rios, lagos e córregos próximos às unidades de Tapira (MG), Uberaba (MG) e Catalão (GO).

A Fosfertil também manteve e aprimorou seus programas voltados à conscientização ecológica das comunidades onde estão suas unidades industriais e de mineração. Voltados principalmente a professores e alunos das escolas de ensino fundamental, esses programas trabalham a importância da preservação de matas ciliares, proteção de mananciais, coleta de lixo e outros pontos em que a população pode e deve desempenhar um papel central.

Para os empregados e prestadores de serviço, uma ampla campanha intitulada É Tempo de Reciclar ajudou a conscientizar sobre a importância da reutilização e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

reciclagem de materiais para reduzir a geração de resíduos sólidos. Além de ações educativas, foram tomadas medidas práticas, como a coleta de óleo de cozinha usado e a substituição de copos descartáveis de sobremesa por potes plásticos em todos os restaurantes da empresa.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não há dependência de patentes

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor; b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor; c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Não há receitas relevantes de exportação.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica à Companhia

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não se aplica à Companhia

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

A Mineração Naque S.A., subsidiária da Vale S.A., à partir do dia 27 de maio de 2010, concluiu a aquisição da participação direta e indireta de 58,6% do capital total da Fosfertil, sendo 72,6% das ações ordinárias e 51,4% das ações preferenciais. Referidas ações foram adquiridas de Bunge Fertilizantes S.A., Bunge Brasil Holdings B.V., Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Yara), Fertilizantes Heringer S.A. (Heringer) e Fertilizantes do Paraná Ltda. (Fertipar) pelo preço total de US\$3,0 bilhões, equivalente ao preço por ação de US\$12,0185.

Conforme a legislação societária e regulamentos aplicáveis, a Vale realizará oferta pública obrigatória – a ser arquivada junto à CVM, para adquirir a participação remanescente de 0,19% das ações ordinárias de titularidade dos acionistas não controladores da Fosfertil por US\$12,0185, convertido para reais, mesmo preço em dólares pago aos demais acionistas da Fosfertil.

Como anunciado pela Vale, em 10 de fevereiro de 2010, no âmbito da operação ora noticiada, a Vale contratou uma opção com a The Mosaic Company (Mosaic), pela qual a Vale tem o direito de adquirir a participação direta e indireta da Mosaic na Fosfertil representando 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais, correspondentes a 20,27% do capital total da Fosfertil, pelo preço total de US\$1,029 bilhão, equivalente ao preço por ação de US\$ 12,0185. A Vale acredita que esta aquisição adicional será concluída no futuro próximo.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Fato Relevante arquivado na CVM em 27 de janeiro de 2010:

A administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil (“Fosfertil”), a pedido de sua acionista controladora BPI - Bunge Participações e Investimentos S.A. (“Bunge BPI”), comunica, nos termos e para os fins da Lei 6.404/76 e Instrução CVM 358/02, que os acionistas da Bunge BPI assinaram em 26 de janeiro de 2010 acordo para a alienação a uma sociedade controlada pela Vale S.A. (“Vale”), dos negócios de mineração de fertilizantes da Bunge no Brasil, incluindo a participação direta e indireta da Bunge na Fosfertil.

A consumação das operações acordadas entre os acionistas da Bunge BPI e a Vale está sujeita à verificação de condições precedentes, incluindo a anuência de autoridades governamentais relacionada à transferência de direitos minerais. O acordo celebrado prevê ainda que, uma vez consumada a alienação, a Compradora realizará oferta pública para aquisição de ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Fosfertil, em cumprimento ao art. 254-A, da Lei 6.404/76 e Instrução CVM 361/02.

Uberaba, 27 de janeiro de 2010.

Vital Jorge Lopes

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Fato Relevante arquivado na CVM em 27 de maio de 2010:

Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil (Fosfertil), a pedido da Vale S.A. (Vale), comunica aos seus acionistas e ao mercado, nos termos e para os fins da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº. 358/02, o que segue.

A Vale S.A. (Vale) concluiu nesta data, por meio da sua subsidiária Mineração Naque S.A. (Naque), a aquisição de participação societária direta e indireta de 58,6% do capital total da Fosfertil, sendo 72,6% das ações ordinárias e 51,4% das ações preferenciais. Referidas ações foram adquiridas de Bunge Fertilizantes S.A., Bunge Brasil Holdings B.V., Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Yara), Fertilizantes Heringer S.A. (Heringer) e Fertilizantes do Paraná Ltda. (Fertipar) pelo preço total de US\$3,0 bilhões, equivalente ao preço por ação de US\$12,0185.

Conforme a legislação societária e regulamentos aplicáveis, a Vale realizará oferta pública obrigatória – a ser arquivada junto à CVM, para adquirir a participação remanescente de 0,19% das ações ordinárias de titularidade dos acionistas não controladores da Fosfertil por US\$12,0185, convertido para reais, mesmo preço em dólares pago aos demais acionistas da Fosfertil, como divulgado anteriormente .

Como anunciado pela Vale em 10 de fevereiro de 2010, no âmbito da operação ora noticiada, a Vale contratou uma opção com a The Mosaic Company (Mosaic), pela qual a Vale tem o direito de adquirir a participação direta e indireta da Mosaic na Fosfertil representando 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais, correspondentes a 20,27% do capital total da Fosfertil, pelo preço total de US\$1,029 bilhão, equivalente ao preço por ação de US\$ 12,0185. A Vale acredita que esta aquisição adicional será concluída no futuro próximo.

Uberaba, 27 de maio de 2010.

Vital Jorge Lopes
Diretor de Relações com Investidores

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

OPA – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES APROVADA PELA CVM

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Fato Relevante arquivado na CVM em 24 de agosto de 2010:

FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. - FOSFERTIL (“Fosfertil”), em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (“Lei das S.A.”) e nas Instruções CVM nºs 358/2002 e 319/1999, vem a público informar o que segue:

1. Situação Atual e Proposta de Incorporação.

1.1. A administração da Companhia submete a seus acionistas plano de reorganização societária que consiste na incorporação, pela Companhia, de sua controladora direta, a Fertifos Administração e Participação S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.021.251/0001-59 (“Fertifos”) (“Incorporação”).

1.2. A Fertifos é uma sociedade sem atividades operacionais, por meio da qual o controle da Companhia era exercido pelos antigos acionistas controladores e cuja existência não mais se justifica após a aquisição (indireta), pela Vale S.A., do controle da Companhia.

1.3. Assim, por não haver motivos para a existência e manutenção de uma sociedade veículo, e com o objetivo de simplificar a estrutura societária envolvendo essas duas companhias, evitar duplicidade de custos e, principalmente, de manter perante o mercado e os acionistas da Companhia uma governança transparente, propõe-se a extinção da Fertifos por meio de sua incorporação pela Companhia.

2. Atos que Antecederam a Incorporação.

2.1. A incorporação de companhia controladora por sua controlada sujeita-se ao disposto no artigo 264 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 319/1999, e, por esta razão, a Companhia submeteu pedido e obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), por meio do Ofício/CVM/SEP/GEA-3/Nº. 702/2010, o reconhecimento de que, na Incorporação proposta, não se justifica a atuação da autarquia para exigir (i) a elaboração e apresentação dos laudos de avaliação previstos no artigo 264 da Lei das S.A. ou (ii) auditoria específica das demonstrações financeiras de Fertifos e Fosfertil que servirão de base para a Incorporação.

2.2. Tendo sido obtido o reconhecimento acima referido, as administrações de Fertifos e da Companhia celebraram, nesta data, o Protocolo e Justificação de Incorporação contendo os termos e condições relativos à incorporação de Fertifos pela Companhia (“Protocolo”), o qual foi aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração dessas companhias, em reuniões realizadas também nesta data.

2.3. Ainda nesta data, foi realizada Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, na qual os conselheiros opinaram favoravelmente aos documentos relativos à Incorporação e

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

manifestaram-se favoravelmente à proposta de Incorporação e à sua submissão e aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

3. Bases da Incorporação

3.1. A Incorporação será levada a efeito mediante: (i) versão, para a Companhia, do acervo líquido de Fertifos, representado exclusivamente pelo investimento por esta última devido no capital social da Companhia, sem constituição de reserva e/ou aproveitamento de ágio e sem aumento efetivo do capital social da Companhia; (ii) extinção da Fertifos; e (iii) a atribuição, aos acionistas da Fertifos, da totalidade de ações de emissão da Companhia antes detidas pela Fertifos, de forma proporcional à sua participação no capital social da Fertifos, sem qualquer alteração do capital social da Companhia.

4. Relação de substituição, número e espécie de ações a serem atribuídas aos acionistas de Fertifos e direitos das ações.

4.1. Conforme mencionado nos itens 2 e 3 acima, a Incorporação não acarretará a definição e/ou negociação de relação de substituição das ações dos acionistas da Fertifos por novas ações de emissão da Companhia, mas apenas a atribuição da totalidade das ações da Companhia atualmente detidas pela Fertifos para os acionistas desta última, de forma proporcional à sua participação no capital social da Fertifos.

5. Crítério de avaliação do patrimônio líquido de Fertifos, empresa especializada e tratamento das variações patrimoniais.

5.1. Data da Incorporação e Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores. A data-base da Incorporação será 31.07.2010 (“Data-base”). Eventuais variações patrimoniais ativas ou passivas ocorridas no período que transcorrer entre esta data e a data das assembleias gerais da Companhia e da Fertifos que aprovarem a Incorporação serão diretamente atribuídas à Companhia.

5.2. Empresa Especializada e Crítério de Avaliação. Os administradores da Companhia contrataram para proceder à avaliação do patrimônio líquido da Fertifos, a valor contábil, a empresa Domingues e Pinho Contadores Ltda., sediada à Avenida Rio Branco, 311, 4º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ/MF sob o nº. 28.005.122/0001-90 e no CRC-RJ sob o nº 001.137/O (“Domingues e Pinho”), cuja nomeação deverá ser ratificada pelos acionistas da Companhia que deliberarem sobre a Incorporação.

5.2.1. A Domingues e Pinho declarou em seu Laudo de Avaliação (i) não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com os acionistas de Fertifos ou da Companhia, ou, ainda, no que se refere à própria Incorporação; e (ii) não terem os acionistas ou os administradores de Fertifos ou da Companhia direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade da suas conclusões.

5.3. Laudo de Avaliação para fins da Incorporação. O laudo de avaliação elaborado pela Domingues e Pinho e que servirá de base para a incorporação de Fertifos pela Companhia foi preparado com base no balanço de Fertifos levantado na Data-base (“Laudo de Avaliação”).

5.4. Patrimônio Líquido da Incorporada: Conforme demonstrado no Laudo de Avaliação, o acervo líquido de Fertifos é composto exclusivamente pelo investimento que ela detém no capital social da Companhia, representado por 117.671.074 (cento e dezessete milhões, seiscentos e setenta e um mil e setenta e quatro) ações ordinárias e 122.011.020 (cento e vinte e dois milhões, onze mil e vinte) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, equivalentes a 56,73% do capital social da Companhia. Conforme apurado no Laudo de Avaliação o Patrimônio Líquido de Fertifos, apurado na Data-base e com base no critério contábil é de R\$ 1.045.056.747,26 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos).

6. Aumento do capital social e sua composição após a Incorporação.

6.1. Aumento do Capital da Incorporadora. A Incorporação não acarretará aumento do capital social da Companhia, tendo em vista que o acervo líquido de Fertifos a ser absorvido pela Companhia é representado exclusivamente pela participação que aquela detém nesta. Conforme previsto no item 3.1, acima, as ações do capital social da Companhia detidas por Fertifos serão atribuídas para os acionistas da Fertifos, de forma proporcional à sua participação no capital social da Fertifos. Assim, ao final, caso a Incorporação seja aprovada, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, permanecerá o mesmo, ou seja, terá o valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), representado por 422.472.568 (quatrocentas e vinte e dois milhões, quatrocentas e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta e oito) ações sem valor nominal, sendo 144.320.088 (cento e quarenta e quatro milhões, trezentas e vinte mil e oitenta e oito) ações ordinárias e 278.152.480 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e duas mil, quatrocentas e oitenta) ações preferenciais, sem direito a voto, assim distribuído e representado:

Acionista	Ações					
	ON	%ON	PN	%PN	TOTAL	% Capital Social
VALE FOSFATADOS S/A	77.636.440	53,7946	101.249.016	36,4005	178.885.456	42,3425
MOSAIC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.	39.337.838	27,2574	46.342.704	16,6609	85.680.542	20,2807
MINERACAO NAQUE S/A	27.073.787	18,7595	41.753.136	15,0109	68.826.923	16,2915
OUTROS (inclusive Tesouraria)	272.023	0,1885	88.807.624	31,9277	89.079.647	21,0853
TOTAL	144.320.088	100	278.152.480	100	422.472.568	100

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

7. Atos societários da Incorporação.

7.1. A efetivação da Incorporação dependerá da realização dos seguintes atos societários:

(a) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para: (i) aprovar o Protocolo; (ii) ratificar a nomeação e contratação da Domingues e Pinho; (iii) aprovar o laudo de avaliação apresentado pela Domingues e Pinho; (iv) aprovar a Incorporação; e (v) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos necessários à efetivação da Incorporação. Além dessas matérias, a referida assembleia geral será convocada para (i) aprovar a alteração da denominação social da Companhia para Vale Fertilizantes S.A. e a consequente reforma do artigo 1º de seu Estatuto Social; e (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e

(b) Assembleia Geral Extraordinária da Fertifos para: (i) aprovar o Protocolo; (ii) aprovar a Incorporação; e (iii) autorizar a diretoria de Fertifos a praticar todos os demais atos necessários à efetivação da Incorporação.

8. Custos.

8.1. A estimativa dos administradores de Fertifos e da Companhia é de que o custo de realização da Incorporação será da ordem de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), incluídas despesas com publicação, contratação de empresa especializada para elaboração do Laudo de Avaliação, honorários de auditores e consultores.

9. Demais informações sobre a operação.

9.1. Extinção e Sucessão da Incorporada. A efetivação da Incorporação descrita neste Protocolo acarretará a extinção da Fertifos, que será sucedida pela Companhia.

9.2. Contingências. Os administradores da Fertifos declaram desconhecer quaisquer outros passivos e/ou contingências passivas que estejam sujeitos à contabilização de acordo com as regras e princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que não aqueles contabilizados no balanço de Fertifos utilizado para fins de elaboração do Laudo de Avaliação. De qualquer forma, eventuais contingências, hoje desconhecidas, mas que se materializem no futuro, após a Incorporação, serão assumidas exclusivamente por Vale Fosfatados S.A. e Mineração Naque S.A. (ambas sociedades controladas pela Vale S.A.), isenta, portanto, de qualquer responsabilidade, a Mosaic Empreendimentos e Participações Ltda.

9.3. Submissão a Autoridades. A Incorporação, por representar mera eliminação de sociedade veículo, não será submetida a autoridades reguladoras ou de defesa da concorrência brasileiras e/ou estrangeiras.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

9.4. Recesso e Reembolso. Os únicos acionistas de Fertifos nesta data são Vale Fosfatados S.A., Mineração Naque S.A. (ambas sociedades controladas pela Vale S.A.) e Mosaic Empreendimentos e Participações Ltda., estando todos de acordo com a Incorporação. Desta forma, não há que se falar em exercício de direito de receso por tais acionistas, tornando-se, conseqüentemente, dispensável o cálculo do valor de reembolso de eventual acionista dissidente.

9.5. Planos Futuros. A Companhia comunica ao mercado que foi informada pela Vale S.A., sua controladora, que esta continua estudando e avaliando a estrutura societária da Companhia, estudos esses que incluem opções de reorganização societária (que pode compreender incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações de sociedades pertencentes a este grupo econômico), mas que ainda não foram concluídos. A Vale S.A. informou a Companhia que o objetivo principal de tais estudos e projeto de reorganização societária é o de criar uma estrutura única de gerenciamento de negócio de fertilizantes da Vale S.A., por meio da consolidação de ativos, empresas e, até, respectivas bases acionárias, de forma a proporcionar maior sinergia, eficiência e geração de valor para os acionistas. Referidos estudos ainda são preliminares, como dito, e compreenderão também a análise de viabilidade de listagem no mercado da companhia resultante e/ou controladora dos ativos de fertilizantes da Vale S.A., em segmento de listagem ainda a ser avaliado e definido. Os estudos sobre a possível reorganização societária, quando concluídos, serão divulgados ao mercado, na forma da legislação de regência.

10. Disponibilização de documentos.

10.1. O Protocolo, o Laudo de Avaliação, o balanço de Fertifos e as demonstrações financeiras da Companhia utilizados para fins da Incorporação, e as informações contendo esclarecimentos sobre a empresa especializada e sobre a reforma do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, conforme a Instrução CVM nº 481/09, estarão à disposição dos acionistas de Fertifos e da Companhia nas respectivas sedes sociais nos termos e prazos previstos na legislação aplicável, bem como nos *websites* da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Uberaba, MG, 23 de agosto de 2010.

Marcio Felipe Milheiro Aigner
Diretor de Relações com Investidores

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Em 10 setembro de 2010, foi comunicado ao mercado que a Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, aprovou: (i) a incorporação da Fertifos Administração e Participação S.A. (Fertifos) pela Fosfertil, nos termos do fato relevante datado de 23 de agosto de 2010, com o intuito de simplificar a estrutura societária, tendo em vista que, após a aquisição indireta do controle da Fosfertil pela Vale S.A, a manutenção da Fertifos não mais se justificava, já que se tratava de um veículo constituído pelos seus antigos acionistas controladores; e (ii) a alteração da denominação social de Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil para Vale Fertilizantes S.A., mantendo-se inalterados todos os seus ativos, suas atividades sociais, bem como sua estrutura societária.

A Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) comunicou ao mercado em 21 de dezembro de 2010, que a Vale S.A. (Vale), através de sua subsidiária Mineração Naque S.A. (Mineração Naque), anunciou o resultado do leilão de oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) remanescentes no mercado (OPA).

A OPA começou em 18 de novembro de 2010 com a publicação do Edital e encerrou-se ontem, mediante a realização do leilão, no qual foi ofertado o valor de R\$ 23,50 por ação ordinária de emissão da Vale Fertilizantes. No leilão foram adquiridas 20.317 ações ordinárias da Vale Fertilizantes. A liquidação financeira ocorrerá no dia 23 de dezembro de 2010.

A Vale elevará sua participação direta e indireta na Vale Fertilizantes para 99,83% do total de ações ordinárias e 78,92% do capital total.

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO

Por este instrumento particular, os administradores de:

- I. **VALE FERTILIZANTES S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Estrada da Cana, Km 11, s/nº, CEP 38001-970, Bairro Industrial Delta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.443.985/0001-58, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.0003547-6, doravante designada “VALE FERTILIZANTES” ou “Incorporadora”; e
- II. **VALE FOSFATADOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 12.551, 24º andar, cj. 2407, 1.681, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.404.776/0001-89, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.335.805, doravante designada “VALE FOSFATADOS” ou “Incorporada”, e, juntamente com a Incorporadora, as “Partes”,

CONSIDERANDO QUE:

- I – A VALE FOSFATADOS é titular de estabelecimentos, e respectivos bens tangíveis, intangíveis, direitos e ativos, participações societárias, imóveis, além de marcas e patentes, voltados, essencialmente, à mineração e produção de fertilizantes fosfatados no Brasil, incluindo minas de rocha fosfática e plantas de processamento de fosfatados voltados para os segmentos de fertilizantes de baixa concentração e de ração animal;
- II – A VALE FERTILIZANTES é fornecedora de matérias-primas para indústrias de fertilizantes e de insumos para empresas químicas, além de prestar serviços por meio de seu terminal marítimo;
- III – A VALE FOSFATADOS e a VALE FERTILIZANTES tem como seu controlador indireto a Vale S.A;
- IV – A VALE FERTILIZANTES realizou estudos sobre uma reorganização societária e operacional envolvendo a VALE FOSFATADOS e identificou que a incorporação da VALE FOSFATADOS criaria sinergias operacionais que justificam tal reorganização; e
- V – as administrações das referidas sociedades pretendem promover a combinação de seus ativos por meio da incorporação da VALE FOSFATADOS pela VALE FERTILIZANTES, com extinção da primeira, que será sucedida em todos os seus direitos e obrigações pela VALE FERTILIZANTES.

RESOLVEM as Partes firmar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação (“Protocolo de Incorporação”), nos termos do disposto nos artigos 224, 225, 227 e 264 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (“Lei das S.A.”), conforme alterada, e na Instrução CVM nº 319, de 03.12.1999 (“ICVM 319”), cujos termos e condições deverão ser submetidos à aprovação pelos acionistas das companhias envolvidas:

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

1. Justificação da Incorporação e passos antecedentes

- 1.1. Justificação. A combinação de empresas por meio da incorporação da VALE FOSFATADOS pela VALE FERTILIZANTES (“Incorporação”) justifica-se na medida em que a combinação de seus ativos sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos seus ativos e operações voltados à produção de fertilizantes, com o decorrente aproveitamento de sinergias, além da simplificação da estrutura societária, com a consequente redução de custos. Os ativos da VALE FOSFATADOS são complementares às operações da VALE FERTILIZANTES por permitir, no caso de sua combinação, maior abrangência no atendimento do mercado de fosfatados, diversificação do portfólio de produtos e geração de escala industrial, já no curto prazo. Além dos ativos operacionais, a VALE FOSFATADOS é titular de uma participação societária correspondente a 42,34% do capital total da própria VALE FERTILIZANTES.
- 1.2. Constituição do Comitê Independente. Após a realização de estudos internos pela VALE FERTILIZANTES, em 27.10.2010, na sua 376ª Reunião, o Conselho de Administração de VALE FERTILIZANTES, seguindo a recomendação contida no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 01.09.2008 (“PO CVM 35”), determinou a constituição de Comitê Independente, composto exclusivamente por administradores da VALE FERTILIZANTES, em sua maioria independentes.
- 1.3. Recomendação do Comitê Independente. O Comitê Independente, tendo contratado assessores jurídicos e financeiros para assessorá-lo na análise e avaliação da proposta de Incorporação e após negociação com os administradores de VALE FOSFATADOS, concluiu seus trabalhos em 17 de dezembro de 2010, tendo ao final recomendado à administração da VALE FERTILIZANTES uma relação de troca de 2,846781 ações ordinárias da VALE FOSFATADOS por cada 1 (uma) ação da VALE FERTILIZANTES.
- 1.4. Deliberação do Conselho de Administração da VALE FERTILIZANTES: O Conselho de Administração da VALE FERTILIZANTES, com base em seus próprios estudos, observados os intervalos da variação dos valores econômicos da VALE FERTILIZANTES e da VALE FOSFATADOS previstos no Laudo da Avaliação Econômica, conforme item 4.4 abaixo e em consonância com a recomendação do Comitê Independente, aprovou propor a Incorporação à deliberação da Assembléia Geral da VALE FERTILIZANTES, adotando-se a relação de troca de 2,846781 ações da VALE FOSFATADOS por cada 1 (uma) ação da VALE FERTILIZANTES.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

2. Bases da Incorporação, Data-base, Balanço-Base e Variações Patrimoniais Posteriores

2.1. Bases da Incorporação. A Incorporação será levada a efeito mediante a versão, para a VALE FERTILIZANTES, do patrimônio líquido de VALE FOSFATADOS, avaliado com base no critério contábil, conforme item 4.2 abaixo.

2.2. Data-Base. A data-base da Incorporação é 30.09.2010 (“Data-base”).

2.3. Balanço-Base da Incorporação. A Incorporação será implementada com base nas demonstrações financeiras auditadas de VALE FOSFATADOS, de 30.09.2010, que integra este documento na forma de anexo (**Anexo I**), incluindo o respectivo relatório de auditoria datado de 25.11.2010.

2.4 Variações Patrimoniais Posteriores à Data-base. As variações patrimoniais decorrentes das atividades realizadas pela VALE FOSFATADOS, a partir da Data-base e até a data da aprovação da incorporação em AGE da VALE FERTILIZANTES, serão registradas nos livros da incorporada e computadas no balanço da extinção a ser elaborado para efeitos fiscais, mas desconsideradas no laudo de avaliação referido no item 4.2.

3. Capital Social da Incorporadora e da Incorporada

3.1. Capital Social da Incorporada. Na Data-base, o capital social da VALE FOSFATADOS era de R\$3.267.132.092,56 (três bilhões, duzentos e sessenta e sete milhões, cento e trinta e dois mil e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 917.932.127 (novecentas e dezessete milhões, novecentas e trinta e duas mil e cento e vinte e sete) ações ordinárias, sem valor nominal.

3.2. Capital Social da Incorporadora. Na Data-base, o capital social da VALE FERTILIZANTES era de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), dividido em 422.472.568 (quatrocentas e vinte e dois milhões, quatrocentas e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta e oito) ações sem valor nominal, sendo 144.320.088 (cento e quarenta e quatro milhões, trezentas e vinte mil e oitenta e oito) ações ordinárias e 278.152.480 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e duas mil e quatrocentas e oitenta) ações preferenciais, sem direito a voto.

4. Avaliações

4.1. Os estudos e análises realizados no âmbito da Incorporação envolveram as seguintes avaliações, com base em três critérios distintos: (i) avaliação com base no patrimônio líquido contábil (“Avaliação PL Contábil”), (ii) avaliação com base no valor

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

de patrimônio líquido a mercado (“PL a Mercado”) e (iii) avaliação econômico-financeira (“Avaliação Econômica”).

4.2. Avaliação PL Contábil. Avaliação do patrimônio líquido da VALE FOSFATADOS a valor contábil tem como base os elementos ativos e passivos constantes de seu balanço patrimonial auditado levantado na Data-base para fins de determinação do valor do aumento de capital da VALE FERTILIZANTES em razão da Incorporação, conforme laudo de avaliação que integra este instrumento sob a forma de anexo (“Laudo de Avaliação” – **Anexo II**), elaborado pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, sediada na Av. Francisco Matarazzo, 1400, 9º ao 10º, 13º ao 17º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 (“PRICE”), cuja nomeação deverá ser ratificada pelos acionistas de VALE FERTILIZANTES que examinarem o presente Protocolo. De acordo com o referido Laudo de Avaliação da VALE FOSFATADOS, para fins do disposto no art. 226 da Lei das S.A., o valor contábil do acervo líquido a ser vertido para a Incorporadora, na Data-base, é de R\$3.328.467.671,20 (três bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte centavos).

4.3. Avaliação PL a Mercado. Avaliações dos patrimônios líquidos da VALE FOSFATADOS e da VALE FERTILIZANTES, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios, na mesma data, a preços de mercado, para fins informativos na forma do disposto no art. 264 da Lei das S.A., conforme refletido no laudo de avaliação que integra este instrumento sob a forma do anexo (**Anexo III** – Laudo PL a Mercado da VALE FOSFATADOS e da VALE FERTILIZANTES), elaborado pela empresa APSIS Assessoria Empresarial Ltda., empresa com sede na Avenida Vereador José Diniz, 3300 - Santo Amaro, São Paulo (“APGIS”). De acordo com referido laudo, na Data-base, o valor de PL a Mercado da VALE FOSFATADOS foi avaliado em R\$4.937.590.373,90 (quatro bilhões, novecentos e trinta e sete milhões, quinhentos e noventa mil, trezentos e setenta e três reais e noventa centavos) enquanto o PL a Mercado da VALE FERTILIZANTES foi avaliado em R\$5.389.256.446,31 (cinco bilhões, trezentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos), indicando uma relação de troca de 2,374041 ações da VALE FOSFATADOS por 1 (uma) ação da VALE FERTILIZANTES.

4.4. Avaliação Econômico-Financeira. Avaliações econômico-financeira da Incorporadora e da Incorporada, conforme refletido no relatório de avaliação que integra este instrumento sob a forma de anexo (**Anexo IV** – Laudo de Avaliação Econômica da VALE FOSFATADOS e da VALE FERTILIZANTES), elaborado pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão. Observados os intervalos da variação dos valores econômicos contidos no Laudo de Avaliação Econômica, o Conselho de Administração propôs, conforme item 1.4 acima, que o valor econômico da VALE FERTILIZANTES e da

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

VALE FOSFATADOS utilizados para fins de estabelecer a relação de troca da Incorporação sejam, respectivamente, R\$8.941.675.248,00 (oito bilhões, novecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais) e R\$6.831.862.905,32 (seis bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinco reais e trinta e dois centavos).

5. Relação de substituição

5.1. Observado o disposto nos itens 1.4 e 4.4 acima, o número de ações ordinárias a serem emitidas pela Incorporadora no aumento de capital realizado em função da Incorporação foi determinado a partir da seguinte relação de troca:

Companhia	Avaliação Econômica*	Quantidade de Ações	Valor Econômico por Ação
Vale Fosfatados	R\$8.941.675.248,00	917.932.127	R\$21,187646
Vale Fertilizantes	R\$6.831.862.905,32	422.472.568	R\$7,442667
<u>Relação de Substituição:</u>			
2,846781 Ação da Vale Fosfatados x 1 Ação da Vale Fertilizantes			

5.2. Para os fins do art. 224, IV, da Lei das S.A., informa-se que as ações ordinárias e preferenciais de emissão da VALE FERTILIZANTES detidas pela VALE FOSFATADOS serão extintas e novas ações de emissão da VALE FERTILIZANTES, em mesmo número e da mesma espécie, serão integralmente atribuídas à Mineração Naque S.A., única acionista da VALE FOSFATADOS.

5.3. O aumento de capital realizado em função da Incorporação será feito exclusivamente mediante emissão de novas ações ordinárias da Incorporadora, as quais serão integralmente atribuídas à Mineração Naque S.A., única acionista da VALE FOSFATADOS.

5.4. Para fins disposto no art. 264 da Lei das S.A., a relação de troca com base no critério de PL a Mercado pode ser assim traduzida:

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Companhia	Avaliação PL a Mercado	Quantidade de Ações	Valor por Ação – PL a Mercado
Vale Fosfatados	R\$4.937.590.373,90	917.932.127	R\$5,379036
Vale Fertilizantes	R\$5.389.256.446,31	422.023.068*	R\$12,770052
*Foram desconsideradas as ações em tesouraria			
<p><u>Relação de Substituição – PL a Mercado:</u></p> <p>2,374041 Ações de Vale Fosfatados x 1 Ação de Vale Fertilizantes</p>			

6. Aumento do Capital Social da Incorporadora; Número e Espécie de Ações a serem atribuídas ao acionista de VALE FOFATADOS e direitos das ações.

6.1 Com a Incorporação, o capital social da VALE FERTILIZANTES será aumentado no valor de R\$2.519.439.686,40 (dois bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), equivalente ao valor do patrimônio líquido contábil da Incorporada, conforme refletido no Laudo de Avaliação – **Anexo II**, deduzido o valor contábil do investimento da Vale Fosfatados na Vale Fertilizantes, conforme Balanço Base da Incorporação, passando, portanto, dos atuais R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para R\$3.519.439.686,40 (três bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

6.2 Por força da relação de substituição definida no item 5.1., serão emitidas 143.560.195 (cento e quarenta e três milhões, quinhentas e sessenta mil, cento e noventa e cinco) novas ações ordinárias da VALE FERTILIZANTES, pelo valor unitário de R\$17,55 (dezesete reais e cinquenta e cinco centavos), as quais terão os mesmos direitos das ações ordinárias existentes de emissão da VALE FERTILIZANTES, inclusive a dividendos, cujo capital social, após a Incorporação, terá a seguinte composição:

Acionista	ON	%	PN	%	TOTAL	%
Minação Naque	248.270.411	86,24%	143.002.152	51,41	391.272.563	69,13%
Vale Participações	39.337.833	13,66%	46.342.704	16,66%	85.680.537	15,14%
Demais Acionistas	272.039	0,09%	88.358.124	31,77%	88.630.163	15,66%
Tesouraria	-	0,00%	449.500	0,16%	449.500	0,08%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Total	287.880.283	100,00%	278.152.480	100,00%	566.032.763	100,00%
-------	-------------	---------	-------------	---------	-------------	---------

6.3 O estatuto social da Vale Fertilizantes será alterado a fim de refletir o aumento de capital descrito acima, conforme proposta constante do Anexo V.

7. Atos societários da Incorporação

7.1. A efetivação da Incorporação dependerá da realização dos seguintes atos societários:

- (c) Reunião do Conselho de Administração de VALE FERTILIZANTES para (a.1.) aprovar a celebração deste Protocolo e (a.2.) autorizar a convocação da Assembléia Geral Extraordinária que deliberará sobre a: (i) aprovação este Protocolo; (ii) ratificação, nomeação e contratação da PRICE como empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, com base no critério contábil; (iii) aprovação do Laudo de Avaliação apresentado pela PRICE; (iv) ratificação, nomeação e contratação da APSIS como empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, a valor de mercado, (v) Aprovar o Laudo de Avaliação da VALE FERTILIZANTES e DA VALE FOSFATADOS – PL a Mercado apresentado pela APSIS; (vi) ratificação, nomeação e contratação do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão para avaliação econômico-financeira da VALE FERTILIZANTES e da VALE FOSFATADOS, (vii) aprovação do Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da VALE FERTILIZANTES e da VALE FOSFATADOS apresentado pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão; (viii) aprovar a Incorporação; (ix) aprovar o aumento do capital social da Vale Fertilizantes em decorrência da Incorporação e a consequente reforma do artigo 4º de seu Estatuto Social e sua consolidação; e (x) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos necessários à efetivação da Incorporação;
- (d) Reunião da Diretoria da VALE FOSFATADOS para (b.1.) aprovar a celebração deste Protocolo; (b.2) aprovar a Incorporação com a consequente extinção da VALE FOSFATADOS; (b.3.) autorizar a convocação da Assembléia Geral Extraordinária; e (d.3) autorizar a Diretoria a praticar todos os demais atos necessários à efetivação da Incorporação.
- (e) Reunião do Conselho Fiscal da VALE FERTILIZANTES para opinar sobre a Incorporação;

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- (f) Assembléia Geral Extraordinária da VALE FERTILIZANTES, tendo como ordem do dia as matérias referidas na alínea (a), acima; e
- (g) Assembléia Geral Extraordinária da VALE FOSFATADOS, tendo como ordem do dia as matérias referidas na alínea (b), acima.

8. Disposições Gerais

8.1. Extinção e Sucessão da Incorporada. A efetivação da Incorporação descrita neste Protocolo acarretará a extinção da VALE FOSFATADOS, que será sucedida em todos os direitos e obrigações pela VALE FERTILIZANTES.

8.2. Direito de Recesso. Os acionistas representando 100% do capital social de VALE FOSFATADOS tiveram ciência ampla com relação aos termos deste Protocolo, e aprovarão a operação em Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada para este fim, razão pela qual não há que se falar em direito de recesso.

8.3. Contingências. Os administradores da VALE FOSFATADOS declaram desconhecer a existência de quaisquer outros passivos e/ou contingências passivas que estejam sujeitos à contabilização de acordo com as regras e princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que não aqueles contabilizados no balanço da VALE FOSFATADOS utilizado para fins de elaboração do Laudo de Avaliação. Os administradores informam ainda que a Mineração Naque S.A. concordou em repassar à VALE FERTILIZANTES as indenizações, ou indicar a VALE FERTILIZANTES como beneficiária das indenizações, sem contrapartida financeira, que a Mineração Naque S.A. faça jus e venha a receber a título de recomposição por perdas decorrentes de superveniências passivas e insubsistências ativas que venham eventualmente a ser incorridas diretamente pela VALE FERTILIZANTES, como sucessora da VALE FOSFATADOS, observados os termos e condições aplicáveis previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações da VALE FOSFATADOS, celebrado, em 26 de janeiro de 2010, entre Mineração Naque S.A., como Compradora, Bunge Fertilizantes S.A. e Bunge Brasil Holdings B.V., como Vendedoras, e Vale S.A e Bunge Limited, como intervenientes.

8.4. Alterações. Quaisquer alterações aos termos e condições deste Protocolo somente serão consideradas válidas se formalizadas, por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes signatárias do presente instrumento.

8.5. Submissão a Autoridades. A Incorporação não será submetida a autoridades reguladoras ou de defesa da concorrência brasileiras e/ou estrangeiras.

8.6. Custos. A estimativa dos administradores da VALE FOSFATADOS e da VALE FERTILIZANTES é de que o custo de realização da operação ora proposta será da ordem de R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), incluídas despesas

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

com publicação, contratação de empresa especializada para elaboração dos Laudos de Avaliação, honorários de auditores, advogados e consultores.

8.7. Disponibilização dos documentos. Os seguintes documentos estarão à disposição dos acionistas da VALE FOSFATADOS e da VALE FERTILIZANTES nas respectivas sedes sociais a partir desta data, bem como nos *websites* da Companhia, da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, juntamente com este Protocolo de Incorporação:

- (i) Recomendação do Comitê Independente, conforme item 1.3 deste Protocolo, e Relatório de Análises Econômicas do Banco Itaú BBA S.A., assessor financeiro do Comitê Independente;
- (ii) Laudo de Avaliação Contábil da Vale Fosfatados;
- (iii) Laudo de Avaliação da VALE FERTILIZANTES e VALE FOSFATADOS – PL a Mercado;
- (iv) Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da VALE FERTILIZANTES e VALE FOSFATADOS;
- (v) Demonstrações Financeiras Auditadas da VALE FOSFATADOS de 30.09.2010;
- (vi) Demonstrações Financeiras Auditadas da VALE FERTILIZANTES de 30.09.2010.

8.8. Foro. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2010.

VALE FERTILIZANTES S.A.

Marcio Felipe Milheiro Aigner

Ruben Marcus Fernandes

VALE FOSFATADOS S.A.

Djalma Gonçalves Barbosa

Ruben Marcus Fernandes

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Testemunhas:

1.

2.

Nome:

Nome:

RG:

RG::

CPF/MF:

CPF/MF:

VALE FERTILIZANTES S.A.
(Companhia Aberta)

CNPJ/MF Nº 19.443.985/0001-58
NIRE 31.300.035.476

ATA DA 93ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2011

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 18 dias de janeiro de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Estrada da Cana, Km 11, Distrito Industrial Delta.

2. CONVOCAÇÃO: O Edital de Convocação foi publicado, na forma do artigo 124, no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais”, nas edições de 30 de dezembro de 2010, 04 e 05 de janeiro de 2011, respectivamente nas páginas 02, 05 e 02; no “Jornal da Manhã – Uberaba”, nas edições de 30 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2010 e 04 de janeiro de 2011, respectivamente nas páginas 02, 02 e 04; e no jornal “Valor Econômico”, nas edições de 30 de dezembro de 2010, 03 e 04 de janeiro de 2011, respectivamente nas páginas C7, B2 e A7.

3. PRESENÇA: Presentes acionistas representando 99,83% do capital social da Companhia com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, verificando-se, portanto, o quorum legal para instalação e deliberação. Presentes, ainda, os Srs. Wander Rodrigues Teles, representante da *Pricewaterhousecoopers*, empresa avaliadora pelo valor contábil; Fabio Jung, representante do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, empresa responsável pela elaboração da avaliação econômico-financeira; Gabriel Rocha Venturim, representante da APSIS Consultoria Empresarial Ltda, representante da empresa especializada para avaliação a valor de mercado; Marcio Felipe Milheiro Aigner, Diretor da Companhia; e Christiano Ernesto Burmeister, membro do Conselho Fiscal da Companhia.

4. MESA: **Mário A. Barbosa Neto** – Presidente e **Marcio Felipe Milheiro Aigner** – Secretário.

5. ORDEM DO DIA: (i) examinar, discutir, aprovar e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação, celebrado em 17.12.2010, entre as administrações da Companhia e

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

da Vale Fosfatados S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.404.776/0001-89 (“Vale Fosfatados”), contendo os termos e condições relativos à incorporação da Vale Fosfatados pela Companhia, com a conseqüente extinção da Vale Fosfatados (“Incorporação”); **(ii)** ratificar as nomeações e contratações das empresas especializadas para: (a) avaliação do patrimônio líquido da Vale Fosfatados, com base no critério contábil, (b) avaliação do patrimônio líquido a valor de mercado da Vale Fosfatados e da Companhia, e (c) avaliação econômico-financeira da Vale Fosfatados e da Companhia; **(iii)** apreciar e deliberar sobre os laudos de avaliação apresentados pelas empresas especializadas em referência; **(iv)** deliberar sobre a incorporação da Vale Fosfatados pela Companhia; **(v)** em decorrência da Incorporação, examinar e deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, no valor contábil do acervo incorporado, correspondente a R\$2.519.439.686,40 (dois bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), após a dedução do valor do investimento da Vale Fosfatados na própria Companhia, mediante emissão de 143.560.195 (cento e quarenta e três milhões, quinhentas e sessenta mil, cento e noventa e cinco) novas ações ordinárias, passando, o capital social da Companhia dos atuais R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para R\$3.519.439.686,40 (três bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos); **(vi)** aprovar a conseqüente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o aumento do capital social decorrente da Incorporação; **(vii)** tomar conhecimento das renúncias apresentadas pelos Srs. Tobias Grasso Junior, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, e Emerson Araken Martin Teixeira, seu respectivo suplente e eleger o Sr. Almir Câmara de Rezende, como membro efetivo e o Sra. Vânia Lúcia Chaves Somavilla, como membro suplente, em sua substituição, para cumprirem o mandato residual de seus antecessores; e **(viii)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos necessários à efetivação da Incorporação e das demais deliberações propostas.

6. DOCUMENTOS: Os seguintes documentos foram colocados à disposição dos acionistas desde 30 de dezembro de 2010 na sede social da Companhia e enviados à Comissão de Valores Mobiliários e a BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, razão pela qual a sua leitura foi dispensada pelos acionistas presentes: **(i)** Protocolo e Justificação de Incorporação – **Anexo I**; **(ii)** Proposta da Administração – Artigos 10, 11, 14, 21 e Anexos 14 e 21 da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009; bem como Parecer do Conselho Fiscal – **Anexo II**; **(iii)** Relatório Final de Recomendação do Comitê Independente emitido em 17.12.2010, bem como Relatório de Análises Econômicas do Banco Itaú BBA S.A., assessor financeiro do Comitê Independente – **Anexo III** (“Recomendação do Comitê Independente”); **(iv)** Laudo de Avaliação Contábil elaborado por Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes – **Anexo IV**; **(v)** Laudo de Avaliação da Companhia e da Vale Fosfatados – PL a Mercado elaborado pela APSIS Assessoria Empresarial Ltda. – **Anexo V**; **(vi)** Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da Companhia e da Vale Fosfatados elaborado pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão – **Anexo VI**; **(vii)** Demonstrações Financeiras Auditadas da Vale Fosfatados de 30.09.2010 – **Anexo VII**; e **(viii)** Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia de 30.09.2010 – **Anexo VIII**. Todos os documentos, após autenticados pela mesa, foram arquivados na sede social.

7. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade dos acionistas presentes, foram deliberadas as seguintes matérias:

- (a)** foi considerada regular a Assembleia e aprovada a lavratura desta ata na forma sumária, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, de acordo com o disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 130, respectivamente, da Lei nº 6.404/76;
- (b)** foi examinado, discutido e aprovado, sem qualquer ressalva, o Protocolo e Justificação de Incorporação, celebrado em 17.12.2010, entre as administrações da Companhia e da

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Vale Fosfatados, contendo os termos e condições relativos à Incorporação (“Protocolo”);

- (c) após a análise das informações prestadas pela Diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme a Proposta da Administração, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 (**Anexo II**), foram ratificadas as nomeações e contratações das seguintes empresas especializadas:
- (i) Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, como empresa especializada para avaliação, pelo critério contábil, do patrimônio líquido da Vale Fosfatados para fins de sua incorporação pela Companhia, conforme art. 226 da Lei nº 6.404/76, que elaborou o Laudo de Avaliação Contábil da Vale Fosfatados (“Laudo de Avaliação Contábil” – **Anexo IV**);
 - (ii) APSIS Consultoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.281.922/0001-70, como empresa especializada para avaliação, a valor de mercado, dos patrimônios líquidos da Vale Fosfatados e da Companhia, para atendimento do art. 264 da Lei nº 6.404/76, que elaborou o Laudo de Avaliação da Companhia e da Vale Fosfatados – PL a Mercado (“Laudo de Avaliação – PL a Mercado” – **Anexo V**); e
 - (iii) Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, para a elaboração da avaliação econômico-financeira da Vale Fosfatados e da Companhia, para fins de determinação da relação de troca de suas ações na Incorporação, que elaborou o Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da Companhia e da Vale Fosfatados (“Laudo de Avaliação Econômico-Financeira” – **Anexo VI**).
- (d) foram examinados, discutidos e aprovados, sem qualquer ressalva, o Laudo de Avaliação Contábil, o Laudo de Avaliação – PL a Mercado e o Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, acima mencionados;
- (e) tendo em vista o disposto no Laudo de Avaliação Econômico-Financeira e em consonância com a Recomendação do Comitê Independente (**Anexo III**) e da Proposta da Administração (**Anexo II**), foi aprovada a seguinte relação de troca para fins da Incorporação, com valor superior à relação de troca resultante da avaliação dos patrimônios líquidos das empresas envolvidas na Incorporação, a valores de mercado, conforme demonstrado no Protocolo:

2,846781 ações da Vale Fosfatados por cada 1 ação da Companhia
--

- (f) foi registrado que o Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada em 22.12.2010, manifestou-se favoravelmente à Incorporação, nos termos e disposições constantes do Protocolo e demais documentos que instruem a Incorporação;
- (g) foi registrado que os representantes da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, da APSIS Consultoria Empresarial Ltda. e do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão estiveram presentes à Assembleia;
- (h) foi aprovada a Incorporação, nos termos do Protocolo, a qual somente será operada e, portanto, tornar-se-á válida e eficaz, para todos os fins e efeitos, a partir de 1º de fevereiro de 2011, inclusive, data em que a Vale Fosfatados será extinta, de pleno direito. Dessa forma, as variações ativas e passivas ocorridas entre 30.09.2010, Data-Base da Incorporação, e 31 de janeiro de 2011, terão o tratamento previsto no item 2.4. do Protocolo;
- (i) tendo em vista a aprovação da Incorporação e conforme deliberação adotada na alínea “d”, acima, foi aprovado aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$2.519.439.686,40 (dois bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), mediante emissão de 143.560.195 (cento e quarenta e três milhões, quinhentas e sessenta mil, cento e noventa e cinco) novas ações ordinárias, em função da relação de troca aprovada na alínea “g”, acima, passando, o capital social da Companhia dos atuais R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para R\$3.519.439.686,40 (três bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), observado que as novas ações serão atribuídas à Mineração Naque S.A., única acionista da Vale Fosfatados;

- (j) foi aprovada a conseqüente alteração do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “**ARTIGO 4** *O Capital social da Companhia é de R\$3.519.439.686,40 (três bilhões, quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), representado por 566.032.763 (quinhentos e sessenta e seis milhões, trinta e duas mil, setecentas e sessenta e três) ações sem valor nominal, sendo 287.880.283 (duzentos e oitenta e sete milhões, oitocentas e oitenta mil, duzentas e oitenta e três) ações ordinárias e 278.152.480 (duzentos e setenta e oito milhões, cento e cinqüenta e duas mil e quatrocentas e oitenta) ações preferenciais, sem direito a voto*”;
- (k) tendo em vista que a Vale Fosfatados tem um único acionista, não há que se falar em cálculo do valor de reembolso referido no art. 137 c/c art. 45 da Lei nº 6.404/76;
- (l) para fins de averbação e registro nos Cartórios de Registro de Imóvel, os acionistas fazem constar que a Vale Fosfatados é proprietária dos imóveis descritos no Anexo IX à presente ata, os quais serão transferidos para a Companhia por força da Incorporação;
- (m) para fins de registro nas Juntas Comerciais competentes, os acionistas fazem constar que as filiais da Vale Fosfatados descritas no Anexo X à presente ata passarão a ser filiais da Incorporadora, sem solução de continuidade;
- (n) tomou-se conhecimento das renúncias apresentadas pelo Sr. Tobias Grasso Junior, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, e Emerson Araken Martin Teixeira, seu respectivo suplente, conforme cartas de renúncia arquivadas na sede social, ficando consignado o agradecimento pelos relevantes serviços prestados pelos mesmos à Companhia;
- (o) tendo em vista as renúncias acima, foram eleitos, em substituição aos membros renunciantes, para cumprirem de seus respectivos mandatos, ou seja, até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31.12.2010, como membro efetivo do Conselho de Administração, o Sr. **Almir Câmara de Rezende**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04345140-0, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 898.357.357-00, domiciliado na Av. Graça Aranha, nº 26, 4º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e, como seu suplente, Sra. **Vânia Lúcia Chaves Somavilla**, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 1.169.974, expedido pela PC/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 456.117.426-53, residente e domiciliada na Rua Sapucaí, nº 383, 4º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
- (p) em observância ao disposto no art. 147 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 367, de 29.05.2002 (i) foram apresentados à Assembléia os currículos dos Conselheiros ora eleitos, os quais constam da Proposta da Administração (**Anexo II**) e (ii) os Conselheiros ora eleitos informaram estar totalmente desimpedidos para o exercício de suas funções e serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, quando também prestarão a declaração de desimpedimento prevista em lei;
- (q) ficaram os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

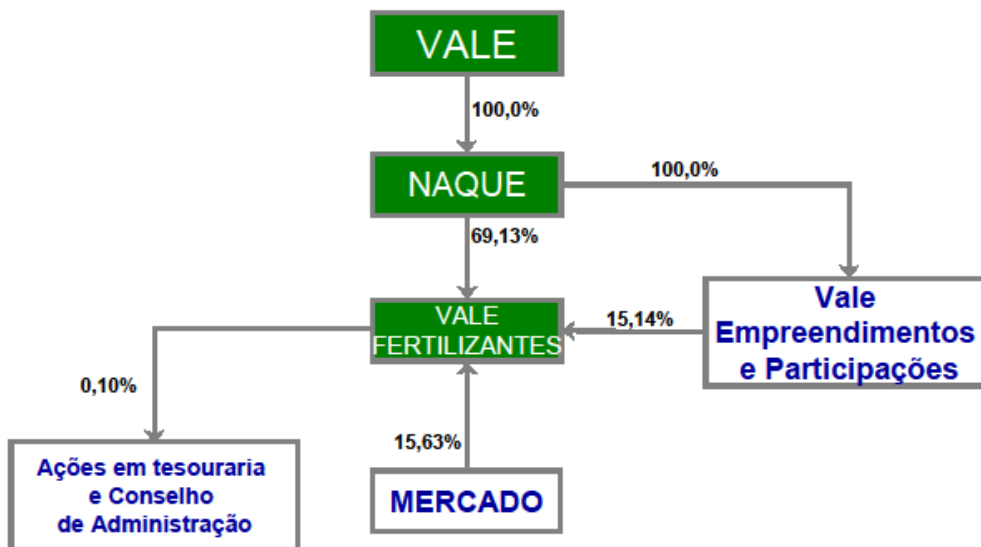
8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa. Mário A. Barbosa Neto – Presidente; Márcio Felipe Milheiro Aigner – Secretário. *Representante da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes:* Wander Rodrigues Teles; *Representante da APSIS Consultoria Empresarial Ltda:* Gabriel Rocha Venturim; *Representante do. Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão:* Fabio Jung; *Membro do Conselho Fiscal:* Christiano Burmeister; *Acionistas:* Vale Fosfatados S/A, Vale Empreendimentos e Participações Ltda, Mineração Naque S/A, Andre Le Senechal Leitao.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Uberaba, 18 de janeiro de 2011.

Marcio Felipe Milheiro Aigner
Secretário

Organograma após a reestruturação societária da Vale Fertilizantes S.A.:



b. controladas e coligadas

Controlada e coligadas	Tipo	Quantidade de ações/Quotas detidas pela Companhia	Participação total no Capital Social (%)
Ultrafertil S.A.	Subsidiária integral	192.793.346	100,00%
UF Distribuidora de Combustíveis Ltda.	Coligada	10.000	1,00%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**c. participações do emissor em sociedades do grupo; d. participações de sociedades do grupo no emissor; e. sociedades sob controle comum**

Não há.

d. participações do emissor em sociedades do grupo emissor

Além da participação da controladora direta Mineração Naque S.A. na Vale Fertilizantes S.A., descrita no item “a” acima, as seguintes sociedades do grupo possuem participação direta na Companhia:

Sociedade do grupo	Participação na Companhia (%)
Mineração Naque S.A.	69,13%
Vale Empreendimentos e Participações Ltda	15,14%

e. sociedades sob controle comum

Não há.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Opcional

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	01/02/2011
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	A Vale Fertilizantes S.A. ("Vale Fertilizantes" ou "Companhia") informou que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, foram aprovadas, dentre outras matérias: (i) a incorporação da Vale Fosfatados S.A. ("Vale Fosfatados") pela Vale Fertilizantes, nos termos do Fato Relevante datado de 17 de dezembro de 2010; e (ii) o aumento do capital social da Vale Fertilizantes, em decorrência da operação acima citada, no valor contábil do acervo incorporado (que, após a dedução do valor do investimento da Vale Fosfatados na Companhia, corresponde a R\$2.519.439.686,40). Tal aumento de capital será feito mediante emissão de 143.560.195 novas ações ordinárias e é resultante da relação de troca aprovada, de 2,846781 ações da Vale Fosfatados para cada 1 (uma) ação da Vale Fertilizantes, passando o capital social da Companhia dos atuais R\$1.000.000.000,00 para R\$3.519.439.686,40, representado por 566.032.763 ações, sendo 287.880.283 ordinárias e 278.152.480 preferenciais.
Data da operação	29/09/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Consolidação da aquisição de ações da Companhia
Descrição da operação	A Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) comunicou através de Fato Relevante que a Vale S.A. (Vale) concluiu a aquisição por US\$ 1.029.811.129,77 de 20,27% do capital da Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) - anteriormente denominada Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil - detida pela The Mosaic Company (Mosaic). A Vale exerceu, através de sua subsidiária integral Mineração Naque S.A., opção de compra conforme contrato celebrado com a Mosaic em 10 de fevereiro de 2010. Este contrato era parte do processo de aquisição de 100% do capital da Bunge Participações e Investimentos, conforme divulgado publicamente em 27 de janeiro de 2010. A aquisição da participação de 20,27% do capital da Vale Fertilizantes, que corresponde a 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais dessa empresa, foi realizada ao preço de US\$ 12,0185 por ação, mesmo preço por ação pago à Bunge Fertilizantes S.A., Fertilizantes Heringer S.A., Fertilizantes do Paraná Ltda e Yara Brasil Fertilizantes S.A., quando da aquisição de suas participações diretas e indiretas na Vale Fertilizantes, conforme anunciado publicamente em 27 de maio de 2010, "Vale conclui etapas importantes da aquisição de ativos de fertilizantes" (vide item 8.1a).
Data da operação	10/09/2010
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Em 10 setembro de 2010, foi comunicado ao mercado que a Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, aprovou: (i) a incorporação da Fertifos Administração e Participação S.A. (Fertifos) pela Fosfertil, nos termos do fato relevante datado de 23 de agosto de 2010, com o intuito de simplificar a estrutura societária, tendo em vista que, após a aquisição indireta do controle da Fosfertil pela Vale S.A, a manutenção da Fertifos não mais se justificava, já que se tratava de um veículo constituído pelos seus antigos acionistas controladores; e (ii) a alteração da denominação social de Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil para Vale Fertilizantes S.A., mantendo-se inalterados todos os seus ativos, suas atividades sociais, bem como sua estrutura societária. Informações relativas a Incorporação, vide item 8.1a
Data da operação	27/05/2010
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

A Vale S.A. (Vale) concluiu nesta data, por meio da sua subsidiária Mineração Naque S.A. (Naque), a aquisição de participação societária direta e indireta de 58,6% do capital total da Fosfertil, sendo 72,6% das ações ordinárias e 51,4% das ações preferenciais. Referidas ações foram adquiridas de Bunge Fertilizantes S.A., Bunge Brasil Holdings B.V., Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Yara), Fertilizantes Heringer S.A. (Heringer) e Fertilizantes do Paraná Ltda. (Fertipar) pelo preço total de US\$3,0 bilhões, equivalente ao preço por ação de US\$12,0185.

Conforme a legislação societária e regulamentos aplicáveis, a Vale realizará oferta pública obrigatória – a ser arquivada junto à CVM, para adquirir a participação remanescente de 0,19% das ações ordinárias de titularidade dos acionistas não controladores da Fosfertil por US\$12,0185, convertido para reais, mesmo preço em dólares pago aos demais acionistas da Fosfertil, como divulgado anteriormente

Como anunciado pela Vale em 10 de fevereiro de 2010, no âmbito da operação ora noticiada, a Vale contratou uma opção com a The Mosaic Company (Mosaic), pela qual a Vale tem o direito de adquirir a participação direta e indireta da Mosaic na Fosfertil representando 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais, correspondentes a 20,27% do capital total da Fosfertil, pelo preço total de US\$1,029 bilhão, equivalente ao preço por ação de US\$ 12,0185. A Vale acredita que esta aquisição adicional será concluída no futuro próximo.

Informações sobre edital de oferta pública para aquisição de ações ordinárias de emissão da FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. FOSFERTIL (vide item 8.1a).

8.4 - Outras informações relevantes

Conforme Fato Relevante arquivado na CVM em 27 de maio de 2010 (vide item 8.1) e Edital de Oferta Pública de Ações, registrado junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 14 de junho de 2010, segue abaixo detalhe da operação que visa a aquisição da totalidade da participação detida pela The Mosaic Company na Fosfertil pela Vale:

A Ofertante celebrou entre outros negócios jurídicos o seguinte contrato:

O instrumento denominado “*Option Agreement*”, celebrado em 10.02.2010, com The Mosaic Company, tendo por objeto a aquisição da totalidade da participação detida pela The Mosaic Company em uma sociedade holding titular de participação direta e indireta de 20,27% no capital social de Fosfertil, correspondendo a 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais. Este contrato está sujeito a condições, dentre as quais a efetiva aquisição, pela Ofertante, do negócio de fertilizantes do grupo Bunge no Brasil.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia operava com oito unidades – complexos industriais, de mineração e um terminal marítimo, localizados nos estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná e São Paulo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
UNIDADE TANCAGEM AMÔNIA-CAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
UNIDADE ENXOFRE-CAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
UNIDADE UREIA	Brasil	PR	Araucária	Própria
UNIDADE TANCAGEM AMÔNIA-CAR	Brasil	PR	Araucária	Própria
UNIDADE CARREG RODOF UREIA	Brasil	PR	Araucária	Própria
UNIDADE CONCENTRADO	Brasil	GO	Catalão	Própria
UNIDADE MINERODUTO	Brasil	GO	Catalão	Própria
UNIDADE BRITAGEM-CMC	Brasil	GO	Catalão	Própria
UNIDADE GRANULAÇÃO	Brasil	GO	Catalão	Própria
UNIDADE AMÔNIA ANIDRA-CPG	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁC NÍTRICO 53%-CPG	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁC NÍTRICO 61%-CPG	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE NA SOLUÇÃO - CPG	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁCIDO SULFÚRICO	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁCIDO FOSFÓRICO	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁC NÍTRICO 53%-CCB	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁC NÍT 53%-61%-CCB	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁC NÍT CONC - I	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ÁC NÍT CONC - II	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE TANC ÁC NÍTRICO CONC	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ULTRAPRIL	Brasil	SP	Cubatão	Própria
UNIDADE ARMAZÉM FERTILIZANTE	Brasil	SP	Santos	Própria
UNIDADE TANCAGEM AMÔNIA-TUF	Brasil	SP	Santos	Própria
UNIDADE SIST CARREG ENXOFRE	Brasil	SP	Santos	Própria
UNIDADE LAVRA - UPM	Brasil	MG	Patos de Minas	Própria
UNIDADE CONCENTRADO - UPM	Brasil	MG	Patos de Minas	Própria
UNIDADE SECAGEM - UPM	Brasil	MG	Patos de Minas	Própria
UNIDADE LAVRA - CMT	Brasil	MG	Tapira	Própria
ESCAVADEIRAS - CMT	Brasil	MG	Tapira	Própria
CAMINHÕES 120 TONS	Brasil	MG	Tapira	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CAMINHÕES 170 TONS	Brasil	MG	Tapira	Própria
ESCAVADEIRAS PH	Brasil	MG	Tapira	Própria
UNIDADE BRITAGEM - CMT	Brasil	MG	Tapira	Própria
UNIDADE PÁ CARREGAD 23/26 J3	Brasil	MG	Tapira	Própria
UNIDADE MINERODUTO - CMT	Brasil	MG	Tapira	Própria
UNIDADE FUSÃO ENXOFRE-VELHA	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE FUSÃO ENXOFRE-NOVA	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE AC.SULFURICO-U110	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE AC.SULFURICO-U120	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE AC.SULFURICO-U130	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE ÁC FOSFÓRICO DILUIDO	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE AC FOSF CONC - VELHA	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE AC FOSF CONC - U-170	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE AC FOSF CONC - U-180	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE MAP PÓ	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE MAP GRANULADO U-230	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE TSP ROP - U-210	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE TSP GRANULADO U-210	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE TSP ROP - U-220	Brasil	MG	Uberaba	Própria
UNIDADE MAP GRANULADO U-240	Brasil	MG	Uberaba	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROC. DE FLOTAÇÃO UTILIZ. FLÚOR COMO ATIVADOR DE APATITA E DEPRESSOR DE CARBONATOS - Nº PI 0505911-9	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/12/2025	O não pagamento das retribuições, ou seja, exame técnico, anuidades e expedição de carta patente.	Os documentos de patentes são a maior coleção de informação tecnológica classificada existente, com imenso valor comercial e a perda dos direitos acarretará prejuízos incalculáveis.
Marcas	"FIGURATIVA" Nº 006.114.598 - Classe 42	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	25/07/2015	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "UF ULTRAFERTIL" N° 810.924.030 - Classe 01.45/50/55	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	07/02/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "GOIASFERTIL" Nº 811.352.897 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	08/01/2015	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "ULTRAFERTIL" Nº 811.657.094 - classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	08/04/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "NITROCALCIO ULTRAFERTIL" Nº 814.065.716 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	28/11/2009	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "GOIASFERTIL" Nº 817.967.745 - classe 01.45	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	29/08/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "UF ULTRAFERTIL" N° 818.925.957 - Classe 01.45/50/55	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/01/2019	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "UF ULTRAFERTIL" N° 818.925.965 - classe 01.90	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/01/2019	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "ULTRAPRILL" N ^o 820.635.707 - classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	17/10/2010	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa " UREPEC" N° 821.876.929 - classe 05.70	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	19/12/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa " UREPEC" N° 821.876.937 - classe 31	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	14/12/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa " NITROPEC" N ^o 821.876.945 - classe 05.70	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	19/12/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa " NITROPEC" N° 821.876.953 - Classe 31	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	14/12/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "NUTRIPEC" N° 821.912.895 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	27/12/2019	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa " NUTRIPEC" Nº 821.912.909 - Classe 21.10	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	27/12/1999	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa " ULTRAPEC" Nº 822.253.658 - Classe 31	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	29/08/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "ULTRAPEC" Nº 822.253.666 - Classe 05	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	18/05/2000	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "ULTRAPEC" Nº 822.253.674 - Classe 05	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	18/05/2000	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "FIGURATIVA" Nº 006.714.390 - Classe 06.10	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	25/06/2018	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa "FOSFERTIL" Nº 006.714.420 - Classe 06.10	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	25/06/2018	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "FIGURATIVA" Nº 811.556.905 - Classe 01.45/55/90	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	15/10/2015	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FERTIPHOS" N° 816.851.689 - classe 21.10	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/07/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FERTIPHOS" N° 816.851.697 - Classe 01.45/55/90	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/07/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FERTIFOS" Nº 816.851.700 - classe 21.10	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/07/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FERTIFOS" Nº 816.851.719 - classe 01.45/55/90	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	26/07/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FOSNAP" Nº 816.868.352 - classe 01.45	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	02/08/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "ORTOFOSQUIM" Nº 816.868.360 - classe 01.45'55'90	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	02/08/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FOSNAT" N° 816.868.379 - classe 01.45	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	02/08/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa "FERTIPEC-M23" Nº 817.058.990 - Classe 31	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	20/12/2014	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FERTIFOS" Nº 817.944.788 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	05/04/2015	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FERTIFOS" Nº 817.944.796 - Classe 31	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	01/10/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "FIGURATIVA" Nº 817.967.710 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	01/10/2016	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 817.967.729 - Classe 40.15/55	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	09/09/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 817.967.737 - Classe 01.45	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	27/01/2018	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL ULTRAFERTIL" N° 825.089.484 - Classe 35	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	02/05/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL ULTRAFERTIL" N° 825.089.492 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	02/05/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL ULTRAFERTIL" N° 825.089.506 - Classe: 05	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	02/05/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 826.128.297 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	24/07/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 826.128.300 - Classe 05	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	24/07/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 826.128.319 - Classe 05	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	24/07/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 826.128.327 - Classe 35	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	24/07/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 826.128.335 - Classe 35	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	24/07/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista "FOSFERTIL" Nº 826.128.351 - Classe 01	Válida dentro dos limites territoriais do Brasil	24/07/2017	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa N ^o 1.735.861	Válida nos limites territoriais da Argentina	12/05/2009	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "UF ULTRAFERTIL" - mista N.º: 2.144.823	Válida nos limites territoriais da Argentina	Processo em andamento.	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa Nº SM- 1886	Válida nos limites territoriais da Bolívia	Processo em andamento	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa N ^o 522.835	Válida nos limites territoriais do Chile	29/09/2008	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" Nº 225.930	Válida nos limites territoriais da Colômbia	16/11/2009	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa Nº 12813-01	Válida nos limites territoriais do Equador	02/03/2010	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa N° 052.527	Válida nos limites territoriais do Peru	22/12/2018	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "UF ULTRAFÉRTIL" - mista N° 302.609	Válida nos limites territoriais do Uruguai	16/10/2011	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa N° 394.232	Válida nos limites territoriais do Uruguai	07/10/2018	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca: "ULTRAPRILL" - nominativa N ^o P211.746	Válida nos limites territoriais da Venezuela	20/04/2009	A expiração do prazo de vigência, ou seja, pelo não pagamento das retribuições relativas a prorrogação de registro, por renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca, pela Caducidade, que poderá ser requerida por qualquer pessoa com legítimo interesse se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, ou pela inobservância do disposto no art. 217, que impõe: "A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações".	Sua extinção, disponibilizando a mesma para que terceiros interessados possam requerer o direito perante o INPI.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
UF Distribuidora de Combustíveis Ltda.	03.987.032/0001-10	-	Coligada	Brasil	PR	Catalão	Exploração, por conta própria, do ramo comercial de distribuição de combustíveis derivados do petróleo, álcool combustível, outros combustíveis automotivos e lubrificantes, compreendendo a aquisição ao produtor ou fornecedor, estabelecido no mercado interno ou no exterior, recebimento, armazenamento e manuseio, mistura, aditivação, transporte, controle de qualidade, venda, entrega e exportação.	1,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
não há								
Ultrafertil S.A.	02.476.026/0001-36	-	Controlada	Brasil	SP	Patos de Minas	Tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos, além da operação de terminal portuário próprio de uso misto.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	238.909.000,00	Valor contábil	31/12/2010	637.026.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	129.172.000,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	35.256.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de Rendimentos Futuros								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 2009, as vendas totais da Fosfertil cresceram 18% em volume em relação a 2008. Isso permitiu aumentar a participação dos fertilizantes produzidos no país no atendimento aos misturadores de adubos, apesar da competição desigual com os importados, que continuaram a gozar de vantagens tributárias.

A produção das oito unidades da empresa - complexos industriais, de mineração e um terminal marítimo, localizados nos estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná e São Paulo - manteve-se estável durante o ano, com destaque para o crescimento no segundo semestre de 2009, mais a existência de estoques decorrentes da queda das vendas no último trimestre de 2008, reflexo da crise financeira internacional, permitiu o crescimento nas vendas.

Esse desempenho exigiu forte participação das equipes de vendas e logística da Companhia. A Fosfertil, que é tradicional fornecedora de insumos para o sudeste e centro-oeste do país, estendeu as vendas a outras regiões para compensar a queda do consumo em suas áreas de atuação, particularmente nas culturas de soja, milho e cana-de-açúcar - que respondem por dois terços do consumo de fertilizantes no país e foram bastante afetadas pela queda de preço das commodities e pela forte valorização do real.

Os resultados financeiros, porém, não acompanharam a melhoria das vendas físicas. A apreciação do real, a retração dos preços de fertilizantes no mercado internacional e os altos custos de matérias-primas como enxofre, amônia e derivados de petróleo (contidas nos custos dos produtos acabados) geraram uma considerável redução nas margens de rentabilidade da Fosfertil em 2009.

O setor brasileiro de fertilizantes se caracteriza como tomador de preços ("price taker") no mercado internacional, uma vez que cerca de 70% dos insumos são importados e a produção brasileira representa apenas cerca de 2% do total mundial. Assim, os preços praticados pela Fosfertil têm paridade com os produtos importados, e foram inferiores em 2009 em relação ao ano anterior.

Devido a estes fatores externos, decorrentes do impacto da crise financeira global, os resultados da Fosfertil sofreram redução temporária no ano que passou. A receita bruta caiu 28,9%, de R\$ 3,7 bilhões em 2008 para R\$ 2,7 bilhões em 2009, e a empresa fechou o exercício com um prejuízo de R\$ 140,8 milhões, ante um lucro de R\$ 772,7 milhões no ano anterior.

Trata-se de um resultado conjuntural e temporário, que não reflete as perspectivas favoráveis para o setor de fertilizantes e o agronegócio brasileiro. A Fosfertil continua empenhada em reduzir a dependência das importações neste setor, investindo para acompanhar a contínua expansão da agricultura brasileira, ampliando e modernizando unidades e processos, na permanente busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Em nossa opinião, a companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócios e cumprir as obrigações de curto, médio e longo prazos, fortemente baseada na geração de caixa e baixo nível de alavancagem financeira.

Já em 2008, o resultado da Fosfertil refletiu o acompanhamento dos preços internacionais dos fertilizantes, derivados da forte valorização do petróleo e das commodities agrícolas. Como o Brasil importa parte representativa desses insumos, suas cotações são determinadas pelo mercado internacional.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O lucro líquido atingiu R\$ 773 milhões, 74% acima do valor de 2007 (R\$ 444 milhões), pela captura dos acréscimos dos preços dos produtos, somado às reduções de custos e melhorias de processos e tecnológicas obtidas no exercício. Em 2007, a Fosfertil manteve-se como a principal fornecedora brasileira de insumos fosfatados e nitrogenados para a indústria de fertilizantes. O faturamento bruto atingiu R\$ 2,7 bilhões, com uma expansão de 18% em relação a 2006, refletindo o crescimento das vendas físicas e também o aumento dos preços de alguns de seus produtos no mercado internacional.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O patrimônio líquido da Fosfertil, em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 1.771.655 milhões. Na mesma data, a dívida bruta somada às obrigações com terceiros totalizava R\$ 875.249 milhões, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 230.106 milhões. O índice da dívida bruta e obrigações com terceiros / patrimônio líquido era de 49,4% comparado a 124,6% em 31 de dezembro de 2008 e 77,2% em 31 de dezembro de 2007.

	2009	2008	2007
dívida bruta	875.249.000	2.390.266.000	1.110.144.000
patrimônio líquido	1.771.655.000	1.918.003.000	1.438.315.000
índice da dívida bruta	49,4%	124,6%	77,2%

i. hipóteses de resgate; ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate:

O Estatuto Social da Companhia não autoriza a aplicação de lucros ou reservas no resgate ou na amortização de ações. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Administração da Fosfertil não tem intenção de convocar assembléia geral extraordinária para esse fim.

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Fosfertil possui posição financeira confortável, apoiada em forte geração de caixa, ampla liquidez, disponibilidade de linhas de crédito de curto e longo prazos e portfólio de dívida com baixo risco. Alinhado com essas posições, podemos afirmar uma confortável capacidade de pagamento de nossos compromissos financeiros.

A Companhia utiliza os recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2007, 2008, 2009, atendemos esses requisitos com recursos gerados internamente e dívidas de curto e longo prazo. Acreditamos que através da nossa geração de caixa e acessando as mesmas fontes de recursos, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração do EBITDA	2009	2008	2007
Lucro operacional	(211.318.000)	1.126.216.000	632.340.000
(+) Depreciação, amortização e exaustão	238.363.000	186.455.000	162.048.000
(+) Despesas financeiras	186.089.000	284.595.000	(5.487.000)
(-) Receitas financeiras	387.103.000	145.478.000	59.050.000
(+) Ajuste do Diferido	-	7.132.000	-
Valor do EBITDA	(173.969.000)	1.458.920.000	729.851.000
% do EBITDA sobre receita líquida	-7,07%	42,54%	30,14%

Indicadores de Endividamento			
Item	2009	2008	2007
Dívida bruta	875.249.000	2.390.266.000	1.110.144.000
Posição de caixa	230.106.000	1.341.710.000	793.960.000
Dívida líquida	645.143.000	1.048.556.000	316.184.000
EBTIDA	(173.969.000)	1.458.920.000	729.851.000
Dívida bruta / EBITDA (x)	(0,3)	1,4	2,3

	2009	2008	2007
EBITDA	Em 2009, a receita operacional líquida da Fosfertil caiu 28,2% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 3,4 bilhões em 2008 para R\$ 2,5 bilhões em 2009. O resultado final do período foi um prejuízo de R\$ 141 milhões, em contraposição ao lucro líquido de R\$ 773 milhões no ano anterior, quando os preços de fertilizantes tiveram uma alta de 41%. O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações e perdas pela não-recuperabilidade de ativos) foi negativo em R\$ 174 milhões, enquanto que a despesa financeira no mesmo período somou R\$ 186 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 875 milhões. O nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA, foi negativo 0,3 vezes.	Em 2008 a receita líquida da Fosfertil apresentou crescimento de 41%, atingindo R\$ 3,4 bilhões. O lucro líquido foi de R\$ 773 milhões, impulsionado também pelas reduções de custos e aumento de eficiência resultantes das melhorias nos processos industriais e administrativos. O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações e perdas pela não-recuperabilidade de ativos) somou R\$ 1,5 bilhões, enquanto que a despesa financeira no mesmo período somou R\$ 285 milhões e a dívida bruta total estava em R\$ 2,4 bilhões. O nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA, foi positivo 1,4 vezes.	Em 2007, a Fosfertil manteve-se como a principal fornecedora brasileira de insumos fosfatados e nitrogenados para a indústria de fertilizantes. O faturamento bruto atingiu R\$ 2,7 bilhões, com uma expansão de 18% em relação a 2006, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações e perdas pela não-recuperabilidade de ativos) somou R\$ 730 milhões. O nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA, foi positivo 2,3 vezes.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, como forma de diversificar suas fontes de captação de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, acessa diversos mercados. As captações são realizadas por meio de contratos financeiros junto a bancos comerciais, governamentais e junto a agências multilaterais, assim como são realizadas no mercado de capitais brasileiro e externo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dentre as captações mais relevantes no triênio, destacam-se:

Fontes de Captação	Finalidade	2009
Santander	Capital de giro	107.385,94
Bradesco	Capital de giro	2.162.085,52
Deutsche Bank	Capital de giro	31.211.671,58
Banco do Brasil	Capital de giro	125.266.859,47
Banco do Brasil	Investimentos	125.730,34
BNDES	Investimentos	19.884.443,75
Total de financiamentos tomados		178.758.176,60

Adicionalmente, a Companhia celebra com seus fornecedores no exterior, contratos de compra de matérias primas (enxofre e amônia) com prazos que podem variar entre 90 e 360 dias. Tais operações são realizadas mediante taxas atraentes dentro de um cenário favorável para a Companhia.

	2009	2008	2007
Saldo dos fornecedores no exterior	346.033.000,00	1.363.326.000,00	298.060.000,00

Com a utilização da modalidade de captação descrita acima, não houve tomada de financiamentos junto a instituições financeiras nos exercícios de 2008 e 2007.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A administração da Companhia acredita que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Numa eventual necessidade imediata, recorre à linhas de crédito nos principais bancos comerciais do país e do exterior.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. A Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos privados e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os contratos de financiamentos somavam R\$170,1 milhões, sendo que R\$150,3 milhões representavam financiamentos de curto prazo e R\$19,8 milhões correspondiam a financiamentos de longo prazo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a estrutura de capital da empresa para níveis que a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar os investimentos da Companhia. As principais instituições financeiras são: Banco do Brasil S.A., BNDES e Deutsche Bank.

Não houve captação de financiamento no exercício de 2008 e 2007.

Endividamento total	2009	2008	2007
Financiamentos totais:			
Capital de giro - em moeda estrangeira - US\$	150.322.000,00	22.203.000,00	41.440.000,00
Investimento - em moeda nacional	15.978.000,00	2.836.000,00	5.680.000,00
Investimento - em moeda estrangeira - US\$	3.819.000,00	-	-
	170.119.000,00	25.039.000,00	47.120.000,00

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 2008 E 2007

ATIVO	2009		2008		2007	
	R\$	% AH	R\$	% AH	R\$	% AH
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	230.106.000,00	-82,9%	1.341.710.000,00	69,0%	793.960.000,00	658,6%
Contas a receber de clientes	87.793.000,00	21,0%	72.576.000,00	33,3%	54.463.000,00	-3,9%
Estoques	425.024.000,00	-67,4%	1.302.272.000,00	372,2%	275.771.000,00	20,7%
Impostos a recuperar	197.710.000,00	1026,6%	17.550.000,00	-14,7%	20.584.000,00	-64,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.157.000,00	-59,1%	120.070.000,00	1150,0%	9.606.000,00	124,8%
Despesas pagas antecipadamente	15.960.000,00	44,7%	11.029.000,00	28,4%	8.592.000,00	27,5%
Outros créditos	25.548.000,00	-7,0%	27.471.000,00	32,5%	20.730.000,00	17,6%
Total do ativo circulante	<u>1.031.298.000,00</u>	<u>-64,4%</u>	<u>2.892.678.000,00</u>	<u>144,4%</u>	<u>1.183.706.000,00</u>	<u>148,7%</u>
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo:						
Contas a receber de clientes	3.660.000,00	-41,2%	6.221.000,00	51,0%	4.120.000,00	-61,1%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Estoques	52.088.000,00	5,9%	49.189.000,00	-56,7%	113.698.000,00	-27,3%
Depósitos judiciais	34.858.000,00	3,9%	33.563.000,00	-6,6%	35.946.000,00	-31,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	185.635.000,00	47,6%	125.769.000,00	16,4%	108.063.000,00	94,5%
Impostos a recuperar	85.140.000,00	-18,7%	104.701.000,00	32,3%	79.115.000,00	-42,0%
Adiantamentos a terceiros	13.064.000,00	-15,9%	15.539.000,00	-7,1%	16.729.000,00	30,3%
Outros créditos	<u>2.428.000,00</u>	<u>-17,6%</u>	<u>2.947.000,00</u>	<u>-1,0%</u>	<u>2.977.000,00</u>	<u>76,8%</u>
Total do realizável a longo prazo	<u>376.873.000,00</u>	<u>11,5%</u>	<u>337.929.000,00</u>	<u>-6,3%</u>	<u>360.648.000,00</u>	<u>-15,3%</u>
Investimentos:						
Outros investimentos	467.000,00	-	467.000,00	-15,6%	553.000,00	-
Imobilizado	1.220.237.000,00	15,2%	1.059.702.000,00	8,2%	979.788.000,00	-2,0%
Intangível	18.029.000,00	3,1%	17.493.000,00	-6,3%	18.671.000,00	17,4%
Diferido	-	-	-	-	5.093.000,00	-43,1%
	<u>1.238.733.000,00</u>	<u>15,0%</u>	<u>1.077.662.000,00</u>	<u>7,3%</u>	<u>1.004.105.000,00</u>	<u>-2,0%</u>
Total do ativo não circulante	1.615.606.000,00	14,1%	1.415.591.000,00	3,7%	1.364.753.000,00	-6,0%
TOTAL DO ATIVO	<u>2.646.904.000,00</u>	<u>-38,6%</u>	<u>4.308.269.000,00</u>	<u>69,1%</u>	<u>2.548.459.000,00</u>	<u>32,2%</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
		2009		2008		2007
	R\$	% AH	R\$	% AH	R\$	% AH
CIRCULANTE						
Financiamentos	150.375.000,00	500,6%	25.039.000,00	-10,1%	27.855.000,00	-79,3%
Fornecedores	345.588.000,00	-74,7%	1.363.326.000,00	357,4%	298.060.000,00	101,6%
Adiantamentos de clientes	98.044.000,00	-71,2%	340.945.000,00	229,5%	103.460.000,00	384,8%
Dividendos	113.000,00	-	113.000,00	-99,9%	183.403.000,00	555666,7%
Impostos a recolher	7.112.000,00	-16,8%	8.552.000,00	51,8%	5.635.000,00	4,4%
Provisão para férias e encargos sociais	26.273.000,00	4,6%	25.116.000,00	11,6%	22.503.000,00	16,8%
Participação nos lucros ou resultados	1.357.000,00	-95,7%	31.543.000,00	-2,3%	32.290.000,00	73,2%
Imposto de renda e contribuição social	-	-100,0%	275.119.000,00	135,4%	116.876.000,00	418,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	966.000,00	-85,6%	6.723.000,00	-11,7%	7.613.000,00	141,7%
Outras obrigações	<u>10.610.000,00</u>	<u>-53,2%</u>	<u>22.673.000,00</u>	<u>-23,8%</u>	<u>29.742.000,00</u>	<u>4,9%</u>
Total do passivo circulante	<u>640.438.000,00</u>	<u>-69,5%</u>	<u>2.099.149.000,00</u>	<u>153,7%</u>	<u>827.437.000,00</u>	<u>106,1%</u>
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos	19.744.000,00	100,0%	-	-100,0%	19.265.000,00	-64,7%
Fornecedores no exterior	445.000,00	100,0%	-	-	-	-
Provisão para contingências	98.335.000,00	-48,5%	190.855.000,00	18,1%	161.627.000,00	21,4%
Provisão para plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários	58.491.000,00	25,3%	46.680.000,00	50,2%	31.074.000,00	54,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.058.000,00	75,8%	9.136.000,00	757,8%	1.065.000,00	-
Outras obrigações	3.946.000,00	-40,7%	6.654.000,00	-79,1%	31.884.000,00	21,0%
Deságio de investimento em subsidiária integral	<u>37.792.000,00</u>	<u>-</u>	<u>37.792.000,00</u>	<u>-</u>	<u>37.792.000,00</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante	<u>234.811.000,00</u>	<u>-19,3%</u>	<u>291.117.000,00</u>	<u>3,0%</u>	<u>282.707.000,00</u>	<u>4,0%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social realizado	1.000.000.000,00	23,5%	810.000.000,00	12,5%	720.000.000,00	-
Reserva de capital	-	-100,0%	49.000,00	-	49.000,00	-
Reserva de reavaliação	44.213.000,00	-7,0%	47.529.000,00	-6,5%	50.846.000,00	-6,1%
Reservas de lucros	<u>727.442.000,00</u>	<u>-31,4%</u>	<u>1.060.425.000,00</u>	<u>58,9%</u>	<u>667.420.000,00</u>	<u>39,2%</u>
Total do patrimônio líquido	1.771.655.000,00	-7,6%	1.918.003.000,00	33,4%	1.438.315.000,00	14,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.646.904.000,00</u>	<u>-38,6%</u>	<u>4.308.269.000,00</u>	<u>69,1%</u>	<u>2.548.459.000,00</u>	<u>32,2%</u>

Comparação das principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008 e 2007:

ATIVO:**Circulante:**

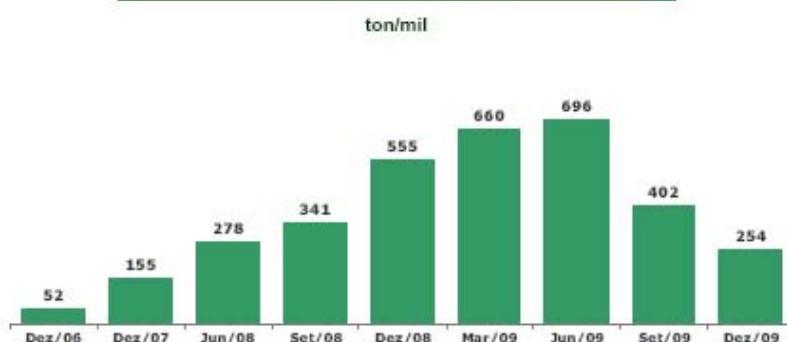
As principais variações estão abaixo relacionadas:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Caixa e equivalentes de caixa:**

	2009	2008	2007
Caixa e equivalentes de caixa	Redução de 82,9% na rubrica Caixa e equivalentes de caixa que em 31 de dezembro de 2008 somava R\$ 1,3 bilhões enquanto que em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 230,1 milhões. Tal redução, basicamente, refere-se às liquidações de obrigações compromissadas, principalmente ao pagamento de fornecedores no exterior pela aquisição de matérias-primas, bem como à redução da geração de caixa operacional da Companhia, em função do prejuízo verificado no exercício de 2009.	Aumento de 69% na rubrica Caixa e equivalentes de caixa que em 31 de dezembro de 2007 somava R\$ 794 milhões enquanto que em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 1,3 bilhões. Tal variação, basicamente, refere-se ao aumento da margem de lucro, reflexo do aumento no preço internacional dos fertilizantes.	Aumento de 658,6% na rubrica Caixa e equivalentes de caixa que em 31 de dezembro de 2006 somava R\$ 105 milhões enquanto que em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$ 794 milhões. Tal variação, basicamente, refere-se a expansão do faturamento bruto em 18% em relação a 2006, e também ao aumento dos preços de alguns produtos no mercado internacional.

Estoques:

	2009	2008	2007
Estoques	Em 2009, a Fosfértil buscou atender a clientes dos mais distantes pontos do país, ampliando o acesso aos seus produtos. Com esse movimento, a Companhia disponibilizou substancial volume de produtos ao mercado durante o período de maior demanda (segundo semestre) e encerrou o ano com volume de estoques reduzido em 67,4% (em patamar normalizado).	Com a redução das vendas no último trimestre de 2008, os estoques da Fosfértil aumentaram em 372,2% em relação a 2007.	Em 2007, a Fosfértil manteve seus estoques em patamares normalizados. A variação positiva de 20,7% nos estoques refletiu basicamente o aumento dos preços das matérias primas no mercado internacional.

Demonstrativo de Volume de Estoque – Fosfatados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstrativo de Volume de Estoque – Nitrogenados



Impostos a recuperar:

	2009	2008	2007
Impostos a recuperar	Em 2009 a variação positiva de 1.026,6% foi em decorrência do saldo das antecipações do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi compensado em função prejuízo apurado em 2009, e o saldo de PIS e COFINS não cumulativos a compensar. A parcela dos créditos de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, originados da aquisição de materiais incorporados ao ativo permanente e saldo credor a compensar em períodos subseqüentes, também afetou substancialmente essa rubrica em razão da transferência do longo prazo para o curto prazo de valor/saldo habilitado no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDE) do estado do Paraná.	Em 2008, a variação negativa de 14,7% refere-se basicamente ao saldo de PIS e COFINS não cumulativos, que foi compensado com o saldo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre O Lucro Líquido durante o exercício de 2008.	Em 2007, a variação negativa de 64,2% refere-se basicamente ao saldo das antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido efetuado a maior durante o exercício de 2006, que foi compensado no decorrer do exercício de 2007.

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2009	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Em 2009, a variação negativa de 59,1% concentrou-se principalmente nas rubricas Provisão para ajuste a valor de realização de Ativos Circulantes, Variações cambiais negativas não realizadas, Lucro não realizado na venda da controladora para a subsidiária integral e Prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.	Em 2008, a variação positiva de 1.150% concentrou-se principalmente nas rubricas Variações cambiais negativas não realizadas e Lucro não realizado na venda da controladora para a subsidiária integral.	Em 2007, a variação positiva de 124,8% concentrou-se principalmente na rubrica Provisão para ajuste ao valor de realização de Ativos Circulantes.

Não circulante

Realizável a longo prazo

As principais variações estão abaixo relacionadas:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	2009	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Em 2009, a variação positiva de 47,6% concentrou-se principalmente nas rubricas Provisão para contingências, Provisão para Planos de Pensão e Prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.	Em 2008, a variação positiva de 16,4% concentrou-se principalmente nas rubricas Provisão para contingências, Provisão para planos de pensão e Provisão para ajuste ao valor de realização de Ativos não Circulantes.	Em 2007, a variação positiva de 94,5% concentrou-se principalmente nas rubricas Provisão para contingências, Provisão para planos de pensão e Provisão para ajuste ao valor de realização de Ativos não Circulantes.

Impostos a recuperar:

	2009	2008	2007
Impostos a recuperar	Em 2009 a variação negativa de 18,7% foi em decorrência da transferência originada do longo prazo para o curto prazo da parcela de ICMS habilitado no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA) do estado do Paraná.	Em 2008, a variação positiva de 32,3% refere-se basicamente a reversão de parte da provisão para ajuste a valor de realização do ICMS.	Em 2007, a variação negativa de 42% refere-se basicamente ao saldo da provisão para ajuste a valor de realização do ICMS.

Imobilizado:

	2009	2008	2007
Imobilizado	Em 2009, a Fosfertil apresentou uma variação positiva de 15% em virtude principalmente do aumento das aquisições de equipamentos e das instalações voltada para o projeto de expansão em UBERABA e da aquisição de terrenos para o projeto Salitre em PATROCÍNIO.	Em 2008, a Fosfertil apresentou uma variação positiva de 7,3% em função das aquisições dos equipamentos e das instalações voltadas para os projetos de expansão em UBERABA e Salitre em PATROCÍNIO.	A variação negativa de 2% apresentada em 2007, deve-se principalmente a Lei nº 11.638/2007 que extinguiu o diferido e os estudos que estavam em andamento foram transferidos para o resultado.

PASSIVO**Circulante****Financiamentos:**

	2009	2008	2007

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamentos	Em 2009 a variação positiva de 500,6% em relação ao exercício anterior, foi em função da necessidade de recursos da Companhia para o capital de giro e também para o financiamento dos investimentos.	A Fosfertil não captou financiamento no exercício 2008. A variações negativas de 10,1% está relacionada as amortizações das parcelas dos financiamentos mais juros.	A Fosfertil não captou financiamento no exercício 2007. A variações negativas de 79,3% está relacionada as amortizações das parcelas dos financiamentos mais juros.
----------------	---	---	---

Fornecedores:

	2009	2008	2007
Fornecedores	Em 2009, a variação negativa foi de 74,7%, ocasionada principalmente em função da normalização no preço internacional das matérias primas para a produção de fertilizantes, com destaque novamente para o enxofre a granel, que foi super inflacionado no decorrer do exercício de 2008.	Em 2008, a variação positiva foi de 357,46%, e deve-se principalmente a disparada que ocorreu no preço internacional das matérias primas para a produção de fertilizantes, com destaque para o enxofre a granel, que encerrou o ano de 2007, com um preço médio de US\$ 82,73 por ton e chegou a ultrapassar os US\$ 650 por ton no 1º semestre de 2008. "Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral".	A variação positiva de 101,6% apresentada em 2007, deve-se basicamente a movimento internacional para produção de biocombustíveis que aqueceu a demanda global por fertilizantes, por consequencia ocasionou um aumento nos preços das matérias primas, somado também a mudança no prazo para pagamento dos fornecedores para 360 dias (180 dias em 2006).

Adiantamentos de clientes:

	2009	2008	2007
Adiantamentos de clientes	Em 2009, a variação negativa foi de 71,2%, ocasionada pela crise financeira internacional, que não tornou atraente a modalidade de venda "Take or pay" durante o ano.	Em 2008, o cenário apresentava-se extremamente favorável durante o 1º semestre de 2008, o que levou a Fosfertil a continuar celebrando as vendas através da modalidade "Take or pay". Durante o 2º semestre de 2008, o mercado começou a sentir os efeitos da crise financeira internacional e a Companhia não celebrou mais vendas através da modalidade "Take or pay", mesmo assim, a variação positiva apresentada ao final de 2008 foi de 229,5%.	Com a movimento internacional para produção de biocombustíveis que aqueceu a demanda global por fertilizantes em 2007, somada a um cenário extremamente favorável aos clientes da Fosfertil, aumento o volume de vendas na modalidade "Take or pay", que resultou em uma variação positiva de 384,8% em comparação com o exercício de 2006.

Participação nos lucros ou resultados:

	2009	2008	2007
Participação nos lucros ou resultados	A redução em 2009 acompanhou o prejuízo apurado no exercício.	Em 2008 se manteve estável.	Em 2007 sofreu um aumento 73,2% em função de alteração no programa de participação nos lucros e resultados, assinado com entidade sindical.

Imposto de renda e contribuição social:

2009	2008	2007
------	------	------

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social	Em 2009 houve uma variação positiva de 100% em função da base tributária negativa.	Em 2008 houve uma variação positiva de 135,4% em função de aumento da base tributária.	Em 2007 houve uma variação positiva de 418,7% em função de aumento da base tributária.
--	--	--	--

Não circulante:

As principais variações estão abaixo relacionadas:

Provisão para contingências:

	2009	2008	2007
Contingências	Em 2009, a variação negativa de 48,5%, refere-se a acordo efetuado em processo coletivo representado por entidade sindical e a adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, concedido pela Lei nº 11.941/09. Em que a Companhia optou pela liquidação à vista da ação ordinária com obtenção de liminar relacionada à dedutibilidade da CSLL da base de cálculo do imposto de renda e de sua própria base de cálculo (Lei nº 9.316/96).	Em 2008, a variação positiva de 18,1% está relacionada em sua maior parte a processos coletivos representados por entidade sindical.	Em 2007, a variação positiva de 21,4% está relacionada a processos coletivos representados por entidade sindical, autos de infração lavrados pelo INSS relativos à legislação previdenciária, ações estão relacionadas à incidência do ICMS e Em 2007, e provisão referente à cobrança de imposto de renda, em virtude da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL na apuração do lucro real do exercício de 1995, conforme as Leis nº 8.981/95, artigo 42, e nº 9.065/95, artigo 12.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**Reservas de lucros:**

	2009	2008	2007
Reservas de lucros	Em 2009 houve uma variação negativa de 31,4% em função do prejuízo apurado.	Em 2008 houve uma variação positiva de 58,9% em função do aumento nas reservas de lucro, proveniente da capitalização do lucro líquido.	Em 2007 houve uma variação positiva de 39,2% em função do aumento nas reservas de lucro, proveniente da capitalização do lucro líquido.

Informações relativas ao Fato Relevante de 27 de maio de 2010, bem como do Edital de Oferta Pública, vide item 8.1a.

10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Opinião dos diretores sobre:**

- a. resultados das operações do emissor, em especial:**
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

**COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 2008 E 2007**

	2009		2008		2007	
	R\$	% Av	R\$	% Av	R\$	% Av
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	2.651.698.000,00	-28,9%	3.729.387.000,00	38,8%	2.686.888.000,00	18,1%
Deduções de vendas e serviços	(190.901.000,00)	-36,3%	(299.915.000,00)	13,0%	(265.321.000,00)	24,1%
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	2.460.797.000,00	-28,2%	3.429.472.000,00	41,6%	2.421.567.000,00	17,5%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(2.709.596.000,00)	39,9%	(1.936.868.000,00)	17,1%	(1.654.224.000,00)	3,0%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(248.799.000,00)	-116,7%	1.492.604.000,00	94,5%	767.343.000,00	68,6%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	-	-	-
Vendas	(10.667.000,00)	-4,6%	(11.183.000,00)	10,4%	(10.129.000,00)	9,8%
Gerais e administrativas:	-	-	-	-	-	-
Honorários da Diretoria e dos Conselhos	(2.828.000,00)	10,1%	(2.568.000,00)	6,1%	(2.421.000,00)	-31,9%
Administrativas	(49.268.000,00)	-17,0%	(59.339.000,00)	10,6%	(53.674.000,00)	-2,3%
Outras despesas operacionais, líquidas	(101.276.000,00)	-33,9%	(153.281.000,00)	16,6%	(131.441.000,00)	130,0%
	(164.039.000,00)	-27,5%	(226.371.000,00)	14,5%	(197.665.000,00)	58,3%
LUCRO (PREJUÍZO) OP. ANTES DO RES. FINANC.	(412.838.000,00)	-132,6%	1.266.233.000,00	122,3%	569.678.000,00	72,4%
Resultado financeiro, líquido	201.014.000,00	244,5%	(139.117.000,00)	-315,6%	64.537.000,00	406,7%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO	-	-	-	-	-	-
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(211.824.000,00)	-118,8%	1.127.116.000,00	77,7%	634.215.000,00	105,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
Correntes	(2.686.000,00)	-99,4%	(475.681.000,00)	96,1%	(242.541.000,00)	187,5%
Diferidos	73.697.000,00	-39,2%	121.224.000,00	131,7%	52.316.000,00	1190,8%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(140.813.000,00)	-118,2%	772.659.000,00	74,0%	443.990.000,00	93,9%

10.2 - Resultado operacional e financeiro**Comparação das principais alterações nas contas das demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007:****Receita líquida de vendas e serviços:**

	2009	2008	2007
Receita líquida de vendas e serviços	O setor brasileiro de fertilizantes se caracteriza como tomador de preços ("price taker") no mercado internacional, uma vez que cerca de 70% dos insumos são importados e a produção brasileira representa apenas cerca de 2% do total mundial. Assim, os preços praticados pela Fosfertil têm paridade com os produtos importados, e foram inferiores em 2009 em relação ao ano anterior. Devido a estes fatores externos, decorrentes do impacto da crise financeira global, os resultados sofreram redução de 28,9% em relação ao exercício anterior.	O acréscimo de 38,8% na receita da Fosfertil em 2008 refletiu a alta dos preços internacionais dos fertilizantes, derivados da forte valorização do petróleo e das commodities agrícolas, isso somado às reduções de custos e melhorias de processos e novas tecnológicas obtidas no decorrer do exercício.	A receita operacional líquida da Fosfertil aumentou em 18,1% em função do movimento internacional para produção de biocombustíveis aqueceu a demanda global por fertilizantes, o que, somado aos novos patamares de cotação do petróleo, elevou substancialmente os preços internacionais dos fertilizantes.

Volume de Vendas			
ton/mil			
Produto	2009	2008	2007
Fertilizantes - Fosfatados de Alta Densidade	1.890	1.194	1.512
Fertilizantes - Fosfatados de Baixa Densidade	83	559	922
Fertilizantes Nitrogenados	748	474	701
Químicos	643	613	608

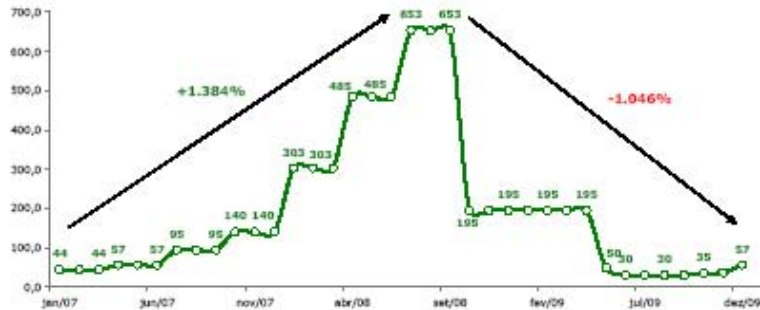
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:

	2009	2008	2007
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	Em 2009, a variação positiva foi de 39,91%, deve-se principalmente ao elevado nível dos estoques de matérias primas adquiridas ainda em 2008(ano da disparada dos preços internacionais), e que foram incorporados a produção apenas em 2009, afetando sobre maneira o custo dos produtos vendidos e serviços da Companhia.	Em 2008, a variação positiva foi de 17,1%, e deve-se principalmente a disparada que ocorreu no preço internacional das matérias primas para a produção de fertilizantes, com destaque para o enxofre a granel, que encerrou o ano de 2007, com um preço médio de US\$ 82,73 por ton e chegou a ultrapassar os US\$ 650 por ton no 1º semestre de 2008. "Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral".	Em 2007, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados (CPV) se manteve linear, não havendo alteração significativa.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Comportamento dos Preços Internacionais do Enxofre

US\$/ton – fob Vancouver (Fonte British Sulphur)



Gerais e administrativas:

	2009	2008	2007
Gerais e administrativas	Em 2009, as despesas gerais e administrativas reduziram 15,9%, passando de R\$ 61,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 52,1 milhões em 31 de dezembro de 2009.	Em 2008, as despesas gerais e administrativas aumentaram 10,4%, passando de R\$ 56,1 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 61,9 milhões em 31 de dezembro de 2008.	Em 2007, as despesas gerais e administrativas reduziram 4,1%, passando de R\$ 58,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 56,1 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Outras despesas operacionais, líquidas:

	2009	2008	2007
Outras despesas operacionais, líquidas	Em 2009, a rubrica outras despesas operacionais, reduziram 33,9%, passando de R\$ 153,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 101,3 milhões em 31 de dezembro de 2009.	Em 2008, a rubrica outras despesas operacionais, aumentaram 16,6%, passando de R\$ 131,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 153,3 milhões em 31 de dezembro de 2008.	Em 2007, a rubrica outras despesas operacionais, aumentaram 130%, passando de R\$ 51,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 131,4 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Resultado financeiro, líquido:

	2009	2008	2007
Resultado financeiro, líquido	Em 2009, o resultado financeiro líquido obteve uma variação positiva de 244,5%, passando de despesa de R\$ 139,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para uma receita de R\$ 201 milhões em 31 de dezembro de 2009, fortemente influenciado pela valorização do real frente ao dólar, fruto de obrigações a pagar.	Em 2008, o resultado financeiro líquido obteve uma variação negativa de 315,6%, passando de receita de R\$ 64,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para uma despesa de R\$ 139,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, fortemente influenciado pela desvalorização do real frente ao dólar, fruto de obrigações a pagar.	Em 2007, o resultado financeiro líquido obteve uma variação positiva de 406,7%, passando de despesa de R\$ 21 milhões em 31 de dezembro de 2006 para uma receita de R\$ 64,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, fortemente influenciado pela valorização do real frente ao dólar, fruto de obrigações a pagar.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Imposto de renda e contribuição social:

	2009	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social	Em 2009 houve uma variação negativa de 120% que refletiu os efeitos da crise financeira internacional de no resultado da Fosfertil.	Em 2008 houve uma variação positiva de 86,3% que refletiu o ótimo resultado da Fosfertil no 1º semestre que foi fortemente influenciado pelo cenário apresentado para o setor de fertilizantes.	Em 2007 houve uma variação positiva de 136,9% que refletiu o ótimo resultado da Fosfertil fortemente influenciado pelo cenário apresentado para o setor de fertilizantes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A nossa situação financeira e o resultado das operações são influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito e os níveis de média salarial.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais.

Os resultados financeiros não acompanharam a melhoria das vendas físicas. A apreciação do real, a retração dos preços de fertilizantes no mercado internacional e os altos custos de matérias-primas como enxofre, amônia e derivados de petróleo (contidas nos custos dos produtos acabados) geraram uma considerável redução nas margens de rentabilidade da Fosfertil em 2009.

Em 2008, o acréscimo da receita da Fosfertil refletiu o acompanhamento dos preços internacionais dos fertilizantes, derivados da forte valorização do petróleo e das commodities agrícolas. Como o Brasil importa parte representativa desses insumos, suas cotações são determinadas pelo mercado internacional.

O lucro líquido atingiu R\$ 773 milhões, 74% acima do valor de 2007 (R\$ 444 milhões), pela captura dos acréscimos dos preços dos produtos, somado às reduções de custos e melhorias de processos e tecnológicas obtidas no exercício

Em 2007, O movimento internacional para produção de biocombustíveis aqueceu a demanda global por fertilizantes, o que, somado aos novos patamares de cotação do petróleo, elevou substancialmente os preços internacionais dos fertilizantes. Esse fato e o aumento do consumo no País refletiram-se positivamente no resultado da Fosfertil, cujo lucro líquido consolidado no exercício atingiu R\$ 444 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item 10.2 a ii

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Fosfertil, que é tradicional fornecedora de insumos para o sudeste e centro-oeste do país, estendeu as vendas a outras regiões para compensar a queda do consumo em suas áreas de atuação, particularmente nas culturas de soja, milho e cana-de-açúcar – que respondem por dois terços do consumo de fertilizantes no país e foram bastante afetadas pela queda de preço das commodities e pela forte valorização do real.

Os resultados financeiros não acompanharam a melhoria das vendas físicas. A apreciação do real, a retração dos preços de fertilizantes no mercado internacional e os altos custos de matérias-primas como enxofre, amônia e derivados de petróleo (contidas nos custos dos produtos acabados) geraram uma considerável redução nas margens de rentabilidade da Fosfertil em 2009.

Em 2008, a desvalorização do real frete ao dólar afetou consideravelmente o resultado financeiro, gerando despesa por conta das obrigações a pagar atreladas ao dólar.

Em 2007, a valorização do real frete ao dólar afetou consideravelmente o resultado financeiro, gerando receita por conta das obrigações a pagar atreladas ao dólar.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, em 2009, qualquer processo que pudesse gerar eventos não recorrentes que impactassem os resultados financeiros desse período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010.

Os CPCs, OCPCs e ICPCs que serão aplicáveis para a Companhia a partir de 2010, considerando-se suas operações, são:

- CPC 16 Estoques
- CPC 20 Custos de Empréstimos
- CPC 21 Demonstração Intermediária
- CPC 22 Informações por Segmento
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 Evento Subseqüente
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 Apresentação das Demonstrações financeiras
- CPC 27 Ativo Imobilizado
- CPC 30 Receitas
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro
- CPC 33 Benefícios a Empregados
- CPC 34 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
- CPC 35 Demonstrações Separadas
- CPC 36 Demonstrações Consolidadas
- CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração
- CPC 39 Instrumentos Financeiros – Apresentação
- CPC 40 Instrumentos Financeiros – Evidenciação
- CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
- OCPC 03 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação
- ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
- ICPC 09 Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
- ICPC 10 Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43
- ICPC 12 Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei 11.941/09) não trouxeram efeitos patrimoniais significativos que pudessem afetar a comparação entre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008 e 2009.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e algumas transações. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, valor da depreciação do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua subsidiária integral na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b. Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia e sua subsidiária integral são apresentadas na moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (sua moeda funcional). Os resultados e a posição financeira da Companhia e sua subsidiária integral são expressos em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e sua subsidiária integral, as transações em moeda diferente da moeda funcional da entidade (moeda estrangeira) são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data das transações. Em cada data de fechamento do balanço, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data do balanço. Diferenças cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem.

c. Redução ao valor recuperável

O CPC 01 define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia e suas controladas deverão imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa, quando aplicável, e o valor recuperável é o valor de uso determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros antes dos impostos. A Companhia e sua subsidiária integral efetuaram os referidos procedimentos não identificando a necessidade de registro de qualquer provisão Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil e Controladas

d. Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo foram trazidas ao seu valor presente usando a taxa média de encargos financeiros em que a Companhia e sua subsidiária integral incorrem quando destas operações. O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora da rubrica “fornecedores” e é alocado ao resultado na rubrica “resultado financeiro” pela fruição de prazo, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

e. Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa Representados por investimentos temporários de liquidez imediata e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas no recebimento de créditos foi constituída com base em análise de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais prejuízos na realização dos valores a receber.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou de produção/extração, ou valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda), quando inferior. As importações em andamento são demonstradas ao custo incorrido até as datas dos balanços. As provisões para ajuste ao valor de realização são constituídas para estoques obsoletos e produtos acabados quando o preço de venda praticado, líquido dos tributos e das despesas fixas com vendas, for inferior ao preço do seu custo de aquisição ou formação.

Investimentos

O investimento na subsidiária integral Ultrafertil S.A. está avaliado pelo método de equivalência patrimonial deduzido do deságio a amortizar.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea efetuada. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

A depreciação é calculada pelo método linear à taxa ponderada de 18,01% ao ano. O valor da depreciação é alocado ao resultado do exercício de acordo com sua natureza, como custo dos produtos vendidos, despesas administrativas e despesas comerciais.

Os gastos realizados com paradas programadas para manutenção são classificados no ativo imobilizado na rubrica “Equipamentos e instalações”. Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de um a três anos e os respectivos gastos são amortizados até o início da próxima parada correspondente.

Intangível

Corresponde ao direito adquirido que tenha por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Direitos de lavra – São registrados ao custo de aquisição. A exaustão é calculada na proporção da produção em relação à possança das jazidas.

Softwares - São registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da disponibilidade do bem para uso.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido estimado de realização.

f. Passivos circulante e não circulante

Provisões

As provisões foram constituídas pela Administração com base em fatores objetivos e subjetivos, representando as melhores estimativas da obrigação a ser registrada até as datas dos balanços.

Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base no lucro ajustado na forma tributária e nas respectivas alíquotas do imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL. Os impostos ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, foram constituídos com base na expectativa de realização.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e de benefícios pós-emprego e seus eventuais déficits (superávits) são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON.

Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, considerando as variações das taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até as datas dos balanços.

g. Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado nas datas dos balanços.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

O sistema contábil e de controle interno adotado pela Companhia e suas controladas é de responsabilidade da Administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia busca permanentemente a atualização de suas práticas com o objetivo de aprimorá-los cada vez mais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório sobre procedimentos contábeis e de controles internos referente ao exercício de 2009 está sendo elaborado pelos auditores independentes.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não recorreu, até o momento, à oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas passíveis de gerar efeito nas demonstrações financeiras, bem como mudanças na situação financeiras, receitas ou despesas, resultados operacionais, que não estejam devidamente registrados nas operações em seu balanço patrimonial.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não houve

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não houve

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não houve

iv. contratos de construção não terminada

Não houve

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Mantendo a proposta de aumento de capacidade de produção de fertilizantes fosfatados, modernização do parque industrial instalado e melhoria das práticas de segurança e desempenho ambiental, a Fosfertil investiu em 2009 cerca de R\$ 398 milhões. Os recursos foram distribuídos principalmente em projetos de expansão (R\$ 155 milhões), e o restante em meio ambiente e segurança, continuidade operacional e melhorias técnicas.

No Complexo Industrial de Uberaba (MG) prosseguiram as obras voltadas ao aumento da produção, que devem estar concluídas em 2011. O investimento de R\$ 462 milhões, líquido de impostos, permitirá aumentar em 27% a oferta de produtos fosfatados de alta concentração, MAP e TSP, utilizados na formulação de fertilizantes. Para isso, estão em construção novas plantas de ácido fosfórico (aumento de 230 mil t/ano) e de ácido sulfúrico (mais 481 mil t/ano). Além disso, o complexo irá aumentar em 5,3 MW a geração própria de energia elétrica.

O Projeto Salitre, principal plano de investimento da empresa visando duplicar sua capacidade de produção, prevê a abertura de uma nova mineração e de um complexo industrial de fosfatados, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões, sujeito à aprovação do Conselho de Administração. Dentro do processo de licenciamento ambiental, o projeto da planta industrial foi apresentado em novembro em audiência pública na cidade de Patrocínio (MG). Os estudos de engenharia estão em andamento e sua conclusão deve ocorrer no primeiro semestre de 2010.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. novos produtos e serviços, indicando:

10.10 - Plano de negócios**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Projeto ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo: Sempre atenta às novas tendências do mercado global, a Fosfertil estuda um acordo de cooperação com objetivo de desenvolver um produto para atender ao setor automotivo. À partir de 2012, o Brasil adotará novos padrões internacionais que exigem a redução dos níveis de poluentes emitidos pelos veículos, e uma promissora alternativa para isso tem como princípio a utilização da ureia, em forma líquida, que após passar por um pré-aquecedor, será injetada no escapamento para reagir com os gases de exaustão (abatimento de NOx - óxidos de nitrogênio - de veículos movidos a diesel). ARLA 32 é a sigla para Agente Redutor Líquido Automotivo ou Solução de Ureia a 32% de alta pureza, no restante do mundo existem outras denominações: Adblue (Europa), Diesel Exhaust Fluid (EUA), utilizada para abatimento de NOx (óxidos de nitrogênio) de veículos movidos a diesel

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Não aplicável

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos eles acionistas residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral para um período de gestão de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Para cada membro efetivo do Conselho de Administração, a Assembléia Geral indicará o respectivo suplente.

Compete ao Conselho de Administração:

O Conselho de Administração tem as seguintes competências fixadas pelo Estatuto Social da

Companhia, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (d) aprovar o plano básico de organização da Companhia e suas modificações;
- (e) aprovar o programa de orçamento anual, e fiscalizar sua execução;
- (f) convocar as Assembléias Gerais;
- (g) manifestar-se sobre o relatório, as contas e as demonstrações apresentadas pela Diretoria;
- (h) autorizar a execução de quaisquer novos investimentos relevantes da Companhia;
- (i) autorizar as vendas ou transferências de bens do ativo permanente cujo valor represente mais de 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia;
- (j) propor e manifestar-se sobre as matérias que serão submetidas às Assembléias Gerais;
- (k) autorizar a Companhia a adquirir ações da sua emissão, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria; e
- (l) escolher e destituir os auditores independentes.

Na tabela abaixo estão os nomes, cargos e a data de eleição dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Idade anos	Cargo efetivo ocupado	Data da posse	Prazo do mandato
Mario Alves Barbosa Neto	64	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Marcus Vinícius Dias Severini	53	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Jair Ribeiro da Silva Neto	51	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Alexandre Lahoz Mendonça de Barros	43	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Roberto Rodrigues	69	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
João Henrique de Moraes	47	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Eduardo de Salles Bartolomeo	47	Conselheira efetiva	04/05/2011	2013
Marcello Magistrini Spinelli	37	Conselheira suplente	04/05/2011	2013
Eduardo Jorge Ledsham	48	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Edson dos Santos Correa Ribeiro	45	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Pedro José Rodrigues	58	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Wanda Krajnc Alves	53	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Guilherme Perboyre Cavalcanti	42	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Sonia Zagury	43	Conselheira suplente	04/05/2011	2013
Wladimir Antonio Puggina	69	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Pedro Zinner	37	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Almir Câmara de Rezende	45	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Vânia Lúcia Chaves Somavilla	51	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013
Jairo Roberto	56	Conselheiro efetivo	04/05/2011	2013
Gilberto Euripedes Duarte	52	Conselheiro suplente	04/05/2011	2013

Em reunião do conselho de administração, realizada aos 27 dias de outubro de 2010, às 9:00 horas, no escritório da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 16º andar, foi oficializado a renúncia do membro efetivo do Conselho de Administração “Tobias Grasso Júnior” e seu respectivo suplente “Emerson Araken Martin Teixeira”.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**Conselho Fiscal:**

A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de no mínimo 3 (três) membros e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembléia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

Na tabela abaixo estão os nomes, as idades, os cargos e a data de eleição dos conselheiros fiscais:

Nome	Idade	Cargo efetivo ocupado	Data da posse	Prazo do mandato
Benjamin Élio Moro	62	Conselheiro efetivo	03/05/2011	2012
Fábio Stewson de Souza	50	Conselheiro suplente	03/05/2011	2012
Cleber Santiago	52	Conselheiro efetivo	03/05/2011	2012
Roberto Rocha Gomes	53	Conselheiro suplente	03/05/2011	2012
Christiano Ernesto Burmeister	63	Conselheiro efetivo	03/05/2011	2012
Jorge Michel Lepeltier	63	Conselheiro suplente	03/05/2011	2012

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**Diretoria:**

A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Administração para um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Diretor Presidente e os demais sem denominação específica.

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelos presentes Estatutos, atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração. Seus poderes incluem, mas não estão limitados, entre outros, os seguintes:

- (a) zelar pela observância da lei e destes Estatutos;
- (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários;
- (e) distribuir, entre seus membros, as funções de administração da Companhia.

Na tabela abaixo estão os nomes, cargos e a data de eleição dos membros da Diretoria:

Nome	Idade	Cargo efetivo ocupado	Data da posse	Prazo do mandato
Mario Alves Barbosa Neto	64	Diretor Presidente	04/05/2011	2013
Marcio Felipe Milheiro Aigner	36	Diretor de Relações com Investidores	04/05/2011	2013
Djalma Gonçalves Barbosa	58	Diretor	04/05/2011	2013

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. competências

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- i. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- ii. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- iii. reformar o Estatuto Social;
- iv. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- v. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- vi. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- vii. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- viii. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- ix. deliberar a saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nas hipóteses previstas no artigo 48 do Estatuto Social;
- x. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
- xi. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII do Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- xii. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos: <http://www.fosfertil.com.br>; <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bovespa.com.br>.

Endereço físico: Escritório da Companhia, localizado na Av. Engº Luis Carlos Berrini, 1681, Brooklin Novo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-011.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe o dever de declarar o seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do conselho de administração.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas assembleias gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas	
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	05/03/2010	
		Jornal da Manhã - Uberaba - MG	05/03/2010	
		Valor Econômico - SP	05/03/2010	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG		16/04/2010
				17/04/2010
				20/04/2010
		Jornal da Manhã - Uberaba - MG		16/04/2010
				17/04/2010
				20/04/2010
		Valor Econômico - SP		16/04/2010
				19/04/2010
				20/04/2010
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	18/06/2010		
	Jornal da Manhã - Uberaba - MG	18/06/2010		
	Valor Econômico - SP	18/06/2010		
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	18/03/2009	
		Jornal da Manhã - Uberaba - MG	18/03/2009	
		Valor Econômico - SP	18/03/2009	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG		09/04/2009
				10/04/2009
				14/04/2009
		Jornal da Manhã - Uberaba - MG		09/04/2009
				13/04/2009
				14/04/2009
		Valor Econômico - SP		09/04/2009
				13/04/2009
				14/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	28/05/2009	
		Jornal da Manhã - Uberaba - MG	28/05/2009	
		Valor Econômico - SP	28/05/2009	
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Jornal da Manhã - Uberaba - MG	11/03/2008	
		Valor Econômico - SP	10/03/2008	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	10/04/2008	
		Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	11/04/2008	
			12/04/2008	
		Jornal da Manhã - Uberaba - MG		10/04/2008
				11/04/2008
				14/04/2008
		Valor Econômico - SP		10/04/2008
				11/04/2008
				14/04/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - MG	23/05/2008	
Jornal da Manhã - Uberaba - MG		23/05/2008		
Valor Econômico - SP		23/05/2008		

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reunirá sempre que necessário, mediante convocação por escrito, enviada via fac-símile, por carta registrada ou carta entregue em mãos, feita pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não se aplica à Companhia

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do conselho de administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não se aplica à Companhia

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
DJALMA GONÇALVES BARBOSA	58	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2011	Até AGO 2013
524.215.038-68	Psicólogo	19 -	04/05/2011	Sim
Não há				
MARCIO FELIPE MILHEIRO AIGNER	36	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2011	Até AGO 2013
035.853.907-22	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	04/05/2011	Sim
Não há				
ALEXANDRE LAHOZ MENDONÇA DE BARROS	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
171.570.928-40	Engenheiro Agrônomo	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
EDSON DOS SANTOS CORREA RIBEIRO	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
084.050.098-09	Geólogo	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
EDUARDO JORGE LEDSHAM	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
542.689.406-00	Geólogo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
GILBERTO EURÍPEDES DUARTE	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
248.381.526-04	Técnico em Eletromecânica	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Não
Técnico de Planejamento de Manutenção				
GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
010.981.437-10	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
022.718.058-56	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
JOÃO HENRIQUE DE MORAES	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
875.353.197-34	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
MARCUS VINÍCIUS DIAS SEVERINI	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
632.856.067-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
PEDRO JOSÉ RODRIGUES	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
702.448.208-72	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
PEDRO ZINNER	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
034.007.097-86	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
ROBERTO RODRIGUES	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
012.091.598-72	Engenheiro Agrônomo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
SONIA ZAGURY	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
934.316.517-04	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
WANDA KRAJNC ALVES	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
421.442.057-87	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
WLADIMIR ANTONIO PUGGINA	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
064.353.358-34	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
ALMIR CÂMARA DE REZENDE	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
898.357.357-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Não há				
VÂNIA LÚCIA CHAVES SOMAVILLA	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
456.117.426-53	Engenheira	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
EDUARDO DE SALLES BARTOLOMEO	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
845.567.307-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não há				
MARCELLO MAGISTRINI SPINELLI	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
197.378.918-30	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011	Sim
Não há				
JAIRO ROBERTO	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2011
239.376.296-53	Técnico em Contabilidade	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Não
Analista de Recursos Humanos				
MARIO ALVES BARBOSA NETO	64	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2011	Até AGO 2013
269.275.278-34	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	04/05/2011	Sim
Não há				
BENJAMIN ÉLIO MORO	62	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO 2012
259.773.777-20	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	03/05/2011	Sim
Não há				
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER	63	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO 2012
568.995.138-20	Contador	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	03/05/2011	Não
FÁBIO STEWSON DE SOUZA				
414.343.156-49	50	Contador	29/04/2011	Até AGO 2012
Não há				
JORGE MICHEL LEPELTIER	63	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO 2012
070.190.688-04	Administrador	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	03/05/2011	Não
CLEBER SANTIAGO				
319.510.746-53	52	Contador	29/04/2011	Até AGO 2012
Não há				
ROBERTO ROCHA GOMES	53	Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO 2012
424.617.907-87	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	03/05/2011	Sim
Não há				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

DJALMA GONÇALVES BARBOSA - 524.215.038-68

Experiência Profissional: Vale S.A (desde Ago/2004).: Cargo: Diretor de Recursos Humanos Brasil e América Latina; Funções inerentes ao cargo: Responsável pelo suporte à gestão de recursos humanos no Brasil e países da América Latina (Argentina, Paraguai, Chile, Peru e Colômbia).

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

MARCIO FELIPE MILHEIRO AIGNER - 035.853.907-22

Experiência Profissional: Vale S.A.: é desde 2006, Gerente Geral de Tesouraria, responsável pelo planejamento global de caixa da empresa, pelo controle do seu portfólio de operações financeiras e pelo projeto de integração das tesourarias no mundo. Ingressou na Vale como trainee em 1996, foi expatriado na joint venture Gulf Industrial Investment Co. – GIIC, entre 2001 e 2002; foi gerente de risco de crédito e de serviços financeiros da Vale. Presidiu o Conselho Fiscal da Fundação Vale de Seguridade Social – VALIA entre 2007 e 2009.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ALEXANDRE LAHOZ MENDONÇA DE BARROS - 171.570.928-40

Formação Acadêmica: Engenheiro Agrônomo; Experiência Profissional:

Sócio Diretor da MB Agro – empresa focada na área de economia agrícola; Membro do Conselho de Administração do Frigorífico Minerva (Iniciado em 2010); Foi Membro do Conselho de administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. no período compreendido entre 2003 a2006.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

EDSON DOS SANTOS CORREA RIBEIRO - 084.050.098-09

Experiência Profissional: Vale S.A.: 2005 até Julho 2007: Gerente Geral de Avaliação e Análise de Negócios (GEANK); Julho 2007 até Atual: Diretor de Departamento de Planejamento Estratégico e Avaliação de Projetos; Funções Inerentes ao Cargo: Exploração mineral, avaliação de projetos minerais, desenvolvimento de negócios, pesquisa e desenvolvimento.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

EDUARDO JORGE LEDSHAM - 542.689.406-00

Experiência Profissional: Vale S.A.: 2005 – Diretor de exploração e desenvolvimentos em projetos minerais: Brasil, Américas, África, Ásia e Oceania; 2009 – Diretor de Energia, Exploração e Fertilizantes; Funções inerentes ao cargo: Coordenação de atividades de exploração e desenvolvimento mineral.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

GILBERTO EURÍPEDES DUARTE - 248.381.526-04

Experiência Profissional: Padaria e Confeitaria Nossa Senhora do Carmo, como auxiliar de padeiro, de 1974 a 1975. Logos Engenharia S/A, como apontador, de janeiro de 1978 a outubro de 1978. Admitido na Fosfertil em 22.03.1979, na qual exerceu os cargos de Entregador de Ferramentas, Auxiliar de Serviços Industriais, Mecânico, Controlador de Manutenção e Atual Técnico de Planejamento de Manutenção (atual).

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

GUILHERME PERBOYRE CAVALCANTI - 010.981.437-10

Experiência Profissional: Vale S.A.: Diretor Global de Finanças Corporativas; Funções inerentes ao cargo: Tesouraria, administração do caixa e de dívidas; 2007 até atual Membro do Conselho de Administração da Log In – Logística Intermodal; 2002 a 2005: Membro do Conselho de Administração da Net Serviços de Comunicação S.A.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO - 022.718.058-56

Experiência Profissional: Sócio Diretor da Sertrading S.A. – Companhia brasileira atuante na atividade de comércio exterior; CPMBraxis – empresa de serviços de tecnologia – Presidente do Comitê Executivo do Conselho de Administração; Duratex S.A. – Conselheiro.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

JOÃO HENRIQUE DE MORAES - 875.353.197-34

Experiência Profissional: Vale S.A.: A partir de Nov/2008: Diretor de Serviços Compartilhados América do Sul; A partir de Junho de 2005: Gerente de Suprimentos Consolidados Américas; A Partir de Setembro de 2006: Gerente Geral; Funções inerentes ao cargo: Liderar atividades ligadas ao Centro de Serviços Compartilhados no Brasil e outros países da América do Sul nas funções de Finanças, RH, Suprimentos, Jurídico e Serviços de Apoio; Implantar serviços compartilhados de Suprimentos para a região das Américas a partir de Buenos Aires, liderar as operações.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

MARCUS VINÍCIUS DIAS SEVERINI - 632.856.067-20

Experiência Profissional: Vale S.A.: Diretor do Departamento de Controladoria; Membro dos Conselhos Fiscais da Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil – Associação Brasileira de Alumínio (ABAL), Usinas Minas Gerais S.A. (USIMINAS); Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); CAEMI Mineração S.A.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

PEDRO JOSÉ RODRIGUES - 702.448.208-72

Experiência Profissional: Vale S.A.: Diretor Global de Desenvolvimento de Novos Negócios; Funções inerentes ao cargo: Gestão de fusões e aquisições da Vale S.A.; Vale: A partir de 2008: Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios; Vale: De 2005 até 2008: Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios; Vale: De 2002 até 2005: JP Morgan – Diretor; De 1995 até 2002: Chase Manhattan Bank – Vice Presidente de Finanças Corporativas; De 1988 até 1995: Norchem Bank – Vice-Presidente de Finanças Corporativas; De 1985 até 1988: Banco Noroeste.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

PEDRO ZINNER - 034.007.097-86

Experiência Profissional: Vale S.A.: Cargo: Diretor de Estratégia e Gestão de Risco – Funções inerentes ao cargo: Responsável pela coordenação do Plano estratégico anual e plurianual e pela gestão dos riscos operacionais, de mercado e seguros.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ROBERTO RODRIGUES - 012.091.598-72

Experiência Profissional: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Jan 2003 até Jul 2006; Agrônomo – Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – novembro de 2006 – atual – Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV – BM&FBovespa – até abril de 2009.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

SONIA ZAGURY - 934.316.517-04

Experiência Profissional: Vale S.A.: Diretora (não estatutária) de Gestão Financeira; Funções inerentes ao cargo: Responsável pela captação (dívidas e outros instrumentos), pelas operações de investimentos financeiros, câmbio e derivativos bem como pela área de finanças corporativas.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

WANDA KRAJNC ALVES - 421.442.057-87

Experiência Profissional: Vale S.A.: Cargo: Gerente Geral de Projetos em Finanças Corporativas – Funções inerentes ao cargo: Estruturar e implementar as ofertas públicas de ações, assessorar as transações de fusões, aquisições e associações, estruturar e implementar as estruturas de capital de projetos greenfield.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

WLADIMIR ANTONIO PUGGINA - 064.353.358-34

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração da Agrofertil S.A Indústria e Comércio de Fertilizantes; Presidente do Conselho de Administração da IFC Indústria de Fertilizantes de Cubatão; Diretor Presidente da Helma Administração e Participações S.A. e Diretor Presidente da WD – Participações Ltda.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ALMIR CÂMARA DE REZENDE - 898.357.357-00

Desde setembro/2009 atua como Diretor Global de Energia, Óleo e Gás da Vale S.A., sendo responsável por assegurar o atendimento às necessidades da companhia em energia elétrica, óleo e gás, biocombustíveis e correlatos, a nível mundial. Anteriormente, atuou por cinco anos como Diretor Global de Suprimentos Estratégicos da Vale S.A., sendo responsável pela aquisição de categorias estratégicas e por todas as iniciativas de grandes contratos e projetos de CAPEX em todas as filiais mundiais do Grupo Vale.

VÂNIA LÚCIA CHAVES SOMAVILLA - 456.117.426-53

FORMAÇÃO ACADÊMICA

IBMEC Business School - MBA em Finanças Empresariais, Belo Horizonte, 1997

SIDA - Curso de Extensão - "Management of Hydro Power Utilities" , Estocolmo, 1999

UNIVERSIDADE FED. DE OURO PRETO - Pós-graduação em Engenharia de Barragens, Ouro Preto, 1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Pós-graduação em Saneamento Ambiental, Belo Horizonte, 1983

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Engenharia Civil, Belo Horizonte, 1982

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Mar-2010 - Dias atuais VALE

Diretora do Departamento de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável

Mar-2004 - Mar-2010 VALE

Diretora de Energia

Responsável pela gestão do portfólio de energia - compra e venda (oportunistica de energia) para as plantas da CVRD- maior grupo consumidor de energia do Brasil, elaboração de estratégia global de atuação, inteligência de mercado; implantação e gestão de portfólio de usinas hidrelétricas (carteira com 9 empreendimentos), gestão de portfólio de exploração e produção de gás e petróleo Ago-2001- Mar-2004 VALE

Gerente Geral de Comercialização de Energia

Responsável pela gestão do portfólio de energia - compra e venda (oportunistica de energia) para as plantas da CVRD, elaboração de estratégia global de atuação, inteligência de mercado.

Jul. 1987- Ago.2001 CEMIG

1995- 2001 Desenvolvimento de Novos Negócios

Atuando na coordenação de grupos para avaliação e desenvolvimento de novos negocios de geração de energia - coordenação da participação da CEMIG na licitação dos aproveitamentos de Porto Estrela, Queimado e Capim Branco I e II.

1994 - 1995 Plartejamento

Elaboração de modelagem, viabilidade de negócios, planejamento da expansão

1995 - 1987 Projetos de Geração

Acompanhamento de projetos de implantação de usinas hidrelétricas de pequeno e grande porte

1986 - 1987 DAE- DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA DE MG

Atuou na concepção de alternativas de saneamento básico para diversos municípios mineiros

1983 - 1986 CETEC - FUNDAÇÃO CENTRO-TECNOLOGICO DE MG

Atuou no acompanhamento de implantação de obras de saneamento básico para Belo Horizonte e outros municípios mineiros

EDUARDO DE SALLES BARTOLOMEO - 845.567.307-91

Eduardo de Salles Bartolomeo faz parte da Diretoria Executiva da Vale desde janeiro de 2007. Já esteve à frente das áreas de Logística, Sustentabilidade e Gestão de Projeto e em 2010 assumiu o cargo de Diretor-Executivo de Operações Integradas. Entre janeiro de 2004 e julho de 2006 foi Diretor de Operações Logísticas da empresa.

Iniciou sua carreira na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) como trainee em 1988 e no ano seguinte foi promovido a Chefe de Seção de Conversores e Condicionamento de Placas, cargo em que permaneceu até 1991. Ingressou na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em 1994, onde ocupou, até 2003, os cargos de Gerente de Planejamento Corporativo, de Gerente de Planta e Gerente de Logística Corporativa, atuando em

diversos estados brasileiros. Ainda na AmBev, em 2003 foi Diretor Regional Fabril. De agosto a dezembro de 2006, presidiu a Petroflex.

Eduardo Bartolomeo foi membro do Conselho de Administração da MRS Logística e atualmente participa do Conselho de Administração da Logística Intermodal (Log-In).

É graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, com especialização (MBA) pela Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspensa ou inabilitada para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

MARCELLO MAGISTRINI SPINELLI - 197.378.918-30

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - PRESIDENTE – ANTF (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS) MANDATO: 09/2009 ATÉ 02/2011. - DIRETOR DE LOGÍSTICA CARGA GERAL – 10/2010 – ATUAL - DIRETOR PRESIDENTE – FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA (FCA) 04/2007 – ATUAL, Responsável pelo P&L da FCA com faturamento de R\$ 1 bi ao ano, investimentos de 300 MM ao ano, 3500 Funcionários próprios e 1500 terceirizados; Responsável pelo projeto e implantação de turn around do negócio FCA. - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO DE LOGÍSTICA – VALE 03/2007 – 09/2010, Responsável pelo resultado final dos serviços de logística de carga geral, com faturamento de R\$ 3 bi ao ano. - DIRETOR PRESIDENTE - TERMINAL VILA VELHA S.A. 08/2005 – 03/2007 - Responsável pelo resultado final do terminal portuário de contêineres, com faturamento de R\$ 150MM ao ano; Responsável pelo projeto e implantação de turn around com foco em nível de serviço e produtividade. - GERENTE GERAL OPERAÇÕES PORTUÁRIAS – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 04/2005 – 03/2007, Gerenciamento operacional dos Portos de Carga Geral da CVRD: Terminal de Produtos Diversos (TPD), Terminal de Carvão de Praia Mole (TPM), Terminal de Contêineres e Granito de Vila Velha (TVV) e Terminal de Granéis em Aracaju (Terminal Marítimo Inácio Barbosa – TMIB); Gerenciamento de carteira de investimentos de R\$ 50 MM ao ano e custos anuais de R\$ 200MM ao ano; Responsável pela representação institucional dos portos da CVRD no ES e Brasília; Responsável pela gestão de 850 pessoas próprias e 1000 terceirizados. - GERENTE GERAL COMERCIAL INTERMODAL– COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 06/2002 – 04/2005, Responsável pelo faturamento e margem do segmento Intermodal de Logística (Receita de R\$300MM ao ano); - Gerenciamento, através de Gerentes de Conta e de 12 escritórios regionais no Brasil e Argentina, dos serviços de Cabotagem, Trem Expresso, EADI e TVV, especializados na movimentação de contêineres; Desenvolvimento de soluções logísticas customizadas; Responsável pela representação institucional da Logística CVRD no segmento Intermodal. - GERENTE DE LOGÍSTICA E OPERAÇÕES - SUBMARINO S/A 04/2000 – 05/2002, Start-up de maior empresa de comércio eletrônico no Brasil; Gerenciamento da Operação: gerenciamento de pedidos, capura no site, cobrança, interface com Administradoras de Cartão de Crédito e faturamento; gerenciamento de análise de risco, crédito e fraude; gerenciamento de processo de compras, planejamento e diligenciamento de pedidos; Gerenciamento da Logística: recebimento de materiais; controle de estoque; armazenagem; produção picking e packing; gerenciamento de entregas expressas de terceiros e logística reversa. - ESPECIALISTA DE PLANEJAMENTO – COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS – AMBEV 02/99 – 04/2000 - Participação do processo de fusão Brahma e Antarctica, como dono de frente de integração de malha; Planejamento tático nacional de produção e distribuição de cerveja, com modelo de otimização de malha; Controle de produção, distribuição e estoques nacionais de cerveja; Projetos de otimização para distribuição, investimentos e desinvestimentos. FORMAÇÃO ACADÊMICA: IMD Business School - Senior Leadership Program - 2007, KELLOGG School of Management/ FDC- Fundação Dom Cabral - STC – Skills, Tools and Competencies – 2006, MIT Sloan – MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY - Senior Leadership Program – 2005, FDC – Fundação Dom Cabral – Liderança para Resultados – 2004, CURSO DE EXTENSÃO EM MARKETING – ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM) – 1994, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP-SP)– 1996

JAIRO ROBERTO - 239.376.296-53

Experiência Profissional: Admitido: 17/11/1975 Cargo exercido na empresa: ANALISTA DE REC. HUMANOS.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

MARIO ALVES BARBOSA NETO - 269.275.278-34

Experiência Profissional: Diretor Presidente da Bunge Fertilizantes S.A.; Diretor Presidente da ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos; Presidente do Conselho de Administração da Fosbrasil S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Fertifos – Administração e Participação S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil; Presidente do Conselho de Administração da Ultrafertil S.A.; Membro do Conselho de Administração da Santista Têxtil S.A.; Membro do Conselho de Administração e Diretor da Bunge Brasil S.A.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

BENJAMIN ÉLIO MORO - 259.773.777-20

Experiência Profissional: Vale S.A.: Cargo: Coordenador Executivo de Planejamento e Riscos Fiscais; Funções inerentes ao cargo: Atuação para avaliação de riscos e oportunidades fiscais em projetos de aquisição de empresas, das implantações de operações, nas reorganizações societárias, avaliações de critérios e procedimentos observados pelas empresas na área América Latina e Central; Globex: Conselheiro Fiscal – de 2005 a 2009.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER - 568.995.138-20

Experiência Profissional:

IHARA – Iharabras S/A Indústrias Químicas (Empresa de capital Japonês, localizada em Sorocaba, produção de defensivos agrícolas com origem no Japão) – Janeiro a Dezembro 2006: Diretor Assistente da Presidência – Desde Janeiro 2007: Diretor Presidente.

IHARA – Iharabras S/A Indústrias Químicas

Desde abril de 2004: Membro do Conselho de Administração

Solucia – The Solution Company (de Julho a Dezembro de 2005)

Produção de Defensivos e outros produtos de química fina para terceiros; Solucia é o resultado de um EBO da fábrica da BASF; hoje se chama Servatis – Local: Resende/RJ – Cargo: Membro do Conselho de Administração Tasa do Brasil Consultores de Recursos Humanos S/C Ltda. (Agosto 2003 – Junho 2005)

Consultoria na busca e seleção de executivos – São Paulo/SP – Sócio Consultor

BASF (Janeiro 1975 – Julho 2003)

São Paulo/SP, BRA e Caracas, Venezuela

01/1998 – 07//2003: Vice-Presidente, BASF América do Sul (AS)

Membro do Comitê Executivo AS e Comitê Executivo Brasil

Membro do Comitê Executivo Global de Química Fina

Responsável por:

Negócio Química Fina AS (150 MioUS\$/ano);

Gestão de negócios BASF no Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela;

Fábrica Guaratinguetá e Comunidade Técnica AS;

Gestão Ambiental e Segurança Industrial AS;

Country-Manager Brasil da Divisão de Produtos Químicos;

Gestão de Qualidade AS;

Compliance Officer AS;

Desenvolvimento Sustentável e Autuação Responsável AS;

Até 2000, também responsável pela Divisão Agro, América do Sul.

02/1993 – 12/1997: Diretor Negócio Agro, BASF Cone Sul / AS

(Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Uruguai)

Negócio de Defensivos Agrícolas

Presidente do Conselho da ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal (Ass. Defensivos Agrícolas) 1995 – 1996

07/1989 – 01/1993: Diretor Vendas e Marketing, BASF Venezuelana e Caribe (sediado em Caracas, Venezuela; Gestão de Pessoas, Liderança de Equipes; Habilidade de Relacionamento; Conhecimento e Trânsito Intercultural Internacional; Idiomas com Fluência: Português, Alemão, Inglês e Espanhol.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou adm., que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

FÁBIO STEWSON DE SOUZA - 414.343.156-49

Experiência Profissional: Vale S.A.: Cargo: Gerente de Controle Contábil; Funções inerentes ao cargo: Responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de controladas; atuação em processos de aquisição e incorporação de empresas, avaliação e implantação de sistemas – ERP; organização e implantação de células integradas – Centro de Serviços Compartilhado.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

JORGE MICHEL LEPELTIER - 070.190.688-04

Experiência Profissional: Outubro/93 – Atual: Consultoria – Área: prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária, auditoria e atuação em Conselhos de Administração e Fiscais e assessoria especializada voltada à empresas familiares como sócio da Solução Governança Corporativa Consultoria Ltda. (WWW.solgov.com.br)
 Maio/78 a Agosto/93: BRASMOTOR S/A - Empresa nacional de grande porte, controlada pelo Grupo Brasmotor (Brastemp, Cònsul, Embraco, Semmer, Multibrás da Amazônia) – Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores (Agosto/82 – Agosto/93) – Maio/78 a Agosto/82: Tesoureiro
 Maio/68 a Abril/78: PRICE WATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES – Multinacional Americana atuando na Auditoria Externa e Consultoria Corporativa – Sênior Manager (8 anos) – Assistente de Gerência (1 ano) – Trainee (6 meses)

Outras informações:

Escolaridade (Cursos Extra Curriculares): Mercado de Capitais – New York University; Finanças e Planejamento Estratégico - New York University; Controladoria e Finanças – Whirlpool Corporation – U.S.A; Contabilidade Gerencial – Price Waterhouse; Planejamento Tributário – Price Waterhouse; Consolidação de Balanços – Price Waterhouse; Legislação Societária – Price Waterhouse; Conversão de Balanços em Moeda Estrangeira – Price Waterhouse; Demonstrações Financeiras – Price Waterhouse.

Experiência Profissional:

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores (Grupo Brasmotor)

Tesoureiro (Grupo Brasmotor):

Sênior Manager (Price Waterhouse):

Consultoria – Jorge Lepeltier Consultores Associados Ltda. E Solução Governança Corporativa Consultoria S/C Ltda.

Através destas empresas oferecemos aos nossos clientes serviços personalizados e estrategicamente planejados que visam atingir objetivos preestabelecidos nas áreas societária, organizacional e contábil;

A Consultoria atua preponderantemente como representante de acionistas minoritários em Conselhos Fiscais e de Administração. Larga experiência na execução desses trabalhos, inclusive, naqueles que envolvam litígios societários.

Executa trabalhos de diagnósticos e acompanhamento das operações com a consequente elaboração de relatórios semanais, quinzenais ou períodos determinados pelo cliente. Os relatórios são abrangentes e visam a melhoria dos controles internos, das informações gerenciais e dos demonstrativos financeiros e contábeis. Apresentamos, também, recomendações e sugestões estratégicas às operações que visam agilizar e melhorar a qualidade das informações.

Experiência em Órgãos Colegiados:

A seguir destacamos algumas posições de Conselheiro que ocupei nos últimos períodos, muitos dos quais sendo reinvestidos nos cargos por vários exercícios consecutivos:

Conselho de Administração:

Tafibrás Participações S.A.; Companhia Paranaense de Energia – COPEL; Reason Tecnologia S.A.

Conselhos Fiscais:

Azevedo e Travassos S.A.; Banco Nossa Caixa AS.; Bicycletas Monark S.A.; Companhia de Ferro e Ligas da Bahia – Ferbasa; Datasul S.A.; Doler S.A.; Drogasil S.A.; Malhe Metal Leve S.A.; M&G Poliéster S.A.; Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; São Paulo Alpargatas S.A.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CLEBER SANTIAGO - 319.510.746-53

Formação: Ciências Contábeis/Administração de Empresas/Pós Graduação em Adm. Financeira e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral-BH-MG; Experiências Principais: - Vale S/A (2001 a atual) - Cargo atual: Gerente Geral de Controladas e Coligadas - responsabilidades principais - governança de subsidiárias, Práticas Contábeis e de Controles; - Vale S/A (2007 a atual) - Secretário do Conselho Fiscal; - S/A Mineração da Trindade - SAMITRI(1987 a 2000) - Gerente de Controladoria(Demonstrações Contábeis, Controles Internos); - Price Waterhouse Auditores Independentes(1982 a 1987) - Auditoria Externa; - Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO - Membro do Conselho de Administração; - Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização-HISPANOBRÁS - Membro do Conselho Consultivo; - Samarco Mineração S/A - Membro do Comitê de Finanças e Estratégias; - Conselheiro Fiscal das seguintes empresas: Vale Fertilizantes S/A; CADAM S/A, Fundação Vale do Rio Doce, Vista Aérea S/A;.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ROBERTO ROCHA GOMES - 424.617.907-87

Experiência Profissional: Vale S.A.: Diretor de Suprimentos; Funções inerentes ao cargo: Responsável pelo suprimento de materiais e serviços não-estratégicos para todo o grupo VALE, incluindo as funções de compras, armazenagem, gestão de estoques, gestão de fornecedores e itens; USIMINAS – Conselheiro Fiscal Titular – CEMI – Comitê de Auditoria Titular.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declaração de eventuais condenações: Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Companhia

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Todos os membros da Diretoria da Companhia declararam, para todos os fins de direito que inexistem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre eles e (i) os administradores da Fosfertil; (ii) os administradores de controladas, diretas ou indiretas da Fosfertil; (iii) controladores diretos ou indiretos da Fosfertil; e (iv) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Fosfertil.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2009Administrador do Emissor

MARIO ALVES BARBOSA NETO

269.275.278-34

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Ultrafertil S.A.

02.476.026/0001-36

Presidente do Conselho de Administração da Ultrafertil S.A.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Vital Jorge Lopes

989.601.058-72

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente e de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Ultrafertil S.A.

02.476.026/0001-36

Diretor Presidente e membro suplente do Conselho de Administração

Observação**Exercício Social 31/12/2008**Administrador do Emissor

MARIO ALVES BARBOSA NETO

269.275.278-34

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Ultrafertil S.A.

02.476.026/0001-36

Presidente do Conselho de Administração da Ultrafertil S.A.

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Vital Jorge Lopes	989.601.058-72	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Ultrafertil S.A.	02.476.026/0001-36		
Diretor Presidente			

Observação**Exercício Social 31/12/2007****Administrador do Emissor**

MARIO ALVES BARBOSA NETO	269.275.278-34	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Ultrafertil S.A.	02.476.026/0001-36		
Presidente do Conselho de Administração da Ultrafertil S.A.			

Observação**Administrador do Emissor**

Vital Jorge Lopes	989.601.058-72	Controle	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Ultrafertil S.A.	02.476.026/0001-36		
Diretor Presidente da Ultrafertil S.A.			

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não se aplica à Companhia

12.12 - Outras informações relevantes

Não aplicável

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

De acordo com o disposto no art. 11 do Estatuto Social a Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. Incumbirá à Assembléia Geral fixar, separadamente, as remunerações globais do Conselho e da Diretoria, as quais serão distribuídas conforme acordarem, entre si, os Conselheiros e Diretores, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Hoje, a Fosfertil é uma empresa chave no agronegócio brasileiro, pois é a maior fornecedora de produtos fosfatados e nitrogenados para a produção de fertilizantes do país. A Companhia possui oito unidades – complexos industriais, de mineração e um terminal marítimo, localizados nos estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná e São Paulo, além de 2.815 empregados próprios e cerca de 5.200 contratados atuando em suas operações. Trata-se, portanto, de uma empresa de grande complexidade, porte e que requer, para sua administração, conhecimento do negócio e de seu mercado, além de intensa dedicação.

Para consolidar-se como empresa representativa do agronegócio brasileiro e responsável pela produtividade, geração de alimentos e combustíveis a Fosfertil sabe que reter e engajar os profissionais ocupantes de posições essenciais, especialmente os diretores executivos, é um desafio crítico para o sucesso da Companhia, no presente, no médio e longo prazos. Para tanto, o mercado é sempre a referência, dentro de uma perspectiva de competição.

Desta forma, o principal fator de remuneração, e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Companhia, conforme planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e longo prazos e de modo alinhado com o retorno aos acionistas. Assim, prioritariamente, a política de remuneração serve ao negócio da Companhia.

b. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia segue um processo já estabelecido em que montante é aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO).

O calculo leva em consideração, no caso para os Diretores, os valores referentes aos honorários mensais, gratificação de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e previdência privada complementar.

Conselho de Administração

A parcela fixa mensal é definida a partir da prática do mercado competidor e reajustada anualmente pelo INPC. Tal remuneração fixa tem o objetivo de remunerar os serviços dos conselheiros estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho Fiscal

Os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a: gratificação de férias, participação nos lucros e resultados e previdência privada complementar.

Diretoria Executiva

A parcela fixa mensal é definida a partir da prática do mercado competidor e reajustada anualmente pelo INPC. Tal remuneração fixa tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia. Além da parcela fixa mensal é elaborado um pacote de remuneração variável a saber:

Benefícios

Pacote de benefícios também compatível com as práticas de mercado e que inclui Assistência Médico-Hospitalar-Odontológica, automóvel, Previdência Complementar e Seguro de Vida. Os benefícios, além de alinhados às práticas de mercado, têm como objetivo dar tranquilidade aos executivos e seus dependentes em questões fundamentais, como saúde por exemplo.

Participação nos Resultados

Parcela variável anual (bônus por participação nos resultados) baseada nos resultados da Companhia e definida através de indicadores e metas objetivas e mensuráveis derivadas do planejamento estratégico e do orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. O bônus tem como principal objetivo, além de garantir competitividade com o mercado, reconhecer a participação do executivo no desempenho da Companhia. Pelas regras estabelecidas no programa o bônus pode até ser zero, caso o desempenho da Companhia não atinja as metas definidas para cada exercício. Por outro lado, para desempenho excepcional, pode atingir o equivalente a uma vez e meia o valor da remuneração anual.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

% em relação a remuneração total do valor pago a título de:
(base exercício findo 31/12/2009)

Descrição	Remuneração fixa	Benefícios	Participação nos resultados	Total
Conselho de Administração	100,0%	-	-	100,0%
Diretoria Executiva	86,2%	9,6%	4,2%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	-	-	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Fosfertil é definida considerando os resultados de desempenho individual e os econômico-financeiros

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

da Companhia, bem como promover o reconhecimento dos administradores da Companhia, alinhado às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Fosfertil.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração as melhores práticas de mercado. A remuneração variável leva em consideração o resultado financeiro da Companhia, bem como metas quantitativas e qualitativas determinadas anualmente.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A definição das metas de desempenho dos executivos para estruturação do pagamento de participação nos resultados (PLR) deriva do planejamento estratégico, do desempenho individual e do orçamento aprovados pelo Conselho de Administração, sendo revisada a cada exercício para sustentar as metas e os resultados esperados.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia baseia-se:

Curto prazo: remuneração baseada na média salarial de mercado;

Médio prazo: atrelada às metas de desempenho definidas anualmente a cada negócio e visam alavancar a performance da Companhia;

Longo prazo: A Fosfertil, mediante a nova estrutura societária, está avaliando a viabilidade de implementação dessa modalidade e qual a melhor política e métrica a ser utilizada.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme Ata da 373ª Reunião do Conselho de Administração da Fosfertil realizada em 07 junho de 2010, os conselheiros tomaram conhecimento das renúncias apresentadas pelos então diretores estatutários da Companhia e em virtude das renúncias mencionadas acima e após a análise e aprovação dos requisitos pertinentes, foram eleitos, como substitutos novos diretores. A remuneração dos novos diretores eleitos em 07 de junho de 2010 será suportada pela controladora indireta – Vale S.A., posto que também fazem parte do quadro diretivo da referida controladora.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	4,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	640.000,00	3.154.000,00	360.000,00	4.154.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	787.000,00	0,00	787.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.354.000,00	0,00	3.354.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	640.000,00	7.295.000,00	360.000,00	8.295.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	3,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	907.000,00	1.797.000,00	171.000,00	2.875.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	87.000,00	0,00	87.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	907.000,00	2.084.000,00	171.000,00	3.162.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: i. valor mínimo previsto no plano de remuneração - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: i. valor mínimo previsto no plano de remuneração - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Previsão para o exercício a ser encerrado em 31/12/2010				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10 Titulares / 10 Suplentes	4	3 Titulares / 3 Suplentes	30
Bônus (em milhares reais)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em milhares de reais)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.354.000	-	3.354.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	3.354.000	-	3.354.000

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10 Titulares / 10 Suplentes	3	3 Titulares / 3 Suplentes	30
Bônus (em reais)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em milhares de reais)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.431.000	-	2.431.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.431.000	-	2.431.000

De acordo com a faculdade prevista no art. 67 da Instrução CVM nº 480/09, não serão apresentadas as informações relativas ao exercício de 2007 e 2008.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais; b. principais objetivos do plano; c. forma como o plano contribui para esses objetivos; d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f. número máximo de ações abrangidas; g. número máximo de opções a serem outorgadas; h. condições de aquisição de ações - i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício - j. critérios para fixação do prazo de exercício; k. forma de liquidação; l. restrições à transferência das ações; m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Não se aplica à Companhia

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações emitidas pela Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil.

Posição em 31 de dezembro de 2009.

Ações detidas - Participações Diretas			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	50	140.400	140.450
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-
Total	50	140.400	140.450

Posição em 30 de junho de 2010, após a mudança do controle acionário conforme fato relevante divulgado em 27 de maio de 2010, vide item 8.1a.

Ações detidas - Participações Diretas			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	9	116.000	116.009
Diretoria	4	-	4
Conselho Fiscal	-	-	-
Total	13	116.000	116.013

Posição em 31 de agosto de 2010, após seção de ações do controlador, conforme formulário consolidado - Valores Mobiliários negociados e detidos (art. 11 da Instr. CVM nº 358).

Ações detidas - Participações Diretas			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	23	116.000	116.023
Diretoria	4	-	4
Conselho Fiscal	-	-	-
Total	27	116.000	116.027

Posição em 31 de outubro de 2010, após renúncia de membro efetivo do Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Ações detidas - Participações Diretas			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	21	116.000	116.021
Diretoria	4	-	4
Conselho Fiscal	-	-	-
Total	25	116.000	116.025

Posição em 23 de fevereiro de 2011, após renúncia de diretor sem designação específica em RCA de 23/02/2011.

Ações detidas - Participações Diretas			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	21	116.000	116.021
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-
Total	21	116.000	116.021

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 04 de maio de 2011, após posse dos conselheiros eleitos na AGO de 29/04/2011.

Ações detidas - Participações Diretas			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	18	116.000	116.018
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-
Total	18	116.000	116.018

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a. órgão; b. número de membros; c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: i. data de outorga - ii. quantidade de opções outorgadas - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis - iv. prazo máximo para exercício das opções - v. prazo de restrição à transferência das ações - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: · em aberto no início do exercício social - · perdidas durante o exercício social - · exercidas durante o exercício social - · expiradas durante o exercício social; d. valor justo das opções na data de outorga; e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não se aplica à Companhia

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

a. órgão; b. número de membros; c. em relação às opções ainda não exercíveis - i. quantidade - ii. data em que se tornarão exercíveis - iii. prazo máximo para exercício das opções - iv. prazo de restrição à transferência das ações - v. preço médio ponderado de exercício - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social; d. em relação às opções exercíveis - i. quantidade - ii. prazo máximo para exercício das opções - iii. prazo de restrição à transferência das ações - iv. preço médio ponderado de exercício - v. valor justo das opções no último dia do exercício social - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

Não se aplica à Companhia

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a. órgão; b. número de membros; c. em relação às opções exercidas informar: i. número de ações - ii. preço médio ponderado de exercício - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d. em relação às ações entregues informar: i. número de ações - ii. preço médio ponderado de aquisição - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica à Companhia

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica à Companhia

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. órgão; b. número de membros; c. nome do plano; d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e. condições para se aposentar antecipadamente; f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número de membros	10 titulares / 10 suplentes	2
Nome do plano	-	BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não há	Não há
Condições para se aposentar antecipadamente	-	O plano não prevê esta condição
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 1.017 mil
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 165 mil
Possibilidade de resgate antecipado e quais condições	-	Não há

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	3,00	10,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	827.350,00	90.700,00	57.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	561.983,33	90.700,00	57.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	694.666,67	90.700,00	57.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

ÓRGÃO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009
Honorários da Diretoria	33,3%
Honorários do Conselho de Administração	50,0%
Honorários do Conselho Fiscal	66,6%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há

13.16 - Outras informações relevantes

Não há

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); c. índice de rotatividade

	Ano	Araucária	Baixada Santista	Uberaba	Catalão	Tapira	Patos de Minas	Patrocínio	Rondonópolis	Alto Araguaia	Londrina	Ponta Grossa	Belo Horizonte	São Paulo	Total de empregados
Empregados Próprios	2007	402	793	457	438	513	43	5	1	1	1	2	0	5	2.661
	2008	425	818	505	443	588	43	8	1	1	1	2	0	4	2.839
	2009	444	814	508	426	560	42	9	2	1	1	2	2	4	2.815
Terceiros	2007	416	1210	690	571	927	32								3.846
	2008	508	1626	864	669	1021	48								4.736
	2009	406	1336	1810	363	1178	49	5							5.147
Índice de Rotatividade	2007	6,5	6,08	10,28	7,76	7,8	32,56				0,5				
	2008	11,11	7,85	14,06	7,34	22,53	2,33	0,19		1		0,25			
	2009	7,58	4,22	8,46	5,52	6,7	1,19		0,25						

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

	Em milhares de reais		
	2009	2008	2007
Montante de contingências	50.871.000	64.808.000	60.088.000

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, concedido pela Lei nº 11.941/09. Em decorrência de avaliação feita relativa aos riscos de débitos tributários a Companhia optou pela liquidação à vista da ação ordinária com obtenção de liminar relacionada à dedutibilidade da CSLL da base de cálculo do imposto de renda e de sua própria base de cálculo (Lei nº 9.316/96) no montante de R\$57.961, aderindo ao programa referido acima. Esta adesão proporcionou um benefício de R\$15.647 em reduções de juros, ganho este registrado no resultado do exercício na rubrica “outras despesas operacionais”.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

I - Política de Administração de Cargos e Salários

A política de administração de cargos e salários tem por objetivo manter a competitividade com mercado de trabalho, visando atrair e reter os melhores profissionais para a empresa. Visa ainda definir regras para as alterações de cargo e salário para suportar o crescimento profissional dos empregados.

A política de administração de cargos e salários é definida considerando:

Relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função.

Situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado e avaliação dos cargos.

Equilíbrio orçamentário da empresa: a política salarial levará em conta o desempenho da empresa e seus resultados e será definida pela Diretoria.

II - Procedimentos de Gestão do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os cargos estão distribuídos em duas tabelas salariais, sendo uma para cargos de nível superior e outra para cargos de nível médio, onde estão agrupados em grades.

Nível Superior – Os cargos de nível superior são avaliados por sistema de pontos, conforme metodologia Hay.

A tabela salarial tem uma amplitude de 50%, iniciando em 80% (LI) da mediana de mercado até 120% (LS) de mercado.

Nível Médio – Os cargos de nível médio são avaliados de acordo com o mercado de cada região. A tabela salarial tem início na média de mercado (LI) e com uma amplitude de 26% (LS).

As tabelas salariais são atualizadas em função dos reajustes negociados com os Sindicatos representantes dos empregados ou ainda por ocasião das pesquisas de mercado, quando este apontar para esta necessidade.

III - Remuneração Variável

A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é uma eficiente ferramenta para vincular a produtividade ao resultado. O empregado se sente, em parte, dono do negócio e valorizado, já que o bom desempenho será devidamente recompensado pela empresa.

Os empregados devem ter completo entendimento dos objetivos organizacionais e que as metas sejam claras, adequadas e factíveis para que não haja desmotivação.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Objetivos da Remuneração por Resultados:

Estabelecer um vínculo de desempenho com a recompensa
Compartilhar os bons e os maus resultados operacionais da empresa

Principais Vantagens:

Reforço de uma cultura participativa e do trabalho em equipe
Melhoria da coordenação do trabalho
Desenvolvimento de visão mais abrangente do negócio e dos sistemas
Ênfase em melhoria da qualidade e na redução de custos
Incentivo à busca de inovação de produtos, processos e gestão
Redução da resistência à mudança
Busca por sistemas de gestão mais eficazes

Fatores Críticos de Sucesso:

Orientação estratégica clara;
Flexibilidade;
Metas factíveis (garantia de que os resultados estão ao alcance dos empregados);
Avaliação contínua;
Respeito à diversidade (níveis hierárquicos, funções, unidades de negócio, entre outros);
Separação explícita entre remuneração fixa e variável;
Simplicidade (metodologias e fórmulas complicadas levam o empregado à desconfiança do plano).

Política 2007 a 2009:

A política salarial acima descrita é pertinente aos últimos 3 anos.

b. política de benefícios

A Fosfertil possui um abrangente programa de benefícios, baseado em uma política corporativa, capaz de manter elevado o grau de satisfação dos empregados, atraindo e retendo os melhores profissionais.

Tal política busca aliar as melhores práticas de mercado com as principais necessidades dos nossos empregados. Segue os benefícios oferecidos pela nossa empresa:

Alimentação
Assistência Médica
Assistência odontológica
Auxílio Farmácia
Auxílio Funeral
Complemento auxílio doença/acidente
Auxílio Creche
Auxílio Pre Escolar
Auxílio Filho Especial

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Auxílio Material Escolar
Auxílio Fonoaudiológico
Auxílio Psicológico
Seguro de Vida
Transporte de Pessoal

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários; ii. condições para exercício; iii. preços de exercício; iv. prazos de exercício; v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não se aplica à Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Relações pautadas pelo respeito e cordialidade procurando, dentro do possível, atingir o objetivo comum que é o bem estar dos empregados.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Vale Empreendimentos e Participações Ltda						
11.403.033/0001-07	Brasileira-SP	Não	Sim	29/09/2010		
	39.337.833	13,660000%	46.342.704	16,660000%	85.680.537	15,140000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
Mineração Naque S.A.						
33.931.486/0001-30	Brasileira-RJ	Não	Sim	10/09/2010		
	248.290.728	86,250000%	143.002.152	51,410000%	391.292.880	69,130000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
OUTROS						
	251.722	0,090000%	88.358.124	31,770000%	88.609.846	15,650000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,000000%	449.500	0,160000%	449.500	0,080000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000000%			
TOTAL						
	287.880.283	100,000000%	278.152.480	100,000000%	566.032.763	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mineração Naque S.A.				33.931.486/0001-30	
Docepar S.A.					
33.147.364/0001-58	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2009	
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	11.000.475.954	100,000000	0	0,000000	11.000.475.954
Vale International S.A.					
11.000.000.000	Suíça	Não	Sim	28/11/2008	
11.000.000.000	99,995672	0	0,000000	11.000.000.000	99,995672
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Vale S.A.					
33.592.510/0001-54	Brasileira-RJ	Não	Não	16/04/2009	
475.953	0,004327	0	0,000000	475.953	0,004327
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale Empreendimentos e Participações Ltda				11.403.033/0001-07	
Mineração Naque S.A.					
33.931.486/0001-30	Brasileira-RJ	Não	Sim	10/09/2010	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Docepar S.A.				33.147.364/0001-58	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Vale S.A.					
33.592.510/0001-54	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2009	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale International S.A.					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
83.636.500	100,000000	0	0,000000	83.636.500	100,000000
Vale Holdings AG					
	Austriaca	Não	Sim	10/11/2005	
83.636.500	100,000000	0	0,000000	83.636.500	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mineração Naque S.A.				33.931.486/0001-30	
OUTROS					
11.000.475.954	100,000000	0	0,000000	11.000.475.954	100,000000
TOTAL					
11.000.475.954	100,000000	0	0,000000	11.000.475.954	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale Holdings AG					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
165.000	100,000000	0	0,000000	165.000	100,000000
Vale Austria Holdings GmbH					
11.698.030/0001-30	Austriaca	Não	Sim	27/09/2007	
165.000	100,000000	0	0,000000	165.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale S.A.				33.592.510/0001-54	
OUTROS					
3.256.724.482	100,000000	2.108.579.618	100,000000	5.365.304.100	100,000000
TOTAL					
3.256.724.482	100,000000	2.108.579.618	100,000000	5.365.304.100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale Austria Holdings GmbH				11.698.030/0001-30	
OUTROS					
1	50,000000	0	0,000000	1	50,000000
TOTAL					
2	100,000000	0	0,000000	2	100,000000
Vale S.A.					
33.592.510/0001-54	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2009	
1	50,000000	0	0,000000	1	50,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale S.A.				33.592.510/0001-54	
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2009	
218.386.481	6,700000	69.432.771	3,300000	287.819.252	5,400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
1.321.902.956	40,600000	2.018.806.847	95,700000	3.340.709.803	62,200000
TOTAL					
3.256.724.482	100,000000	2.108.579.618	100,000000	5.365.304.100	100,000000
Valepar S.A.					
01.772.413/0001-57	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2009	
1.716.435.045	52,700000	20.340.000	1,000000	1.736.775.045	32,400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações S.A.				00.383.281/0001-09	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
33.657.248/0001-89	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2009	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valepar S.A.				01.772.413/0001-57	
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2009	
149.787.385	11,514000	18.394.143	7,190000	168.181.528	9,788000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Bradespar S.A.					
03.847.461/0001-92	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
275.965.821	21,213000	16.137.193	6,301000	292.103.014	17,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Eletron S.A.					
00.514.998/0001-42	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2009	
380.708	0,029000	32.729	0,037000	413.437	0,024000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Litel Participações S.A.					
00.743.065/0001-27	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2009	
637.443.857	49,000000	200.864.272	71,410000	838.308.129	48,790000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valepar S.A.				01.772.413/0001-57	
Mitsui & Co., Ltd					
05.466.338/0001-57	Japonesa	Sim	Sim	31/12/2009	
237.328.059	18,243000	20.402.587	7,976000	257.730.646	15,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,001000	0	7,086000	0	9,398000
TOTAL					
1.300.905.830	100,000000	255.830.924	100,000000	1.556.736.754	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES Participações S.A.				00.383.281/0001-09		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES						
33.657.248/0001-89	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2009		
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bradespar S.A.				03.847.461/0001-92	
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.					
61.529.343/0001-32	Brasileira-SP	Sim	Não	31/12/2009	
44.883.224	36,590000	300.960	0,130000	45.184.184	12,920000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
18.179.304	14,820000	2.210.984	0,970000	20.390.288	5,830000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
NCF Participações S.A.					
04.233.319/0001-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
23.767.944	19,380000	0	0,000000	23.767.944	6,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
1.637.008	1,330000	650.032	0,290000	2.287.040	0,650000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bradespar S.A.				03.847.461/0001-92	
OUTROS					
0	27,880000	0	98,610000	0	73,800000
TOTAL					
88.467.480	100,000000	3.161.976	100,000000	91.629.456	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Eletron S.A.				00.514.998/0001-42		
Opportunity Anafi Participações S.A.						
02.992.366/0001-10	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2009		
2.383.637	99,954500	0	0,000000	2.383.637	99,954500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,045500	0	0,000000	0	0,045500	
TOTAL						
2.383.637	100,000000	0	0,000000	2.383.637	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Litel Participações S.A.				00.743.065/0001-27	
BB Carteira Ativa					
01.578.476/0001-77	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2009	
193.740.121	78,400000	28.385.377	14,110000	222.125.498	78,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	21,600000	0	85,890000	0	21,590000
TOTAL					
193.740.121	100,000000	28.385.377	100,000000	222.125.498	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mitsui & Co., Ltd				05.466.338/0001-57	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
2.051.683.315	33,201700	0	0,000000	2.051.683.315	33,201700
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lia Maria Aguiar					
003.692.768-68	Brasileira	Sim	Sim		
433.176.868	7,010000	0	0,000000	433.176.868	7,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lina Maria Aguiar					
017.080.078-49	Brasileira	Sim	Sim		
525.937.212	8,511100	0	0,000000	525.937.212	8,511100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
2.774.898.354	44,905300	0	0,000000	2.774.898.354	44,905300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
OUTROS					
0	6,371900	0	0,000000	0	6,371900
TOTAL					
5.785.695.749	100,000000	0	0,000000	5.785.695.749	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCF Participações S.A.				04.233.319/0001-18	
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.					
61.529.343/0001-32	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
464.728.957	74,721600	0	0,000000	464.728.957	39,509300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
156.287.999	25,128800	554.304.597	100,000000	710.592.596	60,411600
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
930.463	0,149600	0	0,000000	930.463	0,079100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
621.947.419	100,000000	554.304.597	100,000000	1.176.252.016	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47		
Elo Participações e Investimentos S.A.						
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
126.564.963	53,698400	0	0,000000	126.564.963	25,848400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Fundação Bradesco						
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
109.131.185	46,301600	249.752.205	98,348100	358.883.390	73,294900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	1,651900	0	0,856700	
TOTAL						
235.696.148	100,000000	249.752.205	100,000000	485.448.353	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Opportunity Anafi Participações S.A.				02.992.366/0001-10		
Belapart S.A.						
01.608.571/0001-76	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2009		
412.299	36,278400	823.817	50,000000	1.236.116	44,398800	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Opportunity Holding FIP						
08.277.553/0001-06	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2009		
311.882	27,442700	0	0,000000	311.882	11,202200	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000500	0	0,000000	0	0,000200	
TOTAL	1.136.480	100,000000	1.647.634	100,000000	2.784.114	100,000000
Valetron S.A.						
01.772.313/0001-20	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2009		
412.299	36,278400	823.817	50,000000	1.236.116	44,398800	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Belapart S.A.				01.608.571/0001-76	
OUTROS					
0	49,300000	0	0,000000	0	49,300000
TOTAL					
507	100,000000	0	0,000000	507	100,000000
Verônica Valente Dantas					
262.853.205-00	Brasileira	Não	Sim		
507	50,700000	0	0,000000	507	50,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
2.051.683.315	33,201700	0	0,000000	2.051.683.315	33,201700
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lia Maria Aguiar					
003.692.768-68	Brasileira	Sim	Sim		
433.176.868	7,010000	0	0,000000	433.176.868	7,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lina Maria Aguiar					
017.080.078-49	Brasileira	Sim	Sim		
525.937.212	8,511100	0	0,000000	525.937.212	8,511100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009	
2.774.898.354	44,905300	0	0,000000	2.774.898.354	44,905300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
OUTROS					
0	6,371900	0	0,000000	0	6,371900
TOTAL					
5.785.695.749	100,000000	0	0,000000	5.785.695.749	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Elo Participações e Investimentos S.A.				07.838.611/0001-52		
Lázaro de Mello Brandão						
004.637.528-72	Brasileira	Não	Sim			
10.880.199	6,237700	0	0,000000	10.880.199	4,427400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	93,762300	0	0,000000	0	95,572600	
TOTAL						
10.880.199	100,000000	0	0,000000	10.880.199	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47		
Elo Participações e Investimentos S.A.						
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
126.564.963	53,698400	0	0,000000	126.564.963	25,848400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundação Bradesco						
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
109.131.185	46,301600	249.752.205	98,348100	358.883.390	73,294900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	1,651900	0	0,856700	
TOTAL						
235.696.148	100,000000	249.752.205	100,000000	485.448.353	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47		
Elo Participações e Investimentos S.A.						
07.838.611/0001-52	Brasileira	Sim	Sim	31/12/2009		
126.564.963	53,698400	0	0,000000	126.564.963	25,848400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Fundação Bradesco						
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
109.131.185	46,301600	249.752.205	98,348100	358.883.390	73,294900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	1,651900	0	0,856700	
TOTAL						
235.696.148	100,000000	249.752.205	100,000000	485.448.353	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Opportunity Holding FIP				08.277.553/0001-06	
Marco Nascimento Ferreira - GESTOR DO FUNDO					
489.614.185-72	Brasileira	Não	Não		
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valetron S.A.				01.772.313/0001-20	
OUTROS					
0	49,500000	0	0,000000	0	49,500000
TOTAL					
505	100,000000	0	0,000000	505	100,000000
Verônica Valente Dantas					
262.853.205-00	Brasileira	Não	Sim		
505	50,500000	0	0,000000	505	50,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Elo Participações e Investimentos S.A.				07.838.611/0001-52		
Lázaro de Mello Brandão						
004.637.528-72	Brasileira	Não	Sim			
10.880.199	6,237700	0	0,000000	10.880.199	4,427400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	93,762300	0	0,000000	0	95,572600	
TOTAL	10.880.199	100,000000	0	0,000000	10.880.199	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Elo Participações e Investimentos S.A.				07.838.611/0001-52		
Lázaro de Mello Brandão						
004.637.528-72	Brasileira	Não	Sim			
10.880.199	6,237700	0	0,000000	10.880.199	4,427400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	93,762300	0	0,000000	0	95,572600	
TOTAL	10.880.199	100,000000	0	0,000000	10.880.199	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47		
Elo Participações e Investimentos S.A.						
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
126.564.963	53,698400	0	0,000000	126.564.963	25,848400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Fundação Bradescoq						
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2009		
109.131.185	46,301600	249.752.205	98,348100	358.883.390	73,294900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	1,651900	0	0,856700	
TOTAL	235.696.148	100,000000	249.752.205	100,000000	485.448.353	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Elo Participações e Investimentos S.A.				07.838.611/0001-52		
Lázaro de Mello Brandão						
004.637.528-72	Brasileira	Não	Sim			
10.880.199	6,237700	0	0,000000	10.880.199	4,427400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	93,762300	0	0,000000	0	95,572600	
TOTAL	10.880.199	100,000000	0	0,000000	10.880.199	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	04/05/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4.803
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	90
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	555

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	251.697	0,170000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	88.242.124	31,700000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	88.493.821	20,800000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Apresentação facultativa

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionista controlador	2007		
	ON	PN	Total
Fertifos Administração e Participação S.A.	29.417.769	30.502.755	59.920.524
BPI - Bunge Partic e Investimentos S.A.	3.955.583	9.161.612	13.117.195
Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.	100	933.005	933.105
Mosaic Fertilizantes Ltda	-	455.600	455.600
Ações em tesouraria	-	347.800	347.800
Administradores	22	1.202	1.224
Demais acionistas	2.706.548	29.124.371	31.830.919
Total	36.080.022	70.526.345	106.606.367

Acionista controlador	2008		
	ON	PN	Total
Fertifos Administração e Participação S.A.	117.671.076	122.011.020	239.682.096
BPI - Bunge Partic e Investimentos S.A.	16.047.400	37.388.448	53.435.848
Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.	400	3.732.020	3.732.420
Mosaic Fertilizantes Ltda	-	1.822.400	1.822.400
Ações em tesouraria	-	3.952.900	3.952.900
Administradores	88	30.408	30.496
Demais acionistas	10.601.124	113.168.184	123.769.308
Total	144.320.088	282.105.380	426.425.468

Acionista controlador	2009		
	ON	PN	Total
Fertifos Administração e Participação S.A.	117.671.074	122.011.020	239.682.094
BPI - Bunge Partic e Investimentos S.A.	16.047.400	37.388.448	53.435.848
Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.	398	5.554.420	5.554.818
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	50	143.204	143.254
Demais acionistas	10.601.166	112.605.888	123.207.054
Total	144.320.088	278.152.480	422.472.568

Acionista controlador	1º TR 2010		
	ON	PN	Total
Fertifos Administração e Participação S.A.	117.671.074	122.011.020	239.682.094
BPI - Bunge Partic e Investimentos S.A.	16.047.400	37.388.448	53.435.848
Mosaic Empreendimentos e Participações Ltda.	398	5.554.420	5.554.818
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	50	143.204	143.254
Demais acionistas	10.601.166	112.605.888	123.207.054
Total	144.320.088	278.152.480	422.472.568

Acionista controlador	2º TR 2010		
	ON	PN	Total
Fertifos Administração e Participação S.A.	117.671.074	122.011.020	239.682.094
Vale Fosfatados S.A.	16.047.400	37.388.448	53.435.848
Mineração Naque S.A.	10.329.193	24.390.968	34.720.161
Mosaic Empreendimentos e Participações Ltda.	398	5.554.420	5.554.818
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	13	116.000	116.013
Demais acionistas	272.010	88.242.124	88.514.134
Total	144.320.088	278.152.480	422.472.568

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionista controlador	Após AGE de 10 setembro de 2010.		
	ON	PN	Total
Vale Fosfatados S.A.	77.636.431	101.249.016	178.885.447
Mosaic Empreendimentos e Participações Ltda.	39.337.833	46.342.704	85.680.537
Mineração Naque S.A.	27.073.785	41.753.136	68.826.921
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	27	116.000	116.027
Demais acionistas	272.012	88.242.124	88.514.136
Total	144.320.088	278.152.480	422.472.568

Acionista controlador	Após reunião do Conselho de Administração realizada em 27/10/2010.		
	ON	PN	Total
Vale Fosfatados S.A.	77.636.431	101.249.016	178.885.447
Mosaic Empreendimentos e Participações Ltda.	39.337.833	46.342.704	85.680.537
Mineração Naque S.A.	27.073.785	41.753.136	68.826.921
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	25	116.000	116.025
Demais acionistas	272.014	88.242.124	88.514.138
Total	144.320.088	278.152.480	422.472.568

Acionista controlador	Após conclusão da OPA de 20/12/2010		
	ON	PN	Total
Vale Fosfatados S.A.	77.636.431	101.249.016	178.885.447
Vale Empreendimentos e Participações Ltda.	39.337.833	46.342.704	85.680.537
Mineração Naque S.A.	27.094.102	41.753.136	68.847.238
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	25	116.000	116.025
Demais acionistas	251.697	88.242.124	88.493.821
Total	144.320.088	278.152.480	422.472.568

Acionista controlador	Após Incorporação da Vale Fertilizantes S.A. em 01/02/2011		
	ON	PN	Total
Mineração Naque S.A.	248.290.728	143.002.152	391.292.880
Vale Empreendimentos e Participações Ltda.	39.337.833	46.342.704	85.680.537
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	25	116.000	116.025
Demais acionistas	251.697	88.242.124	88.493.821
Total	287.880.283	278.152.480	566.032.763

Acionista controlador	Após aceite da renúncia de diretor sem designação específica em RCA de 23/02/2011		
	ON	PN	Total
Mineração Naque S.A.	248.290.728	143.002.152	391.292.880
Vale Empreendimentos e Participações Ltda.	39.337.833	46.342.704	85.680.537
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	21	116.000	116.021
Demais acionistas	251.701	88.242.124	88.493.825
Total	287.880.283	278.152.480	566.032.763

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionista controlador	Após AGO de 29/04/2011		
	ON	PN	Total
Mineração Naque S.A.	248.290.728	143.002.152	391.292.880
Vale Empreendimentos e Participações Ltda.	39.337.833	46.342.704	85.680.537
Ações em tesouraria	-	449.500	449.500
Administradores	18	116.000	116.018
Demais acionistas	251.704	88.242.124	88.493.828
Total	287.880.283	278.152.480	566.032.763

Informações sobre a reorganização societária, vide item 8.1a.

15.7 - Outras informações relevantes

Seguem abaixo esclarecimentos a respeito do grupo de controle da Vale:

1) Conforme descrito no item 15.1 acima, a Litel Participações S.A., uma das controladoras indiretas da Vale, é controlada por BB Carteira Ativa.

As cotas do BB Carteira Ativa são 00% detidas por PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), O referido fundo é administrado por BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A Previ é uma entidade fechada de previdência privada e seus participantes são funcionários do Banco do Brasil e empregados do quadro próprio da PREVI. A gestão da PREVI é dividida entre Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva é composta de seis membros: Presidente, Diretor de Administração, de Investimentos, de Seguridade, de Participações e de Planejamento. O Conselho Deliberativo é composto por seis membros titulares e respectivos suplentes. Três são eleitos pelos participantes e assistidos, e outros três indicados pelo Banco do Brasil. Segundo o Estatuto Social da Previ, o Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da Previ, responsável pela definição da política geral de administração da entidade. Em 31 de dezembro de 2009 o Conselho Deliberativo era composto pelos conselheiros titulares: Robson Rocha (Presidente), Ivan de Souza Monteiro, José Luis Prola Salinas, Mirian Cleusa Fochi, Odali Dias Cardoso e William José Alves Bento; e pelos respectivos suplentes: Carlos Eduardo Leal Neri, Amauri Sebastião Niehues, Waldenor Moreira Borges Filho, Luiz Carlos Teixeira, e José Souza de Jesus. Adicionalmente, o Diretor Presidente, Sr. Sérgio Ricardo Silva Rosa, era responsável, dentre outras atribuições, pela representação da Previ, e o Diretor de Participações, o Sr. Joilson Rodrigues Ferreira, era responsável pelo acompanhamento das empresas que compõem a carteira de renda variável e carteira imobiliária, especificamente no que diz respeito às relações societárias e à participação e à representação da PREVI nos órgãos de administração e fiscalização das empresas ou empreendimentos, visando à adoção das medidas necessárias para a boa governança corporativa das empresas investidas.

Em 29 de junho de 2010, o Conselho Deliberativo era composto pelos seguintes membros titulares: Robson Rocha (Presidente), Ivan de Souza Monteiro, Alexandre Correa Abreu, Mirian Cleusa Fochi, Célia Maria Xavier Larichia e William José Alves Bento; e pelos respectivos suplentes: Carlos Eduardo Leal Neri, Amauri Sebastião Niehues, Eduardo Cesar Pasa, Waldenor Moreira Borges Filho, Luiz Carlos Teixeira e José Souza de Jesus. Adicionalmente, a Diretoria Executiva era composta pelos seguintes membros: Ricardo José da Costa Flores, Presidente, Paulo Assunção de Sousa, Diretor de Administração, Renê Sanda Diretor de Investimentos, José Ricardo Sasseron, Diretor de Seguridade, Marco Geovanne Tobias da Silva, Diretor de Participações, e Vitor Paulo Camargo Gonçalves, Diretor de Planejamento.

2) Conforme descrito no item 15.1 acima, a Fundação Bradesco é uma das controladoras indiretas da Vale.

A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos que tem atuado na promoção e desenvolvimento de crianças e adolescentes através de escolas mantidas

15.7 - Outras informações relevantes

em áreas de baixa renda. As atividades da Fundação Bradesco são financiadas exclusivamente por recursos provenientes de doações que o Bradesco e suas afiliadas realizam, assim como os dividendos e juros sobre o capital próprio recebido pela sua participação no capital do Bradesco.

De acordo com os termos do Estatuto da Fundação Bradesco, todos os diretores do Bradesco, membros da Diretoria Executiva e diretores de departamento, assim como todos os diretores e responsáveis da Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A., atuam como membros do conselho curador da Fundação Bradesco, conhecido como Mesa Regedora.

3) Conforme descrito no item 15.1 acima, a Elo Participações e Investimentos S.A. é uma das controladoras indiretas da Vale.

Conforme disposto no Prospecto Definitivo de Segunda Distribuição Pública de Debêntures Simples de emissão da Bradespar S.A. de 02.07.2009, a Elo Participações e Investimentos S.A. é composta por 162 profissionais da organização Bradesco, dentre Conselheiros, Diretores e Superintendentes que recebem ações após no mínimo 10 anos de serviço a organização Bradesco. O Sr. Lázaro de Mello Brandão possui 6,23% das ações ordinárias da Elo Participações e Investimentos S.A. e o restante do capital é dividido pelos demais 161 acionistas, os quais, isoladamente não detêm mais de 5% das ações, seja por classe ou em relação ao total.

4) Conforme descrito no item 15.1 acima, a Mitsui & Co. Ltd., é uma das controladoras indiretas da Vale.

A Mitsui & Co. Ltd. possui capital social pulverizado, não havendo um controle definido. A tabela a seguir apresenta a descrição dos 6 maiores acionistas da Mitsui & Co. Ltd. em 31 de março de 2009:

Mitsui & Co. Ltd.								
a) Acionista	b) Nacionalidade	c) CPF/ CNPJ	d) e e) Ações Ordinárias		d) e e) Ações Preferenciais		f) Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
The Master Trust Bank of Japan, Ltd. (trust account)	japonesa	-	158.880	8,68	-	-	158.880	8,68
Japan Trustee Services Bank, Ltd. (trust account)	japonesa	-	135.395	7,40	-	-	135.395	7,40
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	japonesa	-	38.500	2,10	-	-	38.500	2,10
The Chase Manhattan Bank N.A. London secs lending omnibus account	britânica	-	35.793	1,95	-	-	35.793	1,95

15.7 - Outras informações relevantes

Nippon Life Insurance Company	japonesa	-	35.070	1,91	-	-	35.070	1,91
The Chuo Mitsui Trust and Banking Company, Limited	japonesa	-	30.799	1,68	-	-	30.799	1,68
Japan Trustee Services Bank, Ltd.(Trust account 9)	japonesa	-	30.157	1,64	-	-	30.157	1,64

5) Conforme descrito no item 15.1 acima, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é um dos controladores indiretos da Vale. O BNDES é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são 100% detidas pela União Federal.

6) Conforme descrito no item 15.1 acima, o Opportunity Holding FIP é um dos controladores indiretos da Vale. O Opportunity Holding FIP é um fundo de investimento em participações, e o responsável por suas decisões de investimento é o gestor do fundo, Sr. Marco Nascimento Ferreira, CPF nº 489.614.185-72.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas concentram-se em operações de compra e venda de produtos e serviços com acionistas diretos e indiretos e empresas ligadas. Essas operações têm sido amparadas por contratos formais e realizadas a preços e condições usuais de mercado.

Todas as transações são realizadas em condições comutativas e visam garantir o atingimento dos melhores interesses de todos os acionistas.

Operações de mútuo, quando realizadas, seguem estritamente a legislação aplicável e, da mesma forma, são amparadas por contratos que determinam condições amplamente utilizadas no mercado.

Como informação adicional, a Fosfértil iniciou revisão das suas regras de governança e da sua matriz de delegação de autoridades ao longo da cadeia hierárquica da Companhia. À despeito de suas regras internas atuais serem estritamente cumpridas, as operações com partes relacionadas deverão passar a ser, já no curto prazo, objeto de aprovação pelo colegiado da sua diretoria.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2009	835.610.144,58	R\$ 6.967.382,87		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Bunge						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	01/01/2009	256.158.118,06	R\$ 0,00		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Mosaic						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2008	1.303.916.801,23	R\$ 739.553,95		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Bunge						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	01/01/2008	436.812.812,43	R\$ 5.715.677,27		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Mosaic						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2007	912.730.109,63	R\$ 1.317.955,67		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Bunge							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2007	330.754.356,42	R\$ 261.397,32		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Mosaic							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2009	202.696.128,38	R\$ 27.448.726,77		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
subsidiária integral							
Objeto contrato							
Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Ultrafertil							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ultrafertil S.A.	01/01/2009	77.237.189,09	R\$ 2.935.961,64		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Ultrafertil para a Fosfertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2009	0,00	R\$ 16.985.918,74			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Adiantamento a fornecedor de insumos para fertilizantes						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2009	0,00	R\$ 624.999,94			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Empréstimo de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Ultrafertil (com impostos incidentes)						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2009	0,00	R\$ 1.289.936,26			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Empréstimo de insumos para Fertilizantes da Ultrafertil para a Fosfertil (com impostos incedentes)						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2009	13.042.980,15	R\$ 293.000,70		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Compra de insumos para fertilizantes da Bunge para a Fosfertil							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	01/01/2009	1.324.798,89	R\$ 0,00		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Compra de insumos para fertilizantes da Mosaic para a Fosfertil							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2009	0,00	R\$ 62.866.153,48			NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Adiantamento recebido de clientes (Bunge) venda de insumos para fertilizantes							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2009	0,00	R\$ 411.846,57			NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Acionista indireto					
Objeto contrato		Adiantamento recebido de clientes (Mosaic) venda de insumos para fertilizantes					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2009	0,00	R\$ 393.333,23			NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Empréstimo de insumos para fertilizantes da Bunge para a Fosfertil (com impostos incidentes)					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2009	0,00	R\$ 34.261,50			NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Acionista indireto					
Objeto contrato		Empréstimo de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Bunge (com impostos incidentes)					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2008	199.137.547,28	R\$ 895.177,05		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		subsidiária integral					
Objeto contrato		Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Ultrafertil					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2008	133.459.857,67	R\$ 3.735.225,94		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Ultrafertil para a Fosfertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil	01/01/2008	0,00	R\$ 541.716,04			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Empréstimo de insumos para fertilizantes da Ultrafertil para a Fosfertil (com impostos incidentes)						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2008	0,00	R\$ 5.293.348,50			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Empréstimo de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Ultrafertil (com impostos incidentes)						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2008	21.956.765,16	R\$ 911.254,50		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Bunge para a Fosfertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2008	524.834,24	R\$ 0,00		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Mosaic para a Fosfertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2008	0,00	R\$ 156.504.548,10			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Adiantamento recebido de clientes (Bunge) venda de insumos para fertilizantes						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2008	0,00	R\$ 94.866.078,16			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Adiantamento recebido de clientes (Mosaic) venda de insumos para fertilizantes						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2008	0,00	R\$ 11.325.959,48			NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Empréstimo de insumos para fertilizantes da Bunge para a Fosfertil (com impostos incidentes)							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2008	0,00	R\$ 1.425.975,27			NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireta							
Objeto contrato							
Empréstimo de insumos para fertilizantes da Mosaic para a Fosfertil (com impostos incidentes)							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2008	0,00	R\$ 34.261,50			NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista indireto							
Objeto contrato							
Empréstimo de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Bunge (com impostos incidentes)							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ultrafertil S.A.	01/01/2007	116.642.864,44	R\$ 2.215.196,77		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Venda de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Ultrafertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2007	36.001.555,04	R\$ 1.221.014,31			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Ultrafertil para a Fosfertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2007	5.577.117,09	R\$ 389.155,40		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Bunge para a Fosfertil						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2007	6.630.793,25	R\$ 0,00		1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireta						
Objeto contrato	Compra de insumos para fertilizantes da Mosaic para a Fosfertil						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2007	0,00	R\$ 412.409,97			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Empréstimo de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Ultrafertil (com impostos incidentes)						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2007	0,00	R\$ 630.426,34			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	subsidiária integral						
Objeto contrato	Empréstimo de insumos para fertilizantes da Ultrafertil para a Fosfertil (com impostos incidentes)						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2007	0,00	R\$ 25.065.111,20			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto						
Objeto contrato	Adiantamento recebido de clientes (Bunge) venda de insumos para fertilizantes						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2007	0,00	R\$ 33.961.795,25			NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Acionista indireto					
Objeto contrato		Adiantamento recebido de clientes (Mosaic) venda de insumos para fertilizantes					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2007	0,00	R\$ 8.293.925,26			NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Acionista indireto					
Objeto contrato		Empréstimo de insumos para fertilizantes da Fosfertil para a Bunge (com impostos incidentes)					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Bunge Fertilizantes S.A.	01/01/2007	0,00	R\$ 6.944,88			NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Acionista Indireto					
Objeto contrato		Empréstimo de insumos para fertilizantes da Bunge para a Fosfertil (com impostos incidentes)					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda	01/01/2007	0,00	R\$ 604.927,91			NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Acionista indireto					
Objeto contrato		Empréstimo de insumos para fertilizantes da Mosaic para a Fosfertil (com impostos incidentes)					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cargill Agricola S.A.	01/01/2008	145.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
	Comissão sobre venda						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Ultrafertil S.A.	01/01/2007	9.000,00				NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	subsidiária integral						
Objeto contrato							
	Juros recebido sobre duplicata (venda de insumos)						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Não há

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
01/02/2011	3.519.439.686,40		287.880.283	278.152.480	566.032.763
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2009	1.000.000.000,00		144.320.088	278.152.480	422.472.568

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/04/2008	Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2008	90.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

28/04/2009	Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2009	190.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

18/01/2011	Assembleia Geral Extraordinária	01/02/2011	2.519.439.686,40	Subscrição particular	143.560.195	0	143.560.195	2,52000000	17,55	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	------------------	-----------------------	-------------	---	-------------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão vide item 8.1 ata da 93ª Assembleia Geral Extraordinária.

Forma de integralização vide item 8.1 ata da 93ª Assembleia Geral Extraordinária.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Companhia

17.5 - Outras informações relevantes

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

A companhia segue os princípios gerais de Governança Corporativa, zelando pela boa relação entre seus acionistas e com o mercado em geral, atuando de maneira responsável e cumprindo integralmente a legislação societária brasileira, bem como as regras divulgadas pelas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa).

A companhia busca o aperfeiçoamento desse conjunto de normas, dá maior destaque aos esforços na melhoria da relação com investidores, segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, respeitando também o seu estatuto. Os princípios que orientam o modelo de Governança Corporativa são transparência, clara definição de funções, independência da administração, equidade de tratamento aos acionistas e prestação de contas.

A companhia vem adotando os princípios da “Lei norte-americana Sarbanes-Oxley”, que dá maior credibilidade ao mercado de capitais, segurança ao investidor e maior transparência na divulgação das informações financeiras e atos da administração.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembléia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) apurado na forma do Artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados por lei só podem ser alterados por Assembléia Geral de Acionistas.
Outras características relevantes	Todas as características sobre as ações da Companhia estão descritas no Estatuto Social da Companhia.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembléia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) apurado na forma do Artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As ações preferenciais fazem jus a dividendos dez por cento maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, desde que originários de lucros gerados a partir da vigência da lei 9.457/97 e conferem ainda a seus titulares prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais conferem a seus titulares prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados por lei só podem ser alterados por Assembléia Geral de Acionistas.
Outras características relevantes	Todas as características sobre as ações da Companhia estão descritas no Estatuto Social da Companhia.
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
29/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.804	12,01	12,01	R\$ por Unidade
10/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.004	20,02	20,02	R\$ por Unidade
02/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	88.088	20,02	20,02	R\$ por Unidade
31/03/2009	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.049.132	14,00	13,35	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.165.943	15,41	14,95	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.320.060	18,41	18,00	R\$ por Unidade
30/12/2009	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.732.992	16,53	16,11	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
04/06/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.344.000	135,00	135,00	R\$ por Unidade
31/03/2008	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.554.164	82,31	81,70	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.788.723	122,00	120,21	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.687.664	15,25	14,11	R\$ por Unidade
30/12/2008	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.507.939	11,25	10,92	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2007

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2007	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	845.516	48,00	46,90	R\$ por Unidade
29/06/2007	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.733.688	56,90	54,61	R\$ por Unidade
28/09/2007	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	754.083	65,10	64,76	R\$ por Unidade
28/12/2007	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.335.715	79,68	78,89	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Companhia

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

BM&FBovespa

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. país; b. mercado; c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; d. data de admissão à negociação; e. se houver, indicar o segmento de negociação; f. data de início de listagem no segmento de negociação; g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações - i. se houver, banco depositário - j. se houver, instituição custodiante

Não se aplica à Companhia

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Companhia não efetuou ofertas públicas de distribuição nos três últimos exercícios sociais.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia não efetuou ofertas públicas de aquisição nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram apresentadas.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
16/09/2008	16/09/2008 à 16/09/2009	572.320.000,00	Preferencial		7.600.000	7,770000	3.011.200	11,20	R\$ por Unidade	39,620000
Ações preferenciais em circulação: 115.759.884 ações.										

25/07/2007	25/07/2007 à 24/07/2008	400.280.000,00	Preferencial		1.900.000	9,760000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
Ações preferenciais em circulação: 23.026.825 ações.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2009****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Preferencial				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		3.952.900	35.883.316,32	9,08
Aquisição		449.500	5.534.451,87	12,31
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		3.952.900	35.883.316,32	9,08
Saldo final		449.500	5.534.451,87	12,31

Exercício social 31/12/2008**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Preferencial				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		1.391.200	7.698.136,88	5,53
Aquisição		2.561.700	28.185.179,44	11,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		3.952.900	35.883.316,32	9,08

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário		Ações						
Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)	
Preferencial			9.200	10,83	R\$ por Unidade	05/01/2009	0,008171	
Preferencial			10.900	11,56	R\$ por Unidade	09/01/2009	0,009680	
Preferencial			37.600	11,44	R\$ por Unidade	12/01/2009	0,033393	
Preferencial			9.400	11,30	R\$ por Unidade	13/01/2009	0,008348	
Preferencial			18.300	11,67	R\$ por Unidade	14/01/2009	0,016252	
Preferencial			60.000	11,58	R\$ por Unidade	19/01/2009	0,053287	
Preferencial			63.800	10,71	R\$ por Unidade	20/01/2009	0,056662	
Preferencial			15.700	10,97	R\$ por Unidade	23/01/2009	0,013943	
Preferencial			10.000	13,31	R\$ por Unidade	18/02/2009	0,008881	
Preferencial			10.000	12,93	R\$ por Unidade	26/02/2009	0,008881	
Preferencial			20.000	13,22	R\$ por Unidade	03/03/2009	0,017762	
Preferencial			5.700	13,59	R\$ por Unidade	04/03/2009	0,005062	
Preferencial			10.000	13,76	R\$ por Unidade	18/03/2009	0,008881	
Preferencial			19.100	13,51	R\$ por Unidade	19/03/2009	0,016963	
Preferencial			110.000	13,43	R\$ por Unidade	01/04/2009	0,097692	
Preferencial			39.800	13,35	R\$ por Unidade	31/03/2009	0,035347	

19.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Companhia

20.2 - Outras informações relevantes

Não há

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de Divulgação de Informações que trata dos procedimentos adotados para garantir que as informações sejam recolhidas, processadas e relatadas da forma mais eficiente possível, respeitando as normas legais que regem o tema. A íntegra está descrita no item 21.4.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações da Companhia atribui responsabilidade sobre o manuseio das informações a serem divulgadas, assim como estabelece os procedimentos adotados para manter o sigilo de informações relevantes. Aos administradores da Companhia cabe o dever de guardar o sigilo das informações acerca de atos ou fatos relevantes sobre os negócios da Companhia, assim como zelar para que subordinados e terceiros da sua confiança também guardem sigilo sobre essas informações.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores é o responsável zelar para que as informações sobre ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia sejam divulgadas ao mercado na forma prevista na legislação.

21.4 - Outras informações relevantes

ANEXO I POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA

I. PREÂMBULO

1. O Conselho de Administração da FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. – FOSFERTIL, em reunião realizada em 07 de novembro de 2007, considerando a necessidade de disponibilizar aos seus acionistas e ao mercado em geral informações relativas aos negócios sociais que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados e, ainda, na decisão dos investidores de comprar, vender, manter ou exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, considerando que o acesso a essas informações deve ser feito de forma ordenada, clara, verídica e suficiente e em atenção ao que estabelece a Instrução nº 358, editada em 03 de janeiro de 2002, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme alterada pela Instrução nº 369, editada em 11 de junho de 2002, e Instrução nº 449, editada em 15 de março de 2007, deliberou alterar a Política de Divulgação de Informações, aprovada em 30 de julho de 2002, de modo que passa a vigorar de acordo com o texto consolidado abaixo (“Política”).

II. DESTINATÁRIOS

2. São alcançados pela presente Política os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração atuando em nome próprio ou da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, os Diretores, Gerentes, Assessores, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou nas sociedades controladas ou coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante, especialmente os titulares dos cargos acima, e os diretamente subordinados aos referidos cargos.

III. ATO OU FATO POTENCIALMENTE RELEVANTE

3. Considera-se relevante, para os efeitos da presente Política, qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter políticoadministrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável na:

- (a) cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados;
- (b) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses valores mobiliários; e (c) decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

IV. EXEMPLOS DE ATO OU FATO RELEVANTE

21.4 - Outras informações relevantes

4. São exemplos de Ato ou Fato Relevante, dentre outros, para os efeitos da presente Política, observada sua relevância material, determinada pelos efeitos que poderão ter sobre as cotações dos valores mobiliários e sobre o processo de tomada de decisão dos investidores, conforme especifica o item III - ATO OU FATO POTENCIALMENTE RELEVANTE, o constante no artigo 2º, § único, da Instrução CVM nº 358.

V. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

5. Os Destinatários devem guardar completo sigilo acerca de Ato ou Fato Relevante sobre os negócios que ainda não tenha sido divulgado ao mercado, dando ao mesmo difusão restrita, quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial. Continuará sujeita ao dever de sigilo, qualquer das pessoas mencionadas no ITEM II, que se desligar da Companhia, ou deixar de participar do negócio ou do projeto a que se referirem as Informações Relevantes, até que as mesmas sejam divulgadas.

VI. PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO

6. Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante, nos termos do item III - ATO OU FATO POTENCIALMENTE RELEVANTE, ainda não divulgada, os Destinatários devem:

- (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto no item XIII - MANUTENÇÃO DO SIGILO EM BENEFÍCIO DA COMPANHIA;
- (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso;
- (c) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e
- (d) comunicar imediatamente o Diretor de Relações com Investidores suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações de seu círculo restrito e determinável.

VII. RESPONSABILIDADE DIRETA PELA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

7. Incumbe ao Diretor de Relações com Investidores dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM, à Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa e a qualquer outro mercado em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ressalvada a situação tratada no item XIII – MANUTENÇÃO DO SIGILO EM BENEFÍCIO DA COMPANHIA.

21.4 - Outras informações relevantes

7.1 Os Acionistas Controladores, os Diretores, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, Gerentes e Assessores, deverão comunicar por escrito qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, para que este possa cumprir sua atribuição de promover a respectiva comunicação e divulgação.

VIII. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

8. Observado o procedimento estabelecido pela alínea (A) do Item VI - PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO e constatado pelos

acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venha a ser criado por disposição estatutária que houve omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação, ressalvada a situação tratada no item XIII - MANUTENÇÃO DO SIGILO EM BENEFÍCIO DA COMPANHIA, os mesmos devem comunicar por escrito esta omissão ao Presidente do Conselho de Administração, enviando cópia ao Diretor de Relações com Investidores, para que este tome as providências necessárias quanto à divulgação da informação.

8.1 Caso tenha sido efetuada a comunicação ao Diretor de Relações com Investidores na forma do sub-item 8, e também não tenha havido a decisão de ser mantida em sigilo a informação, facultada na legislação vigente, em persistindo a omissão da divulgação do Diretor de Relações com Investidores, as pessoas referidas no sub-item 8 acima, que tenham conhecimento do fato, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente e por escrito, o ato ou fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

IX. FORMA DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OU FATOS RELEVANTES

9. As comunicações serão feitas mediante publicação nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia e, eventualmente em forma de resumo, indicando-se endereço na rede mundial de computadores – Internet, onde os interessados poderão ter acesso a informações complementares, se for o caso, obtendo todas as informações remetidas à CVM ou à Bovespa e outras entidades do mercado onde haja negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

X. ENDEREÇO ELETRÔNICO DA COMPANHIA

10. Os Atos ou Fatos Relevantes relativos à Companhia serão disponibilizados no endereço eletrônico www.fosfertil.com.br com atalho específico, constante do campo no sítio eletrônico destinado a relações com investidores.

XI. OBSERVÂNCIA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS

21.4 - Outras informações relevantes

11. As divulgações de Ato ou Fato Relevante serão feitas antes do início dos negócios no mercado ou após o seu encerramento, exceto quando, justificadamente, devam ser feitos em momento diverso visando ao melhor interesse dos investidores e do mercado, sem prejuízo da faculdade de solicitar a suspensão das negociações, quando a divulgação se der durante o período de funcionamento dos mercados, pelo tempo necessário à sua adequada disseminação.

XII. SITUAÇÕES ANÔMALAS

12. Sempre que ocorrer oscilação nas cotações dos valores mobiliários emitidos pela Companhia, em seus preços ou nas quantidades negociadas, o Diretor de Relações com Investidores diligenciará junto às pessoas que tenham acesso a informações relevantes com o objetivo de verificar se têm conhecimento de matéria passível de divulgação ao mercado.

XIII. MANUTENÇÃO DO SIGILO EM BENEFÍCIO DA COMPANHIA

13. O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua divulgação poderá ser prejudicial para a Companhia, colocando em risco seus legítimos interesses.

XIV. TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

14. Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal, os gerentes, os assessores, e os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, são obrigados a informar à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários, emitidos pela Companhia, ou por suas controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, e, ainda, os valores mobiliários emitidos por essas companhias que sejam de propriedade do cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, do companheiro(a), de qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda e de sociedades controladas, direta ou indiretamente.

14.1 O comunicado, que deverá abranger as negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia ou de emissão de suas controladoras ou controladas, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas, e que deverá ser efetuado sempre que houver alteração em qualquer das posições detidas ainda deverá observar: (a) as informações relativas ao nome, qualificação, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas; (b) quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da indicação da companhia emissora, forma e do saldo da posição detida antes e depois da negociação; e (c) a forma de aquisição ou alienação, preço e data das transações;

21.4 - Outras informações relevantes

14.2 As pessoas mencionadas acima deverão efetuar a comunicação de que trata este item XIV:

- (a) no prazo de 5 (cinco) dias após a realização de cada negócio; e
- (b) no primeiro dia útil após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta.

14.3 O Diretor de Relações com Investidores providenciará o envio das informações contidas na comunicação à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da companhia sejam admitidas à negociação, na forma da legislação em vigor, no prazo de 10 (dez) dias, após o término do mês que se verificarem alterações das posições detidas, ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas citadas neste item XIV.

XV. DIVULGAÇÃO ASSIMÉTRICA DE INFORMAÇÕES

15. Previamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

XVI. IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA

16. O Diretor de Relações com Investidores será o diretor responsável pelo acompanhamento das medidas constantes desta Política e, especialmente, da: (a) comunicação formal dos termos desta Política aos Destinatários, quando identificáveis, obtendo a respectiva adesão formal, em instrumento específico; e (b) manutenção atualizada da relação dos Destinatários, quando identificáveis, com indicação de cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

XVII. CONTROLE INTERNO

17. Cópias dos Atos ou Fatos Relevantes divulgados e dos documentos produzidos em decorrência da observância da presente Política serão arquivadas na sede da Companhia, observando-se a confidencialidade, quando for o caso, mantendo-se arquivadas por 5 (cinco) anos após a desvinculação do Destinatário com a Companhia, as informações de que trata o item XVI - IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA, alínea (B) e, as demais, facultativamente, por igual período.

XVIII. DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA E DO CRIME CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS

21.4 - Outras informações relevantes

18. Todos os Destinatários serão prontamente informados da presente “Política de DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. - FOSFERTIL” e de que a utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo poderá caracterizar crime contra o mercado de capitais, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não estejam diretamente relacionados com as atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas.